

FASCISMO ONTEM E HOJE

ORGANIZADORES
JULIAN RODRIGUES
FERNANDO SARTI FERREIRA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O golpe de 2016, desencadeado para acessar o controle do aparelho de Estado no Brasil e, assim, fazer as reformas neoliberais, teve como seus principais objetivos a exclusão política das massas populares e de sua representação – o Partido dos Trabalhadores (PT). Aliás, o antipetismo substituiu o anticomunismo como o inimigo interno preferencial. Ao mesmo tempo, o golpe buscava estabelecer a hegemonia incondicional do grande capital financeiro, com toda sua pauta neoliberal. Já a fração de classe do partido militar, queria e obteve o controle do alto escalão do Estado que, especificamente, está entregue à alta oficialidade da reserva e da ativa do exército.

Bolsonaro chegou ao poder numa situação de equilíbrio catastrófico. Golpe, com crise política, crise econômica e, amarrando tudo mais uma vez, o uso da parafernália do combate à corrupção e da criminalização da gestão orçamentária. São armas características do fascismo militar e do neoliberalismo no Brasil. Ambas foram usadas contra Getúlio, contra Jango, contra Juscelino e, com a Lava Jato, contra mim, Lula e o PT.

A fração de classe hegemônica é a fração do bloco no poder que detém prioridade sobre a política estatal. No caso brasileiro, por exemplo, é a fração financeira, expressa no complexo bancário-financeiro e na grande burguesia financeira industrial, agrícola e de serviços. Já a fração de classe que reina na cena política, o faz a partir de suas organizações, sendo que seus representantes podem variar. Por exemplo: no governo Michel Temer seria a aliança entre o PMDB e PSDB; no governo Bolsonaro, o Centrão e a base bolso-miliciano-fascista. Já a fração que ocupa a alta administração do Estado, no governo Bolsonaro, seria o “partido militar”. Em muitos casos, a fração reinante se entrelaça com a fração que controla o aparelho de Estado.

O golpe, que começou em 2016 e continuou com a prisão, julgamento e interdição de Lula, foi o pecado original de um processo que ainda está em andamento e que está implantando o programa neofascista/neoliberal que vem destruindo a democracia, a soberania e os direitos sociais do povo brasileiro.

Temos muitos combates a travar para enfrentar o pior governo da história do país e restabelecer os direitos que vêm sendo roubados do povo brasileiro desde o golpe. Mais uma vez, o projeto conservador, neoliberal e neofascista dependerá da neutralização do PT para alcançar seus objetivos. E, mais uma vez, terá de se conformar com o fato de que o PT resiste e luta.

Dilma Rousseff

Presidenta de honra do Conselho Curador da FPA

C|O|L|E|Ç|Ã|O **argumento**

FASCISMO ONTEM E HOJE

JULIAN RODRIGUES
FERNANDO SARTI FERREIRA
ORGANIZADORES

2021



Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Geraldo Magela

Jorge Bittar

Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,
Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori Deaecto Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Projeto gráfico, diagramação e finalização de capa: Caco Bisol

Capa: Rosa Rosa Gomes

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

Editora Maria Antonia

Conselho científico

Carlos Antônio Arrigue Rojas

Jean Yves Mollier

Lincoln Secco

Marisa Midori Deaecto

Plínio Martins Filho

Conselho editorial

Adriana Carneiro Marinho

Felipe Castilho de Lacerda

Fernando Sarti Ferreira

Rosa Rosa Gomes

Site e loja: <https://mariaantoniagmarx.blogspot.com/>
mariaantoniaedicoes@riseup.net

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F248 Fascismo ontem e hoje / organizadores Julian Rodrigues, Fernando Sarti
Ferreira. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo : Maria Antonia, 2021.
160 p. : il. ; 23 cm. – (Coleção Argumento)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5626-031-0 (Fundação Perseu Abramo) –

ISBN 978-65-992401-5-7 (Maria Antonia)

1. Fascismo - Teoria. 2. Ditadura militar - Brasil. 3. Fascismo -
Brasil. I. Rodrigues, Julian. II. Ferreira, Fernando Sarti. III. Série.

CDU 329.18

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

- 5** PREFÁCIO
Carlos Henrique Áraabe e Jorge Bittar
- 7** APRESENTAÇÃO
Julian Rodrigues
- 19** FASCISMO, DITADURA MILITAR E O LEGADO
DA ESCRAVIDÃO
Dilma Rousseff

PARTE I: ESTUDOS DE CASO

- 31** Contexto
- 41** Fascismo na Itália
- 51** Fascismo na Alemanha: o Nazismo
- 63** Fascismo no Japão
- 71** Fascismo em Portugal: o Salazarismo
- 79** Fascismo na Espanha: o Franquismo
- 91** Fascismo no Brasil: o Integralismo
- 97** A Ditadura Militar de 1964
Fernando Sarti Ferreira e Rosa Rosa Gomes
- 107** Fascismo no Brasil: o Bolsonarismo
Lincoln Secco

PARTE II: TEORIA E DEBATE

- 123** Teorias do Fascismo
Fernando Sarti Ferreira e Rosa Rosa Gomes
- 133** Origens e Estrutura do Fascismo
Lincoln Secco
- 159** Sobre os organizadores, autores e autoras

PREFÁCIO

Desde que renovamos o Conselho Editorial da FPA, em meados de 2020, um dos anseios mais destacados por ele foi a necessidade de uma coleção voltada para a formação teórica. Seria uma forma da nossa Editora colaborar com o esforço coletivo de conhecer, compreender e construir argumentos para transformar o mundo em que vivemos.

Esse projeto, agora, pode ser realizado.

Graças aos novos cursos de formação desenvolvidos pela Fundação Perseu Abramo, passamos a ter uma ampla grade temática tratando, em termos formativos, questões relevantes da realidade. A busca de sólidas introduções, cotejos pluralistas e incentivos à discussão coletiva fazem parte de um método sempre aberto, participativo e continuado. Daí ao passo seguinte, foi um pulo: vamos concretizar, em livros, o esforço realizado nos cursos.

Assim, temos a satisfação de apresentar aos leitores da Editora da FPA a nova coleção ARGUMENTO. O primeiro título da coleção, lançado em coedição com a parceira Editora Maria Antonia, é *Fascismo Ontem e Hoje – Entender para derrotar*, cujo conteúdo corresponde ao do curso de mesmo nome, iniciado em março de 2021. Esse curso mobilizou elementos teóricos para compreender os embriões das barbáries engendradas pelo capitalismo em sua etapa mais destrutiva.

Novos livros e novas parcerias virão dessa iniciativa que potencializa o trabalho da Fundação Perseu Abramo.

Se esta coleção contribuir com a ampliação dos conhecimentos e argumentos tão decisivos à boa luta da militância, onde quer que ela se encontre, certamente cumprirá seus objetivos.

Agradecemos a todos os companheiros e companheiras que se envolveram no projeto, desde o curso até seus resultados reunidos nesta publicação.

Boa leitura!

Carlos Henrique Árabe, diretor da Editora
Jorge Bittar, diretor de Formação
Fundação Perseu Abramo

APRESENTAÇÃO

NEOFASCISMO MAIS NEOLIBERALISMO: O BOLSONARISMO NÃO É NUVEM PASSAGEIRA

JULIAN RODRIGUES

Em 1988, a promulgação da “Constituição cidadã” iniciou um novo tempo histórico no Brasil, o que viria a ser o mais longo período em que houve um regime democrático-liberal.

Foram 28 anos com um sistema político-eleitoral formalmente estruturado às margens de uma Constituição que garantia direitos civis, políticos, sociais e as liberdades democráticas.

Parecia que, desta vez, nunca mais haveria retrocessos. O Brasil seria um país onde a legitimidade das vitórias eleitorais nunca mais haveriam de ser contestadas.

Resumindo o núcleo do pacto de 1988: o bloco político-social-eleitoral que ganhasse as eleições presidenciais governaria.

As Forças Armadas, embora não tenham sido responsabilizadas e punidas pelos crimes que cometeram na ditadura, pareciam ter sido, afinal, enquadradas no marco de um regime civil, minimamente democrático.

Foram 28 anos de normalidade democrática. Parece pouco? Parece e é. Entretanto, tratou-se do mais longo período de democracia formal no Brasil. Desde o golpe militar de 1889 que “proclamou a República”, nunca tivemos um regime político democrático e estável tão duradouro – quase três décadas – que fosse também permeável à vitória eleitoral de blocos e partidos progressistas.

Ao perderem as eleições presidenciais de 2014 (pela quarta vez consecutiva), parte das classes dominantes optou por construir uma ampla coalizão golpista. Operaram, então, um processo de desestabilização a fim de derrubar o governo de Dilma Rousseff.

Na prática, uma complexa articulação que envolveu os interesses do chamado “*deep state*” norte-americano (ou o velho Imperialismo); o capital financeiro, outros setores da burguesia brasileira; grande mídia; as Forças Armadas; a maior parte do sistema de justiça, destaque para o Ministério Público; setores do executivo; a própria Polícia Federal – tudo sob a batuta de um medíocre juiz paranaense treinado nos EUA –; além dos partidos de direita e centro-direita.

Olhando retrospectivamente, um processo que parece seguir rigidamente o manual da guerra híbrida, tão bem descrita por Andrew Korybko¹. Foi um movimento de ruptura pura e simples com o pacto de 1988, embora muito dissimulado.

Na prática, as classes dominantes brasileiras majoritariamente desistiram de tentar ganhar a Presidência da República por meio do voto. Resolveram derrubar a presidenta petista antes que o velho Lula pudesse se candidatar na eleição seguinte e ganhar.

Esse *putsch* de novo tipo iniciado em 2016 (semeado em 2013?) tem de ser visto como um *continuum* – avançou em 2018, com a prisão e interdição de Lula.

1. KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

Resta ocioso especular qual seria o “plano A” da coalizão que protagonizou o golpe. Presume-se que projetavam a eleição de um neoliberal confiável, respeitado, afeito ao jogo “democrático”.

Como se o interregno entre 2016 e 2018 (com o inominável Michel Temer fazendo a “ponte para o futuro”), fosse apenas mero contratempo, ganho imediato com reformas liberais, a preparar um novo governo, esse sim, banhado por votos, pleno de legitimidade e vigor para implementar a agenda dos mercados.

Bolsonaro provavelmente não era o candidato que surgia nas confabulações do andar de cima. Mas, com o ultraliberal Paulo Guedes (colaborador de Pinochet) avalizando o programa do ex-capitão, por que não o apoiar – afinal, valia tudo para impedir a volta do PT.

As elites que patrocinaram o golpe, na ausência de seus tucanos de sempre no segundo turno, patrocinaram – com maior ou menor desfaçatez – a eleição de Bolsonaro.

O hoje icônico editorial do *Estadão* de 8 de outubro de 2018 é o resumo da ópera: “uma escolha muito difícil”.

Escreveu em alto e bom tom o vetusto jornal das elites paulistas: “De um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), o truculento apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro”.² Sim, circulava a tese de que Bolsonaro, uma vez eleito, se adaptaria ao jogo, seria normalizado, contido. Ideia sabidamente falsa – dado o histórico do sujeito – que servia tanto para apaziguar eventuais crises de consciência nas classes médias e elites “ilustradas” como para iludir alguns incautos.

O fato é que a força do bolsonarismo pegou de surpresa tanto o campo progressista como a direita liberal.

2. “Uma escolha muito difícil”, in Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, 08 out. 2018. Disponível em: <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,uma-escolha-muito-dificil,70002538118>. Acesso em: 21 set. 2021.

NEOFASCISTA E ULTRALIBERAL

Demorou um pouco.

Nas universidades, na mídia progressista, entre movimentos sociais e partidos de esquerda, a caracterização acerca da natureza do bolsonarismo não foi consensual, nem imediata. Entre a esquerda circulavam definições como extrema-direita, autoritarismo.

A grande mídia segue a usar e abusar do conceito de “populismo” (significante tão elasticamente manipulado onde caberia, simultaneamente, Evo Morales, Chávez, Bolsonaro, Lula e Trump).

Apesar de sempre tratar do tema de maneira rasa, há autores e autoras que sustentam essa abordagem. Desde a “canônica” Hannah Arendt com seu conceito largo e eclético de “totalitarismo”, até a repetição dos argumentos simplistas de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no *best-seller* *Como as democracias morrem* (autores aproximam Péron e Hitler, Chávez e Orban). O livro é pura expressão daquele tipo de liberalismo tosco autocentrado que marca a ciência política estadunidense.

Hesitou-se muito entre os progressistas a caracterizar o governo Bolsonaro como de tipo (neo)fascista. Logo no comecinho de 2019, o argentino Atilio Boron, respeitado cientista político de esquerda, escreveu um artigo sustentando ser grave erro classificar o governo do ex-capitão como de tipo fascista.³

O centro do argumento de Boron: o fascismo é uma categoria histórica, forma excepcional de organização capitalista, datada, que não pode ser reproduzida. O autor entende que o fascismo é necessariamente estatista e intervencionista.

Ocorre que Boron acaba desconhecendo não só a plasticidade histórica dos fascismos como a própria constituição objetiva do

3. BORON, Atilio A. “Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como ‘fascista’ é um erro grave”, in *Brasil de Fato*, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>. Acesso em: 03 set. 2021.

movimento bolsonarista no Brasil – que arregimentou um forte apoio de massas (parte delas mobilizadas nas ruas e redes).

Aos poucos, todavia, o conjunto das políticas e dos discursos impulsionados por Bolsonaro foram deixando muito nítido o caráter neofascista de seu governo-movimento.

Nunca antes na história deste país tão rápida e eficazmente foram desconstituídos direitos de todos tipos, conquistados em quase um século de lutas.

O governo de Michel Temer, com sua “ponte para o futuro” (o caderno de propostas que selou a aliança golpista entre o então vice e as classes dominantes) retomou fortemente a implementação do programa neoliberal.

O maior trunfo de Temer foi conseguir a aprovação da emenda constitucional que instituiu o teto de gastos (dezembro/2016) – delineando um novo período.

Ao congelar por 20 anos as despesas públicas, transformaram o Brasil no país mais fiscalista do mundo. Uma regra absurda, que literalmente paralisa o orçamento público por duas décadas. Tiraram da maioria do povo o direito de debater e definir democraticamente, nas eleições, os rumos e projetos do país.

Bolsonaro fez jus ao apoio recebido das classes dominantes. Muito mais ousado e legitimado que Temer, radicalizou o neoliberalismo como nunca havíamos nem sequer sonhado.

A destruição dos direitos trabalhistas, por exemplo, é um processo ininterrupto, com “reformas” sucessivas desde 2019 até o segundo semestre de 2021, momento da elaboração deste artigo.

É ocioso listar o conjunto dos ataques brutais e simultâneos que o governo Bolsonaro opera brutalmente, desde 2019, contra todas políticas sociais, culturais, ambientais, educacionais.

O viés neoliberal de corte de recursos e desmonte do Estado se combina com a fúria neofascista contra o meio ambiente, a cultura, a ciência, a educação e as políticas de promoção de direitos.

Tal aliança regressiva tem conduzido o país às primeiras décadas do século XX. Economicamente uma mega fazenda, sem indústrias sem desenvolvimento econômico. Social e culturalmente, um país reacionário que não reconhece direitos trabalhistas nem tem políticas sociais.

Seguir subestimando a força do bolsonarismo e sua aliança com as elites seria um grave erro. Não estamos diante de um fenômeno que se dissipará rapidamente. A corrente neofascista tem hoje base de massas, militante. Sobreviverá a eventual derrota de seu líder em 2022.

BOLSONARISMO E AS GUERRAS SEXUAIS

O *modus operandi* e o escopo do bolsonarismo nada têm de originais. São recriações de movimentos, táticas, ideias que circulam mundo afora.

O núcleo duro do bolsonarismo é a disputa de valores.

O que muitos chamam de “guerras culturais”. Não se trata de estratégia original, nem recente. Nos EUA, por exemplo, desde pelo menos o fim dos anos 1970, assistimos à mobilização do pânico moral por parte dos setores conservadores em relação aos temas dos direitos das mulheres e das pessoas LGBT.

Atacam um “pacote” de avanços civilizatórios.

Liberdades democráticas, direitos civis, direitos sexuais e reprodutivos, liberdade de orientação sexual e de gênero, laicidade do Estado, liberdade de crença, igualdade entre mulheres e homens, igualdade racial, proteção do meio ambiente, pluralidade, cultura livre, garantia dos direitos humanos, liberdade de expressão, reunião e associação, cultura de paz (desarmamento), enfrentamento do racismo estrutural, do machismo e da discriminação a LGBTs.

Boa síntese desse processo pode ser encontrada em artigo de Jorge Chaloub, que sustenta: a grande guinada capaz de distinguir a

direita radical foi a transplantação de seus embates para o terreno da moral, por meio de uma hipermoralização da realidade, que reduz todas as disputas a um confronto entre bem e mal absolutos. E assim vão construindo um discurso no qual o universo da esquerda deve ser necessariamente erradicado.⁴

Nessa clave é possível entender como o bolsonarismo logrou aglutinar as lideranças religiosas cristãs conservadoras – católicas e evangélicas.

Gayle Rubin, escrevendo sobre os EUA de Reagan, cunhou, já no início dos anos 1980, a expressão “guerras sexuais”.⁵

A autora identificou, há quase quatro décadas, que a oposição da direita à educação sexual, aos direitos LGBT, à pornografia, ao aborto e ao sexo antes do casamento foi deslocada da periferia para o centro da arena política, no exato momento em que os estrategistas de direita e os fundamentalistas religiosos descobriram que as massas eram muito receptivas a esses temas.

Importa, portanto, reconstituir as disputas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e como a disseminação do pânico moral foi parte importante do fortalecimento do conservadorismo moral, do fundamentalismo religioso, e, por último, do neofascismo bolsonarista, tão alicerçado na disseminação das *fake news*.

Pelo menos desde as eleições de 2010, há uma onda conservadora impulsionada, sobretudo, por setores fundamentalistas evangélicos e conservadores católicos, que se opõem aos direitos sexuais e reprodutivos.

Oito anos antes da vitória de Bolsonaro, o candidato da suposta direita liberal, do PSDB, José Serra, decide alçar temas como aborto, religiosidade, lesbianidade para o centro do debate eleitoral.

4. CHALOUB, Jorge. Um olhar sobre a instável hegemonia da direita radical, in *Le Monde Diplomatique* Brasil, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/um-olhar-sobre-a-instavel-hegemonia-da-direita-radical/>. Acesso em: 03 set. 2021.

5. RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. London: Pandora Press, 1992.

Serra atacou a então candidata do PT, Dilma Rousseff, nesse terreno “moral-religioso” e girou, naquela época, o núcleo do debate – saem economia e política, entram “valores”.

A pauta dos direitos LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, pessoas trans) foi alçada ao centro das disputas político-eleitorais desde então. E aí permaneceu.

Essa ascensão conservadora conseguiu bloquear, em 2014 e 2015, a aprovação no Plano Nacional – e nos planos estaduais e municipais de Educação – de qualquer medida voltada a promover o respeito à igualdade de gênero e à diversidade sexual nas escolas.

Políticos, pastores, padres, bispos, deputados, vereadores, importaram o termo “ideologia de gênero”.

Disseminaram a ideia de que discutir gênero na educação é equivalente à defesa da destruição das famílias, da dissolução das identidades das crianças e até mesmo do incentivo à pedofilia.

Expressão vaga, polissêmica, “ideologia de gênero” funcionou como uma espécie de gatilho e senha para a mobilização reacionária. Um espantalho.

Galvanizando uma série de ideias e temores, produzidos no âmbito do conservadorismo religioso, essa movimentação ajudou a acionar pânico morais relacionados principalmente à integridade das crianças e adolescentes e ao bem-estar das famílias.

Foi exatamente esse o processo ocorrido entre 2013 e 2015/2016. De alguma forma, tal movimentação agregou-se ao bolsonarismo em construção.

Bolsonaro falou várias vezes sobre o tema da “ideologia de gênero”.

Em 2018, a máquina de propaganda bolsonarista – provavelmente estruturada desde os EUA de Bannon – distribuiu milhões de *fake news*, via Whatsapp, afirmando que o candidato progressista, Fernando Haddad (PT) defendeu distribuir um tal “*kit gay*” nas escolas, doutrinando as crianças.

Foram, também, espalhadas mensagens afirmando que o candidato Haddad havia disponibilizado mamadeiras nas creches de São Paulo que teriam um bico em forma de pênis (o boato ficou conhecido como “mamadeira de piroca”).

A cruzada antigênero e anti-LGBT – originalmente promovida pela direita cristã, sobretudo por pastores/parlamentares, midiáticos líderes neopentecostais – encontrou no deputado ex-militar, o Jair, uma voz potente que disputava competitivamente as eleições presidenciais.

E vice-versa. Foi uma aliança importante e estruturante para a vitória do neofascismo.

Nesse sentido, as guerras sexuais ou as guerras culturais parecem ter vindo para ficar.

No caso do governo Bolsonaro, é parte integrante de sua estratégia de comunicação a mobilização cotidiana da base social e política.

Campanha permanente – prolongamento das táticas utilizadas na campanha eleitoral, gerando ininterruptamente discursos e símbolos que embasam as bases neofascistas e tentam manter o “inimigo” sob fogo cruzado.

Ideologia de gênero e a aliança Bolsonaro-igrejas

Expressão vaga, polissêmica, “ideologia de gênero” funciona como uma espécie de gatilho e senha para a mobilização reacionária. Um “*dog whistle*” – apito que mobiliza e aglomera o bando.

Funcionou como fermento do bolsonarismo, uma espécie de aperitivo. E depois elemento central da campanha de 2018.

Em seu discurso de posse, Jair Messias registrou: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas.”⁶

6. “Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero; veja íntegra do discurso”, in UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm>. Acesso em: 19 set. 2021.

A agitação ultraconservadora, manipulando esse conceito em terras brasileiras, se deu em consonância com iniciativa muito mais ampla, internacional. Em diversos países europeus e latino-americanos – com destaque para Colômbia e Costa Rica – ocorreram processos muito semelhantes, quando “guerras culturais” e mobilizações antigênero – de setores conservadores, religiosos ou não – se mesclaram às disputas políticas, eleitorais e ideológicas mais gerais, impulsionando o crescimento de setores de extrema-direita, contrários, no limite, à própria democracia liberal.

Em vários países, o combate à “ideologia de gênero” funcionou como uma cola simbólica, aglutinando diversos setores reacionários, impulsionando uma mobilização social, política e eleitoral.

Embora só tenha aportado nas terras brasileiras em 2015, a expressão “ideologia de gênero” tem suas origens na segunda metade dos anos 1990, a partir da oposição do ativismo católico conservador ao termo “gênero”, que se consolidou, naquela década, nos documentos oficiais da ONU.

“Ideologia de gênero” é um conceito que apareceu na Conferência Episcopal do Peru em 1998 e depois se ampliou e se sofisticou em diversos documentos oficiais da Igreja Católica, além de aparecer em trabalhos teóricos de vários teólogos e bispos.

O termo “ideologia de gênero” funciona como detonador de pânico morais; é geralmente associado a suposto ataque de acadêmicos, feministas e ativistas LGBT – às vezes com dimensões de conspiração internacional – às famílias – aquela dos padrões tradicionais da moralidade cristã – e às crianças e adolescentes.

A controvérsia sobre o papel da família, do Estado e da sociedade na formação das crianças e adolescentes é recorrente, assim como o conteúdo dos currículos escolares, especialmente nos tópicos relacionados à educação sexual, à forma de abordar temas dos direitos sexuais/reprodutivos, às questões da igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual.

Muitas vezes, como estratégia discursiva, usam tanto argumentos do tipo: “a Bíblia diz assim” como afirmações supostamente científicas: “na natureza só há homens e mulheres”.

Peculiaridade nacional é o protagonismo de lideranças evangélicas na disseminação do pânico moral e no enfrentamento radical ao que denominaram “ideologia de gênero”.

Na verdade, mobilização para retirar não só as diretrizes pró-diversidade das leis e políticas públicas, como até o termo “gênero”, em si mesmo. Virou termo proibido.

Embora toda a construção internacional teórico-teológica seja da cúpula católica, são as lideranças evangélicas que, no Brasil, popularizaram o termo (distorcendo, simplificando), conclamando o enfrentamento da tal ameaça às famílias e às crianças.

Aqui o hoje bolsonarista pastor evangélico Silas Malafaia, por exemplo, faz questão de reivindicar sua condição de psicólogo – supostamente, portanto, um homem da ciência – para argumentar que “não há cromossomo *gay*”.

Ou seja: qualquer orientação sexual distinta da heterossexualidade não se legitimaria na ordem biológica da espécie humana. Arditosa tática argumentativa que embaralha o jogo, pois recorre ora à Bíblia, ora a uma suposta ordem natural para proscrever o repúdio às LGBTs.

Foi vitoriosa, em 2018, a aliança do bolsonarismo com os fundamentalistas religiosos. Assistimos, assim, desde o início do governo Bolsonaro, ao patrocínio institucional aos discursos de ódio e os ataques formais às políticas de promoção da diversidade sexual e direitos reprodutivos.

O Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, liderado por Damares Alves, liderança experiente da direita evangélica, organiza a agenda conservadora no governo Bolsonaro com vínculos internacionais.

Em setembro de 2019, Damares representou o governo brasileiro na 3ª Cúpula da Demografia de Budapeste, na Hungria de Victor Orbán (um dos ícones da extrema-direita mundial).⁷

Lá, ela criticou a “ideologia de gênero” e “defendeu a vida” – termo genérico para atacar o direito das mulheres ao aborto legal e seguro. Celebrou o governo Bolsonaro por ter criado, pela primeira vez, um Ministério pró-família – esse modelo de arranjo familiar idealizado pelos conservadores cristãos: patriarcal, burguês, cis-heteronormativo.

Trata-se de potencializar o cristianismo conservador. Lideranças evangélicas neopentecostais tornaram-se base orgânica do neofascismo. Uma aliança que tem fundamentos ideológicos e também materiais. O governo libera recursos para os parlamentares cristãos conservadores, prioriza suas emissoras de rádio e TV, perdoa suas milionárias dívidas com a União.⁸

O neofascismo neoliberal está associado, portanto, a um extremo conservadorismo/moralismo no campo dos direitos civis e sexuais, e, nas esferas da cultura, das liberdades democráticas, do reconhecimento à diversidade de maneira geral.

Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo neofascista vai exigir firmeza, nitidez e perseverança da esquerda social e política.

Estamos desafiados a fazer, de verdade, aquilo pelo qual somos estigmatizados por “olavistas” e afins. Ou seja: disputar de fato hegemonia na sociedade, levar o suposto “gramscianismo” a sério, pensar e agir considerando as batalhas ideológicas e culturais: comunicar, organizar, formar.

7. “Damares critica reportagem sobre discurso na Hungria: ‘Onde ataquei homossexuais?’”, in *Poder360*, 21 set. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/damares-critica-reportagem-sobre-discurso-na-hungria-onde-ataquei-homossexuais/>. Acesso em: 19 set. 2021.

8. “Com aval de Bolsonaro, Congresso anistia dívida bilionária de igrejas”, in CNN, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-aval-de-bolsonaro-congresso-anistia-divida-bilionaria-de-igrejas/>. Acesso em: 21 set. 2021.

FASCISMO, DITADURA MILITAR E O LEGADO DA ESCRAVIDÃO⁹

DILMA ROUSSEFF

No livro *Fascismo e Ditadura*, há uma interessante afirmação sobre a atualidade do fascismo:

Quanto à atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos – como, aliás, os outros regimes de exceção (ditadura militar, ditadura bonapartista) – não são fenômenos limitados no tempo. Podem muito bem ressurgir atualmente, mesmo nos países da área europeia. Na medida que se assiste a uma crise grave do imperialismo, crise que atinge o seu próprio centro. O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo, hoje – mesmo que não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado. (POULANTZAS, 2021)

Nessa perspectiva, vamos resgatar a análise do fascismo como algo atual, pois estamos vivendo a crise da etapa do neoliberalismo financeirizado, que engendra imensa desigualdade e extraordinária

9. Esta exposição tem como base a concepção de Estado Capitalista de Exceção de Nicos Poulantzas na obra *Fascismo e Ditadura* e a leitura que dela faz o professor Danilo Enrico Martuscelli da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

concentração de riqueza e renda. É isto que produz o caldo de cultura para o reaparecimento das tendências denominadas neofascistas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

É necessário, portanto, analisar o ressurgimento do fascismo atual a partir das características políticas que assume, em especial, quanto ao Estado.

É importante ter em conta que o Estado Capitalista de Exceção não é, necessariamente, uma forma de Estado restrita a um momento histórico do capitalismo, ou seja, o fascismo dos anos 1920 e 1940. Pode-se pensá-lo no presente como integrando do período do capitalismo neoliberal porque o fascismo é uma possibilidade histórica que pertence ao tipo capitalista de Estado.

Sem dúvida, o fascismo é um “regime da forma de Estado Capitalista de Exceção”. Poulantzas entende que o Estado Capitalista admite variações que podem se manifestar consubstanciando-se na forma de Estado Capitalista Democrático ou, alternativamente, na forma Estado Capitalista de Exceção. Cada uma dessas formas de Estado admite, por sua vez, diferentes regimes.

O Estado Capitalista de Exceção comporta formas de regime não democráticos, como a ditadura fascista, a ditadura militar e a ditadura bonapartista. São diferentes regimes do Estado de Exceção que, na fase imperialista, e também no estágio do capitalismo imperialista neoliberal, seja em países capitalistas periféricos, seja em países centrais, podem, de acordo com as fases da luta de classes, assumir combinações distintas, entre a instituição repressiva (policial e militar), os diferentes aparelhos ideológicos (igreja, partido, família, imprensa) e as instituições econômico-financeiras e fiscais.

De forma esquemática, é possível observar diferentes combinações históricas, em determinadas fases do desenvolvimento do fascismo em determinada sociedade, por exemplo: no regime fascista espanhol, dominavam a Igreja e o aparelho repressivo militar; no regime fascista

italiano, a predominância era do partido e do aparelho repressivo militar; e, na Alemanha, prevalecia a forte presença do partido e da polícia política, liderando o aparelho repressivo.

Deve ser esclarecido que o conceito de Estado Capitalista aqui considerado é constituído por um aparelho repressivo, formado pelas burocracias civil, militar e jurídica; uma variedade de aparelhos ideológicos, como os aparelhos políticos, escolar, religioso, de informação/comunicação e um aparelho econômico integrado pela gestão orçamentária-financeira-fiscal, banco central etc.

O fascismo nas suas formas históricas pressupôs a existência de um partido ou um movimento responsável pela mobilização permanente das massas populares e um destacamento paramilitar que assumia a violência política privada, portanto não estatal – em termos atuais, milicianos. Ao longo do processo de implantação, verificou-se a existência de relações de articulação e/ou disputa entre o aparelho partidário responsável pela violência e o aparelho repressivo do Estado. No início, o partido e o movimento dominam. Depois, progressivamente, quando o regime fascista se implanta, são devidamente enquadrados pela força do aparelho repressivo estatal, ou seja, pelo exército, pela administração, pela polícia e pela magistratura.

Ademais, o fascismo, ao contrário das ditaduras militares, geralmente chega ao poder de modo constitucional, por meio da corrupção das democracias. Assim, Hitler e Mussolini chegaram ao poder segundo as regras e as normas jurídicas do regime democrático parlamentar.

Na verdade, o fascismo ascende ao poder sobretudo porque neutraliza os aparelhos judiciário e legislativo, neutralização que só é possível porque as massas populares sofreram uma série de derrotas. Além disso, porque o fascismo conquistou o apoio do bloco de classes hegemônico que viu no fascismo um instrumento imprescindível para afirmar seu poder sobre o conjunto da sociedade.

Em resumo, durante o processo de “fascistização”, o aparelho repressivo do Estado parece perder parte do seu monopólio de exercício da força e da violência em proveito de milícias privadas. No entanto, deve ficar claro que só o bloco no poder lucra com isso, pois há clara conivência e relações cúmplices entre o aparelho repressivo e essas milícias, uma vez que, na maior parte dos casos, é o Estado que as arma ou, pelo menos, permite que elas se armem.

Uma das perguntas que Poulantzas procura responder e importante no caso brasileiro é: quais são as condições históricas que permitem a emergência do fascismo? De acordo com ele, o advento do fascismo seria, em linhas gerais, marcado:

(a) pela derrota estratégica prévia do movimento operário e popular, o que significa que o processo de “fascistização” não ocorre quando há um forte movimento operário e popular organizado e situado na ofensiva política. Para o fascismo ser viável, tal movimento deve encontrar-se na defensiva política. Assim, não faz sentido pensar que a conjuntura aberta pelo processo de “fascistização” seja um momento marcado pela polarização entre fascismo e socialismo. Não. O fascismo só deita raízes nos momentos e lugares em que se depara com um movimento operário e popular débil e com movimentos e organizações sociais, sindicais e partidárias com dificuldades de exercer a representação organizada de amplas bases de trabalhadores e setores populares;

(b) pela ofensiva política da burguesia em seu conjunto contra as massas operárias e populares em meio a um processo de crise de hegemonia no seio do bloco no poder, que busca a adoção de sua agenda a qualquer preço, aliando-se ao movimento fascista. É essa ofensiva que permite a emergência de segmentos das classes médias (da pequena e média burguesia) como força social organizada ou no partido fascista ou em algum tipo de movimento conservador;

(c) pela constituição da aliança entre as classes médias (pequena e média burguesia) e o grande capital, estabelecida ao longo do

processo, logrando confiscar e dirigir politicamente a base de massa do fascismo e avançando na direção da implementação da ditadura fascista. O momento de constituição desta aliança é caracterizado por Poulantzas como “ponto de não retorno”, indicando assim o caráter irreversível do processo de “fascistização” a partir daí;

(d) pelos diferentes papéis e funções exercidos pelas diferentes frações representadas no Estado. Trata-se do papel e das funções representadas, por exemplo, pela “**fração de classe hegemônica**”, que é aquela cujos interesses são impostos sobre as demais classes; pela “**fração de classe reinante**”, aquela que exerce o poder de forma aparente; e pela “**fração de classe detentora do Estado**”, aquela que controla o aparelho burocrático do Estado.

Vamos desenvolver, de forma mais concreta, esses três conceitos, aplicando-os ao Brasil. A fração de classe hegemônica é a fração do bloco no poder que detém prioridade sobre a política estatal. No caso brasileiro, por exemplo, é a fração financeira, expressa no complexo bancário-financeiro e na grande burguesia financeira industrial, agrícola e de serviços. Já a fração de classe que reina na cena política, o faz a partir de suas organizações, sendo que seus representantes podem variar. Por exemplo: no governo Temer seria a aliança entre o PMDB-PSDB; no governo Bolsonaro, o Centrão e a base bolso-miliciano-fascista. Já a fração que ocupa a alta administração do Estado, no governo Bolsonaro, seria o “partido militar”. Em muitos casos, a fração reinante se entrelaça com a fração que controla o aparelho de Estado.

Poulantzas observa que o processo de “fascistização” é marcado por uma crise de hegemonia e que o regime estabelecido permitirá a constituição de uma nova hegemonia ou uma reafirmação da anterior ameaçada, e que tem por objetivo permitir um avanço dos interesses, por exemplo do neoliberalismo, no seio do bloco no poder e, assim, no conjunto da sociedade. Trata-se, sobretudo, da hegemonia do grande capital.

Quanto à fração reinante, deve-se atentar para o fato de que é a pequena burguesia organizada no partido fascista, ou da forma que o substitui, que se constituirá como fração reinante no processo de “fascistização”.

No entanto, uma vez constituído o regime fascista, o partido passa a se subordinar à burocracia estatal e o grande capital assume a função de fração reinante.

Quanto à fração detentora do Estado, ela será composta principalmente pela classe média (pequena burguesia), que preencherá os principais postos da cúpula estatal e ficará responsável pela execução da política estatal.

Tal tipo de análise é interessante por permitir observar a trama complexa das distintas dimensões do processo político e sua relação com as classes e frações de classe em presença: quem detém o poder político e a prioridade sobre a política estatal? Quem exerce a dominação ideológica na cena política? Quem executa a política estatal? Além disso, diferencia uma fase que é o processo de “fascistização”, de uma outra que é o exercício efetivo do poder no regime fascista.

Lembremos com Poulantzas: “O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo, hoje – mesmo que não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado”. Nós estamos vivendo a crise da etapa do imperialismo neoliberal e financeirizado, e notadamente em um momento em que o conflito EUA x China coloca a questão de uma profunda alteração no jogo de forças políticas internacionais, com forte repercussões e articulações com as classes e as frações de classe nacionais.

Vamos, então, examinar o que acontece no Brasil com Bolsonaro. De início, cabe afirmar que a visão de que as Forças Armadas estão apartadas de Bolsonaro é funcional para o projeto de permanência no poder do partido militar.

No Brasil, temos duas linhas de concepção e projetos históricos decorrentes do Estado Capitalista de Exceção que se desenvolvem paralelamente, mas com influências recíprocas e uma base histórica de 300 anos de escravidão.

Uma é o Integralismo surgido nos anos 1930, com Plínio Salgado, partido de ultradireita anticomunista, ou seja, de corte fascista. Durante o período getulista, esta corrente na história política brasileira, mesmo derrotada, deixou suas digitais por todo o conservadorismo brasileiro, de setores da UDN ao plano Cohen do general Olímpio Mourão Filho. A outra corrente, em que pese influenciada por esta, tem características próprias, ou seja, a intervenção militar. Surge, a partir de todas as intervenções dos militares na vida política brasileira, desde a Proclamação da República, passando por todas as tentativas de golpe de Estado até chegarmos à ditadura militar de 1964.

Esta última etapa está fortemente baseada no fantasma da chamada intentona comunista que internaliza os padrões da guerra fria. Define um inimigo interno e se exprime na ideologia anticomunista. Mais recentemente, surge um forte ponto em comum entre ambas – fascismo e ditadura militar. Trata-se das concepções da direita norte-americana, com destaque para o marxismo cultural que criminaliza tudo e todos: dos movimentos sociais, passando pelo das mulheres, dos negros e até os movimentos ambientalistas. Trata-se da visão de uma guerra híbrida sendo praticada contra o Estado pelos “novos comunistas”. Além, é claro, da ideologia neoliberal que transforma a soberania do país num conceito vazio de pátria e que permite um alinhamento internacional cego aos EUA. Uma pseudodefesa da Amazônia representa o que resta do sentimento de pátria, no entanto, não impede o acelerado desmatamento e a autorização para um avanço desenfreado de empresas estrangeiras sobre nossas riquezas minerais e naturais.

O grande destaque que solda as forças autoritárias que atuam sobre a Nação e que é a base ideológica que articula todo o pensamento reacionário no Brasil, toda a concepção e a prática política e cultural

de violência é o menosprezo, a coisificação e o ódio ao escravo, que se transforma em menosprezo, coisificação e ódio aos mais pobres, aos negros, pretos e pardos. O fundamento histórico do fascismo brasileiro é a escravidão e suas sequelas no povo e nas classes dominantes. O escravo negro, como enfatiza Jessé de Souza, é eternizado nas massas majoritariamente mestiças, com escolaridade precária e assim excluídas da educação, condenadas ao trabalho desqualificado e semiqualficado. Esta é a base primeira de toda a opressão, de todo ódio e ressentimento reprimido e recalado que é o núcleo da sociedade brasileira.

Essa violência implícita da escravidão sempre foi o DNA da opressão de classes entre nós e a ditadura militar e o fascismo dele não se livraram tampouco. Pelo contrário, são o seu legado.

A nossa primeira constatação é que, no Brasil, estamos em pleno processo de “fascistização”.

A segunda é que há um bloco fascista, que é mais movimento que partido, e um “partido militar” que ocupa e controla, de fato, o aparelho de Estado. Ou seja, uma burocracia estatal militarizada com mais de 6 mil cargos, entre ministérios, estatais e agências reguladoras, e 11 mil cargos em comissão.

A terceira é que as marcas do corte fascista estão:

1. No recrudescimento do aparelho repressivo e nas tentativas de uso arbitrário da lei para abordar os movimentos sociais e opositores; e
2. No instrumento utilizado para as rupturas institucionais, que é o método das aproximações sucessivas. Tudo isto de corte fascista clássico.

Vamos lembrar que, em teoria, quem dirige o Estado define o tipo de regime que está em vigor. Na ditadura fascista, o ramo que assume esse papel é a polícia política; na ditadura bonapartista é a burocracia civil; e, na ditadura militar é a burocracia militar. No Brasil, acredito que podemos estar diante de uma forma híbrida, ainda não

completamente definida, na qual tem-se, de um lado, uma “fascistização” crescente e de outro uma ocupação forte e crescente do partido militar, assumindo inteiro controle do aparelho de Estado. Mais recentemente, o Centrão partidário, expressão de classes médias conservadoras, vocacionadas para o exercício remunerado da “capatazia” e premiados com parcelas do Estado, está se associando ao partido militar.

O golpe de 2016, desencadeado para acessar o controle do aparelho de Estado no Brasil e, assim, fazer as reformas neoliberais, teve como seus principais objetivos a exclusão política das massas populares e de sua representação – o Partido dos Trabalhadores. Aliás, o antipetismo substituiu o anticomunismo como o inimigo interno preferencial. Ao mesmo tempo, o golpe buscava estabelecer a hegemonia incondicional do grande capital financeiro, com toda sua pauta neoliberal. Já a fração de classe do partido militar queria e obteve o controle do alto escalão do Estado que, especificamente, está entregue à alta oficialidade da reserva e da ativa do Exército.

Bolsonaro chegou ao poder numa situação de equilíbrio catastrófico. Golpe, com crise política, crise econômica e, amarrando tudo mais uma vez, o uso da parafernália do combate à corrupção e da criminalização da gestão orçamentária. São armas características do fascismo militar e do neoliberalismo no Brasil. Ambas foram usadas contra Getúlio, contra Jango, contra Juscelino e com a Lava Jato contra mim, Lula e o PT. A criminalização dos partidos e o ódio difundido pelos meios de comunicação contra a política constituíram o pano de fundo da corrosão da democracia. A outra exigência desses tempos neoliberais, é a criminalização dos orçamentos para engessá-los e barrar qualquer iniciativa não liberal. Como destacou Stiglitz, países com anos e anos de neoliberalismo enfraquecendo o Estado, quedaram-se, desarmados, diante da pandemia. A apropriação dos orçamentos pela agenda neoliberal conduz à paralisia do Estado diante da morte e da fome.

O golpe, que começou em 2016 e continuou com a prisão, julgamento e interdição de Lula, foi o pecado original de um processo que ainda está em andamento e que está implantando o programa neofascista/neoliberal que vem destruindo a democracia, a soberania e os direitos sociais do povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, Bolsonaro é o resultado do ovo da serpente chocado no golpe de 2016, no discurso do ódio que o sustentou e na interdição do ex-presidente Lula. Temos muitos combates a travar para enfrentar o pior governo da história do país e restabelecer os direitos que vêm sendo roubados do povo brasileiro desde o golpe. Mais uma vez, o projeto conservador, neoliberal e neofascista dependerá da neutralização do PT para alcançar seus objetivos. E, mais uma vez, terá de se conformar com o fato de que o PT resiste e luta. O PT continua vivo, reconstrói sua histórica identidade com os movimentos populares e as demais forças progressistas e democráticas. E sabemos que é justamente quando a situação é mais difícil que devemos ter esperança, resistir e lutar. O reconhecimento da inocência de Lula é uma vitória da verdade, da justiça e da democracia. E abre uma forte e promissora perspectiva para a luta e a organização do povo brasileiro. Foi aberto um caminho para a reconstrução do Brasil. Sem dúvida, vamos continuar lutando pela democracia e pela vida.

PARTE I: ESTUDOS DE CASO



ALEXANDRE TELES

CONTEXTO

FERNANDO SARTI FERREIRA E

ROSA ROSA GOMES

Nos dias de hoje, em conversas sobre política, muitas vezes o termo “fascista” aparece com uma espécie de xingamento. Usado dessa forma, sem muito cuidado, a verdade é que tudo cabe dentro deste conceito, ao ponto de ele não explicar mais nada. E isto é um problema gravíssimo, uma vez que este é um assunto muito sério. Nossa intenção, neste livro, será discutir não só o que é o fascismo, mas também pensarmos sobre sua história e, principalmente, sobre sua atualidade. Conhecer muito bem o que é o fascismo, além de suas muitas caras ao longo da história, é de fundamental importância para o militante de esquerda e dos movimentos populares. Conhecendo bem o fascismo, o militante poderá refletir com maior consistência sobre como combatê-lo, sem cair em ilusões, falsos debates, além de entender quais são os seus possíveis aliados nesta disputa.

Em primeiro lugar, devemos entender que o fascismo é um movimento político característico dos períodos de crise do capitalismo. A primeira vez que ele surgiu foi após a crise mundial ocorrida a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas seu momento de maior força foi nos anos de 1930, quando o mundo sofria novamente com as consequências do colapso da economia global após

1929. Isso significa que o fascismo é um evento do passado, limitado ao que aconteceu nos anos 1920 e 1930? De maneira alguma. Como foi dito acima, ele é um movimento político característico dos períodos de crise do capitalismo. Isso significa que em toda crise capitalista o fascismo inevitavelmente surge como uma força política de grande importância? Também não. Entender as principais características de um período de crise é fundamental para compreender por que nesta crise, e não em outra, o fascismo surgiu como um fenômeno político relevante, mas, sobretudo, para entender como ele se transformou de um **movimento político** em um **regime político**.

Um **movimento político** é um grupo que busca organizar as pessoas em torno de uma série de reivindicações ou de uma visão de mundo para influir nos processos políticos e decisórios que organizam a sociedade. Este grupo é um **movimento** justamente porque sua atuação não está diretamente vinculada aos centros de decisão política, ou seja, ele não participa, por exemplo, dos governos, do Estado e nem controla organizações políticas reconhecidas, como sindicatos e partidos políticos. Conforme este movimento cresce em importância, sua atuação pode ser mais ou menos institucional, ou seja, ele pode participar mais ou menos do Estado e dos centros de decisão política (por exemplo, quando ele consegue que alguns de seus membros sejam eleitos para cargos políticos, conselhos municipais, direção de sindicatos etc.). Conforme ele aumenta sua presença e seu peso frente aos centros de decisão política, ele pode se transformar em uma **organização partidária independente**, estruturando-se para a disputa direta do poder político.

Mas mesmo que um movimento político, fortalecido por seu desdobramento em diversas formas de organização, consiga chegar ao governo, isto não significa a implementação de um **regime**. O poder que um grupo tem quando chega ao governo é limitado por um conjunto de regras, leis, instituições e outros grupos sociais organizados

politicamente. Ou seja, uma **organização político-partidária**, quando ganha uma eleição, pode implementar uma agenda de governo, dando prioridade para algumas questões ou setores específicos da sociedade, mas não pode ou não tem o poder para fazer o que quiser. Contudo, se esta organização reúne poder suficiente – seja por meios previstos na lei, seja de maneira ilegal ou violenta –, ela pode transformar todas as instituições e leis que regulam o Estado segundo seus próprios interesses e agenda política. Caso ocorra essa mudança mais profunda, podemos entender que aconteceu uma mudança de **regime político**.

É importante notar que essa sequência não precisa ocorrer exatamente desta maneira. Contudo, essa explicação é fundamental para chamarmos a atenção para um aspecto extremamente importante: o fascismo não nasce do nada. São diversas as etapas que o **movimento fascista** deve percorrer até que ele se transforme em um **regime fascista**. Por outro lado, essa evolução não ocorre por simples força da vontade – apesar de o fascista ser sempre um voluntarioso arrogante. É preciso entender o contexto complexo em que se desenvolvem as crises do capitalismo para que possamos identificar sua evolução, pois ao identificarmos em que grau ou estágio de desenvolvimento se encontra o fascismo em determinado contexto, nós podemos escolher as melhores armas e táticas a serem usadas para nos defender e combatê-lo.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O enorme desenvolvimento econômico dos países europeus, dos EUA e do Japão ao longo do século XIX, terminou em um verdadeiro banho de sangue. A disputa acirrada entre os países industrializados – também chamados de centrais – por mercados consumidores para seus produtos, zonas de influência, destino para seus investimentos e fontes de alimentos e matéria-prima, acabou elevando a tensão

entre estas potências e desembocando na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). De um lado, França, Inglaterra, Rússia e depois Estados Unidos e Itália. Do outro lado, a Alemanha e os já carcomidos impérios Austro-húngaro e Turco-otomano.

Duas características deste conflito são essenciais para entendermos a longa crise do entreguerras. Em primeiro lugar, a Primeira Guerra Mundial foi a Primeira Guerra Industrial. Ou seja, foi o primeiro conflito em larga escala, no qual se enfrentaram países que tinham passado pelas profundas transformações econômicas, sociais e tecnológicas provocadas pela Revolução Industrial. Até então, as inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Industrial aplicadas à guerra tinham servido somente aos países centrais para ampliação de suas zonas de influência e dominação sobre os países periféricos. A artilharia, o rifle de repetição – e depois a metralhadora –, os moderníssimos navios de guerra etc. foram fundamentais para a criação de um mercado de alcance mundial, de onde os países centrais retiravam as matérias-primas e os alimentos produzidos pelos países periféricos – e que eram essenciais para suas economias – e despejam nestas colônias e semicolônias as mercadorias produzidas por suas indústrias e os capitais sobranes obtidos pelos enormes lucros que acumulavam.

Assim, por se tratar de um conflito entre países industrializados, a técnica e a tecnologia foram elementos muito mais importantes para a vitória que as habilidades individuais dos soldados e generais. Ou seja, um país poderia ter os soldados mais corajosos e os generais mais experientes e brilhantes. Contudo, estas vantagens eram estraçalhadas pelas rajadas das metralhadoras e sufocadas pela fumaça dos gases químicos. Quem tivesse mais recursos econômicos que pudessem alimentar a máquina de guerra, também teria a vitória.

Isso significa que em uma guerra industrial a economia de um país inteiro deve ser mobilizada para o conflito. A indústria de calçados deve se dedicar a produzir coturnos; a têxtil, uniformes; a

metalúrgica e siderúrgica, armas e veículos de combate; a química, pólvora e explosivos; a produção e importação de alimentos, como os outros ramos da economia, também é desviada para o esforço de guerra. Contudo, como foi mencionado acima, as economias industriais foram responsáveis pela criação de um mercado de alcance mundial. Eram, na verdade, completamente dependentes deste, de onde obtinham matérias-primas, alimentos e parte substancial de seus lucros com a venda de produtos industrializados e investimentos. Se as economias industriais dependiam dos países periféricos para seu funcionamento, não seria diferente num momento de guerra. E é por isso que a Primeira Guerra Industrial foi, também, a primeira *mundial*, pois todos os países e regiões que participavam do mercado mundial foram afetados, de alguma maneira, pelo conflito.

Analisando essas características do que estamos chamando de guerra industrial, fica claro entender por que os Estados que entraram no conflito tiveram que mobilizar suas populações por meio do nacionalismo exacerbado. Era preciso não apenas convencer as pessoas a lutarem nos campos de batalha, mas também a suportarem a inflação dos preços, a escassez de bens essenciais e a superexploração nas fábricas, sacrifícios necessários em nome da “salvação da pátria”. Contudo, se as promessas de um mundo melhor no pós-guerra embalaram o surto de nacionalismo que acometeu boa parte destas populações e até mesmo os partidos socialistas, que durante todo o fim do século XIX e começo do XX, tinham denunciado os interesses escusos que envolveriam um conflito entre as potências industriais, o desastre nas trincheiras, fosse no campo de batalha, fosse nas fábricas, provocou uma transformação radical no humor da classe trabalhadora dos países envolvidos no conflito.

Como um verdadeiro rastilho de pólvora, a insatisfação com as condições de vida nas cidades e nos campos de batalha evoluiu para uma revolta generalizada. Em boa parte dos países do mundo, o

desgaste econômico provocado pelo esforço de guerra dos arrogantes países industriais piorou a qualidade de vida dos trabalhadores, que se lançaram em importantes movimentos de reivindicação. Uma crise, que tinha um fundo econômico, acabou evoluindo para uma crise política. A guerra não só mutilava e assassinava trabalhadores soldados como também provocava a fome e escassez dos que ficaram produzindo na retaguarda. Soldados se uniam aos trabalhadores em protestos contra seus governos e a guerra. Em algumas regiões, estas rebeliões ganharam corpo e chegaram a se transformar em movimentos revolucionários. Liderados pelos setores mais radicais dos partidos socialistas e por grupos anarquistas, soldados e trabalhadores promoveram uma onda de revoluções por toda Europa e que na Rússia teve seu desfecho mais radical: a criação do primeiro regime político socialista do mundo após a Revolução de Outubro de 1917.

O exemplo da Revolução Russa amedrontou as classes dominantes de todo o mundo que, com medo de que as coisas se repetissem em seus países, adotaram duas principais estratégias para combater a onda de levantes e revoluções sociais ocorridas entre 1917-1923: a violência e a concessão de direitos sociais e políticos para os trabalhadores. Em alguns países, a opção pela reforma social prevaleceu sobre a violência, enquanto em outros foi a repressão que caracterizou a reação das classes dominantes contra os trabalhadores. No entanto, em toda parte estas estratégias foram utilizadas como forma de impedir um processo revolucionário como o ocorrido na Rússia.

As táticas adotadas pelas burguesias dos países sacudidos pela crise do fim da Primeira Guerra Mundial funcionaram para evitar que as revoltas, que varreram a Europa, tivessem como desfecho uma revolução social mundial. Com a exceção da Rússia, em todos os outros países, até o ano de 1923, os setores mais radicais do movimento dos trabalhadores e da esquerda foram sendo sistematicamente derrotados. Estas duas guerras, a primeira contra os países rivais, a segun-

da contra a agitação social, foram experiências fundamentais para a formação de boa parte das principais organizações e líderes da onda fascista que caracterizou o entreguerras. Por isso, o impacto da guerra e da crise que marcou seu fim em cada um dos países são elementos fundamentais para compreendermos os **movimentos** e os **regimes fascistas** que viriam a nascer e ganhar força nos anos seguintes.

A LONGA CRISE DO ENTREGUERRAS: O BAQUE DE 1929

A década de 1920 foi um período de relativa paz para as classes dominantes ao redor do mundo. As burguesias dos países europeus e dos EUA conseguiram afastar o espírito de revolta que marcou o fim da guerra por meio da repressão e da incorporação de algumas reivindicações, como a concessão de alguns direitos trabalhistas e a ampliação do direito do voto dos trabalhadores e a sua extensão às mulheres. Abriu-se um período de intenso crescimento econômico, capitaneado pela agora maior e mais importante economia do mundo: os EUA. O país norte-americano passou de grande devedor a maior credor do mundo. O crescimento de sua economia, embalada pelo advento de uma série de novos ramos da indústria – como os eletrodomésticos e os automóveis – e pelo recuo das outras potências sobre os mercados ao redor do mundo, fizeram com que o centro da economia mundial se deslocasse de Londres para Nova Iorque.

Contudo, a verdade era que muitos dos problemas que levaram ao conflito mundial não foram resolvidos pelos tratados de paz que puseram fim à guerra, além do surgimento de tantas outras novas questões. A Conferência de Paz, realizada em Paris no ano de 1919, e que tratou de redesenhar a ordem mundial no pós-guerra, na verdade, como afirmaram alguns dos seus participantes mais sagazes, apenas adiou um novo conflito. Conduzida seguindo os interesses exclusi-

vos da França e da Inglaterra, O Tratado de Versalhes, assinado nessa Conferência, procurou punir severamente a Alemanha, retirou de seu poder colônias e importantes partes do seu território, repartiu o Império Otomano entre os vencedores, ignorou as reivindicações dos povos colonizados e de países como a Itália e o Japão e isolou completamente a Rússia Soviética do resto do mundo. Este cenário deve ser completado pela recusa dos EUA em assinar o tratado, o que fez com que simplesmente a maior potência econômica e militar do mundo não reconhecesse a nova arquitetura do mundo pós-guerra.

As possíveis tensões geradas pelos tratados entre as potências capitalistas no pós-guerra foram abafadas, em primeiro lugar, pelo combate conjunto das diversas burguesias contra os trabalhadores e os movimentos de esquerda, e em segundo lugar pela já citada prosperidade econômica da década de 1920. Mesmo na Alemanha, onde a derrota militar e as punições impostas pelas potências vencedoras estenderam a crise social e política do fim da guerra até o ano de 1923, as coisas melhoraram um pouco, graças ao *boom* econômico dos EUA. Era tamanha a prosperidade dos negócios nos EUA que os capitalistas daquele país passaram a fazer vultuosos e arriscados investimentos ao redor de todo mundo. Na Alemanha, por exemplo, os investimentos estadunidenses foram fundamentais para a recuperação da economia, tanto investindo diretamente em suas indústrias, como emprestando dinheiro para o governo.

O *boom* econômico reconstruiu a ordem burguesa com uma cola muito frágil. O enorme crescimento econômico dos EUA estimulou diretamente e indiretamente as economias ao redor do mundo. A retomada generalizada, que atraía cada vez mais investimentos dos capitalistas estadunidenses, alimentava seu próprio colapso. Com empresas produzindo em um volume crescente, ampliando as expectativas de lucro e alimentando a especulação financeira sobre uma riqueza que parecia não ter fim, já em 1928, as coisas pareciam desandar. A

verdade é que o aumento da produtividade, mesmo que tivesse barateado o custo de muitas mercadorias, como os bens duráveis e os produtos agrícolas, havia sido acompanhado de um processo de estagnação, e em alguns casos de deterioração mesmo, das condições de vida dos trabalhadores. Com suas organizações políticas e sindicais enfraquecidas pela repressão e pelos acordos feitos com as burguesias ao fim da Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores tiraram muito pouco proveito desse *boom*. Uma produção guiada apenas pelo lucro buscará vender sempre mais pelo menor preço, levando a um inevitável achatamento das taxas de lucro. Com a diminuição destas taxas, as expectativas de lucro geradas não se realizam. O resultado é uma corrida de todos contra todos – burgueses e investidores – para vender seus papéis e ações o mais rápido possível. Os investimentos e empréstimos que financiaram a economia mundial durante a década de 1920, desapareceram como fumaça. No dia 24 de outubro de 1929, quando a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, teve início a pior crise da história do capitalismo. O desespero gerado nos trabalhadores pelo desemprego e pelo empobrecimento generalizado da classe média voltou a assombrar as burguesias ao redor do mundo com medo da revolução social, principalmente porque, enquanto o Ocidente capitalista passava por essa crise aguda, a “terrível” União Soviética iniciava um vigoroso processo de crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises do entreguerras formaram uma tempestade intensa e que serviu de pano de fundo para a ascensão e crescimento de **movimentos fascistas** ao redor de todo mundo. Mobilizando as expectativas de uma crise catastrófica e sem solução, estes movimentos tiveram maior ou menor sucesso em decorrência da forma como os diversos países cruzaram esse período. Para entender essa dinâmica, devemos

nos debruçar sobre a experiência histórica específica de alguns países. Para tanto, algumas questões podem ser levantadas já para guiar nosso percurso. Em primeiro lugar, qual o grau e as consequências destas crises nestes respectivos países? Existiam forças políticas organizadas o suficiente para fazer frente a estes movimentos? Qual o grau de compromisso que as classes dominantes assumiram com os grupos fascistas? Que tipos de discursos foram mobilizados por estes grupos? Por fim, como os movimentos e regimes fascistas foram derrotados?

FASCISMO NA ITÁLIA

FERNANDO SARTI FERREIRA E

ROSA ROSA GOMES

A Itália como território unificado sob um mesmo Estado nacional surgiu tardiamente, em 1870. O norte do país já era um importante centro industrial antes da unificação, e no final do século XIX esta característica se acentuou, quando a Itália passou a desenvolver sua indústria de base (bens de produção e máquinas). Foi também neste momento que surgiram os grandes grupos empresariais italianos, associados ao grande capital alemão.

Nessa época, os países que passaram pelo processo de industrialização na Europa disputavam áreas de influência ao redor do mundo; áreas para vender seus produtos industrializados, comprar matérias-primas baratas e pressionar o preço da mão de obra, inclusive dentro de seus países de origem por meio da importação de alimentos baratos produzidos nos países não industrializados. A Itália não estava na ponta desse processo, também conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, mas participava dele, buscando também estabelecer domínios coloniais e zonas de influência, especialmente no norte da África (Líbia, Tunísia e Eritreia).

Estas disputas estão entre as principais causas da Primeira Guerra Mundial, especialmente entre Alemanha, Inglaterra e França. Nos tratados anteriores à guerra, a Itália deveria participar da Tríplice Aliança com Alemanha, Império Austro-húngaro e Império Turco-otomano. No entanto, por ter interesses conflitantes com a Áustria, permaneceu neutra em um primeiro momento.

Internamente, a guerra provocou uma acirrada disputa política: uma parte da esquerda, dos futuros fascistas e dos republicanos defendiam a entrada na guerra ao lado da França; outra parte da esquerda e de liberais defendiam a neutralidade diante do conflito e a direita nacionalista defendia a aliança com a Alemanha, apesar da Áustria. Em 1915, em meio às intensas discussões sobre a participação do país na guerra, o governo dos liberais na Itália assinou um tratado com a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia), estabelecendo as condições de seu apoio, e declarou guerra à Tríplice Aliança. No entanto, a participação italiana na guerra foi desastrosa. Com um exército despreparado e com uma forte oposição política interna, o esforço de guerra gerou apenas problemas econômicos, políticos e sociais, além de um enorme ressentimento, uma vez que, mesmo estando do lado vencedor, a Itália não teve as compensações esperadas.

Após a guerra, como todos os países europeus, a Itália passou por um período de agitações sociais e crise econômica. Greves operárias se espalharam pelo país com a ocupação de fábricas e a sua autogestão pelos trabalhadores, o que gerou a formação das chamadas “comissões de fábrica” ou “conselhos operários”. Mais tarde, essas comissões e conselhos foram incorporados pelos próprios patrões como órgãos consultivos, esvaziando o poder de decisão dos trabalhadores na administração das empresas conquistado durante as ocupações. O movimento se espalhou também pelos meios rurais, onde ocorreram ocupações de terra e uma intensa luta contra as milícias fascistas, conhecidas como camisas negras. O período de intensas lutas sociais, em

1919 e 1920, ficou conhecido como *Biênio Vermelho* e contou com a participação dos fascistas tanto para aterrorizar os trabalhadores como para parasitar o movimento, tentando roubar sua direção.

A figura mais conhecida do fascismo italiano foi Benito Mussolini, um personagem extremamente contraditório e ambíguo. No começo dos anos 1900, ele entrou para o Partido Socialista Italiano (PSI), chegando a ocupar cargos de liderança, mas rompeu com a organização no início da guerra, uma vez que defendia a entrada da Itália no conflito, enquanto a posição oficial do PSI, apesar de divergências internas, foi a neutralidade. A partir deste momento, Benito Mussolini começou sua jornada para a fundação do movimento fascista.

Em 1915, já fora do PSI, Mussolini criou o jornal *Popolo d'Italia*, financiado pelo empresário Filippo Naldi, por meio do qual defendeu ardorosamente a entrada da Itália na guerra e esboçou as primeiras ideias que iriam animar o movimento fascista italiano. Ao longo do conflito, mas principalmente nos seus anos finais e posteriores, várias organizações de extrema-direita foram criadas para combater o movimento dos trabalhadores e os grupos contrários à guerra. Mussolini, no entanto, não aderiu a nenhuma delas, fundando em 1919 o movimento *Fasci Italiani di Combattimento*, ao qual se juntaram o fundador do movimento artístico futurista, Filippo Tommaso Marinetti, e outro líder da extrema-direita, o poeta Gabriele D'Annunzio.

D'Annunzio e Mussolini, no entanto, possuíam uma profunda discordância sobre como o movimento deveria atuar na complexa conjuntura italiana do pós-guerra. O poeta defendia a tomada do poder por meio de um golpe de Estado, apoiado principalmente em milícias de ex-combatentes conhecidos como *Arditi*. Liderando um desses grupos, em 1919, D'Annunzio tomou a cidade de Fiume, na atual Croácia, e então importante cidade portuária do recém-criado Reino da Iugoslávia, símbolo máximo das expectativas de expansão italianas frustradas com a guerra e com o Tratado de Versalhes. O governo italia-

no, procurando evitar problemas com a França e a Inglaterra, terminou por intervir e acabou com a aventura em 1920. Apesar desta derrota da ala mais radical do movimento fascista, os *Arditi*, que passariam a ser identificados como os camisas negras, foram de fundamental importância para a ascensão dos fascistas ao poder.

Por sua vez, desde 1919, Mussolini buscava a via eleitoral como forma de chegar ao poder. Neste mesmo ano, os fascistas já participaram das eleições, tendo um resultado píffio. Mas a partir de 1920, os liberais possibilitaram que os fascistas disputassem o pleito em aliança com outros partidos, permitindo a sua entrada no chamado *Blocco Nazionale*, o que fez a sua votação aumentar enormemente. Com a derrota de D'Annunzio e o crescimento eleitoral dos fascistas, o último passo de Mussolini para controlar o movimento foi dado. Neste contexto, no ano de 1921, o Partido Nacional Fascista foi fundado, adotando um discurso mais conciliador, buscando uma aproximação com o rei da Itália e a pacificação com a Igreja Católica. Uma mudança radical do movimento de 1919, que se afirmava anticlerical e antimonárquico.

Apesar desta acomodação com as forças conservadoras e tradicionais da sociedade italiana, a violência das milícias fascistas contra os trabalhadores organizados avançou sem parar, principalmente no meio rural. Enquanto as autoridades fechavam os olhos para a ação dos fascistas, Mussolini realizou uma manobra de força que acabou levando-o ao poder.

O historiador Robert O. Paxton descreve a chegada em Roma do líder fascista em outubro de 1922 da seguinte maneira: “Mussolini chegou a Roma, vindo de Milão, na manhã de 30 de outubro, não à frente de seus Camisas Negras, mas no vagão-dormitório de um trem. Apresentou-se ao rei em roupas inconvenientes. Vestindo fraque e uma camisa preta, num reflexo indumentário de sua situação ambígua: em parte candidato legal a um cargo público e, em outra, o líder de um

bando de revoltosos. ‘Majestade, perdoe minhas vestes’, consta que ele, de modo mendaz, teria dito ao rei. ‘Venho dos campos de batalha’” (2007, p. 155). A “Marcha sobre Roma”, uma manifestação massiva do partido fascista realizada na capital do país em 28 de outubro de 1922, assustou as elites italianas que, com medo de um golpe de Estado, acabaram apoiando a decisão do rei Vitor Emanuel III de nomear Mussolini chefe de governo, cargo equivalente ao de primeiro-ministro. Dessa forma, com a anuência das elites econômicas, o apoio dos liberais, e atraindo o apoio da monarquia e da Igreja foi que o fascismo chegou ao poder.

Mesmo com o fascismo no governo, as milícias continuaram aterrorizando opositores, estabelecendo, aos poucos, um regime que legalizava a ilegalidade, uma vez que estes atos de violência contavam com a benevolência de juízes e policiais. Alguns socialistas, como o deputado Giacomo Matteotti, denunciavam essa violência. Em 1924, Matteotti foi assassinado pelos fascistas, abrindo a primeira grande crise do governo Mussolini. Contudo, a resposta das esquerdas e das forças políticas contrárias ao fascismo, realizando manifestações públicas e exigindo justiça e punição aos culpados, foi em vão. Com a sociedade e o Estado italianos em franco processo de fascistização, Mussolini saiu da crise fortalecido, sendo respaldado pelo Vaticano, pelos liberais e pelo poder judiciário, que não puniu os culpados. O que era um assassinato político perto do controle e da repressão às forças de esquerda e ao movimento dos trabalhadores? Eis a legalização da ilegalidade.

O movimento fascista na Itália sempre foi pequeno no meio sindical, no entanto, teve um papel importante nesse período, intervindo em inúmeras greves em favor dos empresários. Mesmo durante o regime de Mussolini ocorreram greves, mas elas foram totalmente ignoradas ou reprimidas, os salários arrojados e as conquistas do *Biênio Vermelho* foram sendo neutralizadas, eliminando qualquer papel

dos trabalhadores na gestão fabril. Esse processo culminou na publicação da *Carta del Lavoro*, em 1927. A carta, apesar de atender a algumas antigas reivindicações do movimento operário, como a jornada máxima de oito horas de trabalho, oficializou que o patrão é quem dirige a fábrica e ninguém mais, botando uma pedra em cima das conquistas anteriores. Em 1934, as organizações operárias foram reestruturadas em corporações, combinando trabalhadores e empregadores, e constringendo na prática os primeiros a aceitarem a política de seus patrões.

Conquistado o poder dentro do quadro constitucional e com o apoio dos liberais e das elites econômicas, o regime se consolidou, com a aprovação de uma série de leis que engessaram a ação das oposições, transformando a lei eleitoral de forma a perpetuar no legislativo aqueles que lá já estavam, processo que culminou com a aprovação de uma nova constituição, em 1925. Somente então, inventando sua falta de responsabilidade, como diria Gramsci, os liberais deixaram o governo. O período entre 1925 e 1937 foi de transformação da Itália em uma ditadura de partido único, submetendo toda a ordem social ao controle do *Duce*, Mussolini, e instaurando o *regime fascista*.

A tática de Mussolini foi costurar os elementos conservadores da sociedade italiana e os liberais, unificando-os em torno do medo que tinham da revolta dos trabalhadores. Um grande passo nesse sentido foi a assinatura do Tratado de Latráo em 1929, a partir do qual o Estado fascista concedeu soberania à Cidade do Vaticano, garantiu a liberdade para o exercício religioso e a manutenção das propriedades da Igreja Católica, conquistando o apoio do Papa e do clero. Atendendo aos interesses da Igreja e dos grandes grupos econômicos, Mussolini construiu uma sólida base de apoio na sociedade italiana.

Em relação aos trabalhadores, embora boa parte tenha se mantido à esquerda nos setores sindicais, suas organizações foram incapazes de combater as investidas dos camisas negras, ainda mais após a

divisão do PSI e a criação do Partido Comunista da Itália, em 1921. Essas organizações entraram em disputas entre si, perdendo apoio popular e não conseguiram fazer frente ao fascismo, que se fortalecia pelo ressentimento e sensação de catástrofe que se abatia sobre as massas italianas. Ressentimento da crise econômica, de ter ganhado uma guerra, mas não ter levado nada, de ser um povo humilhado.

Humilhado pela guerra e ameaçado pela revolução social em decorrência da crise econômica, o fascismo prometeu às massas italianas a restauração da grandeza do país perante o mundo. Afirmando que o regime seria o responsável pelo ressurgimento da Terceira Roma, uma alusão aos momentos de glória do antigo Império Romano e do domínio dos povos da península sobre todo o Mar Mediterrâneo, Mussolini apontava para um processo de modernização da sociedade italiana, mas que ao mesmo tempo seria responsável por uma restauração conservadora. Uma sociedade moderna, industrial e imperialista, mas livre dos problemas “inventados” pelos comunistas (como a luta de classes) e pelos liberais progressistas (como os direitos e as liberdades individuais). Essas duas ideologias seriam responsáveis pela desagregação e fracasso da nação italiana. Operando com a ideia do estabelecimento da harmonia social por meio do respeito à ordem e às hierarquias sociais, o fascismo utilizava-se do nacionalismo chauvinista e militarista como forma de unificar grupos sociais extremamente heterogêneos e que muitas vezes tinham interesses completamente opostos. As paradas militares e os uniformes usados por fascistas de todas as classes sociais disfarçava a reafirmação das antigas hierarquias sociais. Era o “socialismo de alfaiate”, como apontou João Bernardo.

A década de 1930 foi um momento de radicalização do regime fascista italiano. Já assentado no poder, era preciso reacender o espírito fascista ainda mais porque a Itália não se recuperava bem da crise de 1929. Assim, em 1935, Mussolini lançou a campanha contra a Etiópia, conquistada em 1936. A guerra, além de animar a economia por

seus preparativos, também tinha outros objetivos políticos. Diferentemente do ocorrido na primeira guerra contra este país africano entre 1895 e 1896, quando o exército italiano foi derrotado de maneira vexatória, a segunda e bem-sucedida campanha foi considerada um marco pelos fascistas do renascimento da grandeza italiana. Não só os italianos podiam expiar o vexame de 1896, como também davam um duro golpe nas nações imperialistas que tinham traído o país ao fim da Primeira Guerra Mundial.

A vitória na Etiópia foi seguida de uma série de outras anexações, apoiadas por outras potências que nesse momento também se encontravam sob regimes fascistas e contestavam a ordem mundial construída após a Primeira Guerra, como a Alemanha e o Japão. Em 1939, os fascistas italianos anexaram a Líbia novamente, a Albânia, partes da Grécia, Croácia, Eslovênia e Egito e patrocinaram, junto com os alemães, a vitória dos fascistas espanhóis sobre os republicanos durante a guerra civil naquele país entre 1936 e 1939.

Fruto de sua aproximação à Alemanha nazista, em 1938, a Itália aprovou uma série de leis discriminatórias contra judeus, proibindo casamentos inter-raciais, excluindo-os do serviço público e de profissões liberais etc. Inevitavelmente, quando a Alemanha se viu envolvida em um conflito de dimensões globais, a Itália não teve outra saída a não ser entrar em 1940 ao lado dos nazistas no conflito que ficou conhecido como a Segunda Guerra Mundial.

Novamente, no entanto, a campanha italiana na guerra teve um resultado desastroso. Seu exército despreparado e sua economia menos vigorosa que a alemã levaram a um rápido esgotamento das forças militares e econômicas e ao início de greves operárias em 1943, além de outras manifestações contra a guerra. Em meio a essas convulsões, somado ao iminente desembarque de tropas estadunidenses na Itália, os apoios costurados por Mussolini se esgarçaram e se voltaram contra ele, destituindo-o do cargo de *Duce* no meio do ano de 1943.

A parcela do governo organizada no sul da Itália passou, então, para o campo dos Aliados.

Benito Mussolini conseguiu manter o controle do norte da Itália com a ajuda do exército alemão que passou a ocupar essa região do país. Fundou-se, assim, a República Social Italiana que radicalizou o discurso fascista, nacionalizou vários ramos da indústria e reforçou a direção da burocracia sindical nas comissões de fábrica, embora tenha concretizado muito menos do que prometeu. Pois quem comandava, de fato, a região era o exército alemão e há várias correspondências de Mussolini para Hitler, reivindicando autonomia para governar o país, o que nunca foi concedido, não conseguindo sequer reestruturar o exército.

Os últimos dias do fascismo italiano revelaram a farsa que sempre fora: nunca conseguiu constituir-se autonomamente, dependendo enormemente dos acordos com os setores conservadores para existir; quando estes se retiraram do governo, só a força do exército alemão conseguiu assegurar o controle de parte do território e, ainda assim, Mussolini em si não comandava nada, estava submetido aos interesses e às ordens alemãs.

Essa ocupação alemã levou à formação de guerrilhas conhecidas como *partisanos*, que capturaram Mussolini em 1945, quando tentava fugir para a Suíça, e o executaram sumariamente. A famosa música *Bella Ciao* foi tomada como símbolo da resistência desses guerrilheiros.

FASCISMO NA ALEMANHA: O NAZISMO

FERNANDO SARTI FERREIRA E
ROSA ROSA GOMES

A Alemanha também se unificou como território nacional tardiamente – em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana. Mas diferentemente da Itália, o país alcançou um alto grau de desenvolvimento industrial no final do século XIX e começo do XX, disputando com os Estados Unidos e a Inglaterra a hegemonia econômica do mundo e sendo um dos principais protagonistas dos desequilíbrios que desencadearam a Primeira Guerra Mundial. Deste acelerado processo de modernização econômica, liderado pela aristocracia agrária da Prússia e uma burguesia politicamente fraca, emergiu no fim do século XIX uma sociedade que antecipava aspectos do futuro – urbana, industrial e tecnologicamente avançada –, mas cujo desenvolvimento reforçou outros aspectos extremamente conservadores – autoritarismo, elitismo e militarismo.

Aliada aos Impérios Austro-húngaro e Turco-otomano, a Alemanha perdeu a Guerra e passou por uma Revolução iniciada em novembro de 1918. O morticínio nos *fronts* somado ao pesado fardo carregado pela população civil em uma guerra industrial acabaram

transformando os protestos liderados pelo movimento operário por melhores condições de vida em um movimento por transformações mais radicais da sociedade alemã. A renúncia do imperador após uma intensa jornada de levantes e manifestações de trabalhadores, soldados e marinheiros em novembro de 1918 acabou levando ao poder o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o maior partido socialista de sua época com uma gigantesca rede de sindicatos, jornais e associações atrelados a ele. No entanto, já nesse momento, o partido tinha muito pouco de socialista e, em vez de implementar a república social, entrou em acordo com as forças conservadoras e até reacionárias do país para instituir uma república parlamentar democrática burguesa e sufocar as forças radicais que se espalhavam entre os trabalhadores. A revolução social foi freada e limitada pela aliança entre as lideranças social-democratas, liberais e conservadores contra comunistas e outros movimentos radicais.

Desde o início desse processo, e apesar da desmoralização que tinham sofrido ao defenderem, até o fim, o esforço de guerra, as forças reacionárias começaram a se agrupar e a se fortalecerem com o apoio da social-democracia para combater as forças políticas mais radicais. Com este apoio, organizaram-se grupos paramilitares compostos por veteranos de guerra inconformados por terem abandonado os campos de batalha, soldados desempregados e estudantes universitários; são os chamados corpos francos, ou *Freikorps* em alemão. Bancados pela indústria e organizados pelo exército, recebiam um soldo maior do que as tropas regulares. Essas forças foram essenciais na constituição do movimento nazista, pois delas, assim como no caso do fascismo italiano, saíram suas milícias.

O período que se iniciou com a Revolução na Alemanha e terminou com a ascensão dos nazistas ao poder, em 1933, ficou conhecido como a “República de Weimar”. Foi um período muito turbado econômica e politicamente, pois, ao fim da Guerra, a Alema-

nha, além dos problemas causados pelo conflito em sua economia, perdeu colônias, partes de seu território e foi obrigada a arcar com as indenizações cobradas pelos países vencedores no Tratado de Versalhes. Ao mesmo tempo, o regime republicano, mesmo que batizado no sangue das forças revolucionárias de esquerda, significou importantes avanços para trabalhadores, mulheres e minorias nacionais, garantindo direitos políticos e sociais para estes grupos.

O início da nova república, assim, foi marcado por importantes contradições políticas e sociais em um contexto de profunda crise econômica. Tal crise teve seu auge no ano de 1923, quando ocorreram o pico da hiperinflação, chegando a 29,5 mil por cento ao mês, e as tentativas de derrubar o governo por parte da extrema-direita e da esquerda, conforme comentaremos mais adiante. O dinheiro alemão perdeu totalmente seu valor, instalou-se basicamente uma economia de troca no país e os empresários ganharam muito, pois vendiam seus produtos em dólares e pagavam os salários já desvalorizados em marcos.

Neste primeiro período, o regime foi contestado por grupos à esquerda e à direita. Para as alas radicais do movimento socialista, organizados desde 1918 no Partido Comunista Alemão, e para alguns grupos de sindicalistas, ao se aliarem com os conservadores e frearem o processo revolucionário, os social-democratas tinham traído a revolução. A república não seria nada mais que uma forma de reinvenção da dominação burguesa e somente uma revolução social radical, como a ocorrida na Rússia de 1917, daria conta de resolver os problemas dos trabalhadores alemães. Após a derrota do levante comunista de 1919, que selou a aliança entre socialistas, liberais e conservadores, os comunistas tentaram sublevar os trabalhadores em mais duas oportunidades: em março de 1921 e em dezembro de 1923. Em ambas as ocasiões, os defensores da república contaram com o apoio dos grupos conservadores e reacionários.

Contudo, é preciso destacar que este apoio dos conservadores e reacionários à república era meramente circunstancial. Para muitos grupos ultranacionalistas de extrema-direita e vinculados ao exército, a instauração da República teria sido uma traição ao ser nacional alemão – uma verdadeira “punhalada pelas costas”. A adoção do regime político foi entendida como uma intervenção estrangeira, assim como as punições econômicas estabelecidas pelos tratados do pós-guerra. Insatisfeitos com os rumos que a Alemanha tomou, estes grupos foram responsáveis por um sem número de assassinatos políticos, cujos alvos iam da extrema-esquerda a políticos liberais. Foram também responsáveis por duas tentativas de golpe de Estado. Em 1920, setores conservadores e oficiais do exército, liderados pelo general Kapp, tentaram derrubar a República, mas foram rechaçados pelas forças políticas de centro e de esquerda. Em 1923, por sua vez, um pequeno grupo ultranacionalista chamado Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou Partido Nazista, com alguma expressão no sul do país, tentou novamente derrubar a República. O episódio, que ficou conhecido de maneira jocosa como o “*Putsch da Cervejaria*”, foi responsável por dar notoriedade nacional a uma nova liderança política: Adolf Hitler. Preso por seu envolvimento no golpe, Hitler teve um destino bem diferente dos militantes de esquerda do período. Enquanto os revolucionários eram presos, torturados e executados de maneira ilegal, Hitler recebeu apoio de importantes figuras do Exército alemão, conseguindo transformar não só seu julgamento, mas seu período na prisão, em um evento de propaganda política.

A partir dessa experiência e se inspirando na atuação de Mussolini na Itália, Hitler deu uma guinada na direção do partido e adotou a via eleitoral como forma de chegar ao poder. A mudança de estratégia para se chegar ao poder foi acompanhada de duas inovações táticas, também inspiradas nos fascistas italianos. Em primeiro lugar, os nazistas passaram a utilizar várias formas de mobilização inspiradas

no movimento social-democrata e comunista. Em seu famoso livro, *Minha Luta*, escrito na prisão, Hitler afirmava que “A burguesia mostrava-se horrorizada por nós termos também recorrido à cor vermelha dos socialistas, suspeitando, atrás disso, alguma atitude ambígua”. Ainda segundo o líder nazista, esta nova atitude causava enorme confusão entre os setores da classe dominante alemã e dos grupos tradicionais da extrema-direita: “Quantas boas gargalhadas demos à custa desses idiotas e poltrões burgueses, nas suas tentativas de decifram o enigma da nossa origem, nossas intenções e nossa finalidade!”. Por fim, Hitler deixava claro que a intenção do partido ao copiar as formas de mobilização e os símbolos da esquerda havia sido o resultado de uma “reflexão exata e profunda” para atrair os trabalhadores para suas reuniões e comícios. Em segundo lugar, e associado a essa apropriação dos símbolos e formas de organização da esquerda, os nazistas construíram uma verdadeira máquina de propaganda, incorporando as mais modernas técnicas de comunicação, como o rádio e o cinema. Aproveitando-se da falta de resolução dos problemas econômicos e dos acordos feitos pelos socialistas com os partidos liberais e de centro, os nazistas puderam mobilizar todas essas novidades para colocar no mesmo saco dos “inimigos da Alemanha” democratas, liberais, socialistas e comunistas. O discurso e a prática nazistas atiravam para todos os lados: ela era antiliberal, antidemocrática, antirracional, anticomunista, racista e imperialista. O discurso confuso e contraditório e apelando de maneira insistente para sentimentos irracionais (glória, fé, honra, pátria e raça) tinha como função única e exclusiva a mobilização do ressentimento dos mais diversos grupos sociais: por exemplo, era preciso atacar o alto preço dos aluguéis para conquistar os inquilinos, mas, ao mesmo tempo, ofender os pobres e endividados, responsáveis pela perda de renda dos proprietários. Tal operação era facilitada quando se indicava para estes dois grupos de interesses antagônicos um único responsável para tudo isso: os judeus. A cabeça por detrás da propaganda nazista foi Joseph Goebbels.

Após o fracasso das tentativas de derrubar a República, os socialistas, em conjunto com os partidos liberais e de centro, e auxiliados pela entrada massiva de capitais estadunidenses, conseguiram reverter a situação e recuperar a economia alemã até certo ponto, embora os salários nunca tenham aumentado durante o período de relativa prosperidade ocorrido entre 1924-1929. Com a crise de 1929, os partidos que governaram a Alemanha durante a República de Weimar passaram novamente por um profundo processo de desmoralização. Contudo, desta vez, o processo foi irreversível. Os social-democratas perderam uma parte importante do apoio que tinham nas massas operárias, o que já vinha acontecendo devido à sua passividade na luta contra os interesses empresariais e à sua constante tentativa de conciliação com os partidos liberais e conservadores. Os partidos de centro e liberais pouco tinham a oferecer, uma vez que estavam plenamente identificados com a ordem econômica e social que novamente jogava os trabalhadores e a classe média alemã no turbilhão da crise social. Nesta conjuntura, nazistas e comunistas ganharam espaço, com uma enorme vantagem para os primeiros. Durante toda a década de 1920, e com maior intensidade após a crise de 1929, ocorreu uma verdadeira guerra entre as forças comunistas e fascistas nas ruas, com brigas e ações de sabotagem, mas também nas urnas.

Nas ruas, como na Itália, foram fundamentais as milícias nazistas. A SA (*Sturmabteilung*), tropas de assalto, também conhecida como os camisas marrons, era chefiada por Ernst Röhm e composta por desempregados e membros da classe média empobrecidos. Essa gangue atacava locais e manifestações da esquerda e insuflava o antissemitismo arraigado na sociedade alemã. Os comunistas conseguiram organizar uma boa parcela da população e tiveram 16,9% dos votos nas eleições de 1932. No entanto, os terríveis efeitos da crise de 1929, sobretudo a enorme taxa de desemprego e o conseqüente enfraquecimento das organizações operárias, engordou as fileiras nazistas

com 33,1% dos votos, dando-lhes uma importante vitória nas eleições legislativas de 1932, ano em que Paul von Hindenburg, político conservador e ex-comandante do exército alemão na Primeira Guerra Mundial, foi reeleito presidente da Alemanha por uma coalização entre o SPD e partidos liberais e conservadores.

A enorme vantagem dos nazistas era fruto da consolidação da reorganização do partido durante os anos 1920, mas, sobretudo, por, naquele momento, eles se apresentarem como o remédio mais razoável para afastar o perigo de uma revolução social. Neste contexto, os nazistas passaram a contar com o apoio cada mais explícito do Poder Judiciário que, ao mesmo tempo em que criminalizava os atos da esquerda, livrava os nazistas pelos mais diversos crimes. Contaram também com a decadência do parlamento que dividia o poder de legislar com o gabinete ministerial e o presidente, além da ajuda do exército e de empresários e dos grandes grupos econômicos, que cada vez mais contribuíam financeiramente com os nazistas para combater os grupos de esquerda nas fábricas e nas ruas.

Em 1933, pressionado pelos grandes empresários alemães, Hindenburg nomeou Hitler chanceler. Um mês após a chegada dos nazistas ao governo em aliança com os conservadores, um incêndio destruiu o parlamento. A autoria do atentado foi rapidamente atribuída aos partidos de esquerda e, em meio à comoção generalizada, Hitler conseguiu a aprovação pelo parlamento da Lei de Plenos Poderes ou Lei Habilitante, em 1933. Essa lei foi aprovada com o apoio dos partidos liberais e do partido católico, chamado *Zentrum*, e foi renovada a cada cinco anos até o fim da ditadura, ela permitiu a Hitler governar sem ter de prestar contas ao parlamento e proibindo todos os partidos políticos, com exceção do nazista. Em 1934, quando Hindenburg morreu, Hitler usou os poderes da Lei Habilitante e fundiu os cargos de chanceler e de presidente da República, passando a ser o comandante do Estado alemão, o *Führer*, líder da Alemanha,

iniciando, assim, o período conhecido como *III Reich*. Ao fim, o movimento nazista transformou-se em regime sem precisar abolir a Constituição da República de Weimar.

O Partido Nazista não era uma agremiação unânime, havia ali uma ala mais radical ligada à SA e que queria que suas tropas se tornassem uma força armada suplementar, ameaçando o exército. Tendo alcançado o poder, Hitler precisava submeter esses radicais. Com um golpe dentro do partido e buscando superar as desconfianças que existiam no exército alemão, em junho 1934, Hitler eliminou esse setor, no episódio conhecido como a “Noite das facas longas”. No lugar dessas tropas, a SS (*Schutzstaffell*) é que se consolidou como o braço armado do partido, uma guarda pretoriana, aquela que protege o Estado contra o próprio exército, se necessário.

O regime se sustentou em quatro poderes: o Partido Nazista, o exército, a burocracia estatal alemã e os industriais monopolistas. O exército e as milícias dividiram o poder de repressão e de terrorismo de Estado. A Igreja não teve um papel de destaque na justificação do regime, nem a católica nem a protestante. Hitler fez acordo com elas e estas puderam exercer suas funções. O agora *führer* – líder máximo do Estado alemão – não queria envolvimento com aspectos religiosos, evitando, inclusive, a vertente nazista que defendia que o movimento adotasse uma espécie de religião pagã, inspirada nas tradições germânicas. O compromisso com as forças conservadoras era uma variável constante nos cálculos de Hitler para consolidar o seu poder.

No regime nazista, Hitler assumiu o papel de salvador da pátria. Essa estaria ameaçada por uma conspiração judia contra o povo alemão, sendo os judeus os responsáveis tanto pela crise econômica, como pelo perigo comunista. Deve-se destacar que o antissemitismo era um sentimento extremamente generalizado na Europa cristã. O papel do salvador seria o de trazer a Alemanha de volta à uma suposta Idade de Ouro, quando o país era um Império relevante e não a Repú-

blica humilhada após a guerra. Se o nazismo se opunha ao indivíduo e à divisão da sociedade em classes sociais, exaltava a massa, a unidade harmoniosa da sociedade. Daí as grandes paradas cívicas, o povo uniformizado e a exaltação da pátria e de seu líder. O discurso nazista utilizava-se, assim, de uma mitologia e de simbolismos já enraizados na sociedade alemã, buscando mobilizar o descontentamento das massas de maneira irracional, pautando-se principalmente na violência e encobrendo as verdadeiras razões da crise econômica.

Os nazistas chegaram ao poder pela via eleitoral e legislativa em 1933 e foram derrotados na II Guerra Mundial, em 1945. A expansão do território alemão e inevitavelmente a guerra, sempre estiveram no horizonte político dos nazistas. Da construção de seu discurso, passando pela política econômica de seu regime, até as vias de fato, a guerra e a revanche contra os inimigos da Alemanha sempre estiveram presentes.

A Guerra foi iniciada com a invasão da Polônia pelo exército alemão em setembro de 1939, após três anos de investidas dos nazistas contra outros países vizinhos, chanceladas pela Inglaterra e a França. Para as duas velhas potências europeias, era melhor acatar as demandas do regime nazista com o objetivo de apaziguar os ânimos no continente e evitar outra guerra. Além disso, ao respaldarem os interesses dos regimes fascistas, Inglaterra e França acreditavam poder contar com a Alemanha em uma eventual guerra contra o que era entendido como um mal maior naquela época: a União Soviética. Foi por isso que, em 1938, Alemanha, Inglaterra, França e Itália assinaram o Tratado de Munique, entregando a Tchecoslováquia para os nazistas. Contudo, sabendo dos riscos que a invasão da Polônia significava para o frágil equilíbrio europeu da década de 1930, Hitler se antecipou e, antes de invadir o país, assinou outro acordo com a União Soviética para evitar uma guerra em duas frentes, o Tratado Ribbentrop-Molotov. Aliando-se a outros regimes fascistas, principalmente à Itália

e ao Japão, a Alemanha liderou a aliança política e militar conhecida como Eixo. Nos primeiros anos de conflito, esta aliança avançou militarmente, conquistando boa parte da Europa e parte da China e Indonésia, na Ásia.

No entanto, em junho de 1941, com a Europa continental subjugada e a Inglaterra encurralada, os nazistas romperam unilateralmente o acordo com a União Soviética e abriram uma segunda frente na guerra, atacando o Estado socialista. Derrotados na Batalha de Moscou (outubro de 1941 a janeiro de 1942), as tropas alemãs avançaram a sudeste da cidade no território soviético até Stalingrado, onde ocorreu a batalha que mudou os rumos do conflito entre julho de 1942 e fevereiro de 1943. Após meses de combates homem a homem, em que civis e militares sofreram com as investidas nazistas e os combateram, os soviéticos asseguraram o controle da cidade no início de 1943 e iniciaram a ofensiva contra os alemães, espremendo-os de novo para o Ocidente e terminando com a conquista de Berlim pelo exército vermelho, em maio de 1945.

Em meados de 1941, paralelamente à abertura da nova frente, Hitler implementava a política da “Solução Final”, acelerando o extermínio em massa dos inimigos do regime presos nos campos de extermínio e de trabalho forçado – além dos judeus, ciganos e eslavos, comunistas, religiosos, homossexuais etc. Todo um esquema industrial de transporte e execução de pessoas é colocado em funcionamento a todo o vapor, sob o comando por Heinrich Himmler.

O ano de 1941 também foi o momento em que os Estados Unidos entraram na guerra contra o Eixo, reforçando a frente dos Aliados a oeste e no Pacífico. Com duas frentes abertas contra a Alemanha, foi uma questão de tempo para a derrota militar. Em abril de 1945, com os soviéticos às portas de Berlim, Hitler se suicidou, sendo seguido por muitos membros do alto escalão do III Reich. Mesmo com o esgotamento de suas forças militares e a presença dos exércitos inimigos em

seu território já destruído pelos constantes bombardeios, parte substancial da população alemã continuou seguindo Hitler até o final.

Na verdade, o fascismo alemão foi derrotado militarmente e não politicamente. O chamado processo de desnazificação, ou seja, de punição aos colaboradores do regime, teve um alcance limitado. Apenas figuras diretamente vinculadas ao exército e ao partido foram punidas, sendo deixados livres empresários, juízes e milhares de colaboradores anônimos que não estavam simplesmente seguindo ordens, mas tinham aderido de maneira entusiasmada ao regime. Até os anos 1970, alguns grupos políticos de esquerda na Alemanha Ocidental lutaram pela desnazificação profunda do país, denunciando banqueiros, autoridades policiais, empresários e personalidades políticas que puderam viver livremente no pós-guerra, sem terem de prestar contas pelos crimes que praticaram e patrocinaram. Um exemplo disso é que há um partido explicitamente fascista na Alemanha hoje, o Alternativa para a Alemanha (AfD). Esse partido cresce a cada dia, chegando mesmo a ter reconhecimento internacional, como demonstrou a visita da deputada Beatrix von Storch, neta do ministro das finanças da ditadura nazista (Lutz Graf Schwerin von Krosigk), a Jair Bolsonaro. Como na década de 1930, o fascismo está se organizando internacionalmente.

O FASCISMO NO JAPÃO

FERNANDO SARTI FERREIRA E

ROSA ROSA GOMES

Em 1867-1868, iniciou-se no Japão um importante processo de transformação conhecido como Restauração Meiji. Este período foi marcado pela restauração da autoridade do Imperador sobre os *xoguns* (grandes proprietários de terra) e da incorporação à burocracia estatal da soldadesca ligada a essas famílias feudais, os samurais. Apesar de ser identificado como um processo de restauração, o que nos remete a uma volta ao passado, estes grupos sociais, na verdade, foram os responsáveis por promover um intenso processo de modernização, dominando a burocracia e fomentando o desenvolvimento do grande capital japonês, os chamados *zaibatsus*. O capitalismo industrial e financeiro nasceu no Japão vinculado ao Estado e aos interesses das oligarquias de origem agrária e não à burguesia comerciante.

A modernização do país, promovida por estes grupos, era identificada pelos seus próprios promotores como um processo de ocidentalização. Ou seja, pela incorporação de uma série de instituições e práticas ocidentais que permitiriam ao Japão, não apenas se equiparar às potências europeias e aos EUA, mas, sobretudo, superá-las. Tratava-se não apenas de introduzir as técnicas da moderna indústria e das finanças, mas também de reformar e instaurar novas instituições po-

líticas e hábitos culturais. O processo de adoção de um regime constitucional, no entanto, foi lento, incompleto e totalmente controlado pelas oligarquias governantes. Apesar do surgimento de alguns partidos políticos, como o Partido Liberal e o Partido Nacionalista Constitucional, que defendiam reformas políticas mais profundas, o voto censitário e outros inúmeros subterfúgios mais ou menos legais foram fundamentais para a manutenção do poder político pelos grupos oligárquicos, vinculados ao Estado e aos quatro principais *zaibatsus* – os grupos Sumitomo, Yasuda, Mitsui e Mitsubishi.

Como todos os países que se industrializaram no final do século XIX, o Japão buscou áreas de influência e colonização para dar vazão às necessidades de acumulação de seus conglomerados econômicos. Seus interesses se projetavam principalmente em direção à península coreana e à região da Manchúria, no norte da China. Nessa região, o Império japonês entrou entrando em choque com os interesses expansionistas da Rússia, levando os dois impérios à guerra em 1904-1905. A guerra, vencida pelos japoneses, não só abalou profundamente a autocracia russa, como marcou a entrada do Japão no seleto grupo das potências imperialistas.

Chegando à Primeira Guerra Mundial como a única potência militar e econômica asiática, o Japão foi um aliado da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) na Ásia, atacando e dominando os territórios alemães na região. Além do avanço sobre as possessões alemãs, deve-se destacar que, com a desorganização econômica das potências europeias, a Guerra expandiu o mercado e as zonas de influência japonesas. A produção industrial do país durante o conflito cresceu cinco vezes e suas exportações mais de três vezes. No entanto, as expectativas e demandas criadas a partir desta nova situação foram frustradas pelos tratados de paz, de 1919, abrindo espaço para o crescimento de um profundo sentimento antiocidental. Para piorar ainda mais a situação, a recuperação das economias centrais depois da guerra fez com que a

posição adquirida pela indústria japonesa nos mercados asiáticos fosse abalada pela concorrência.

Os desdobramentos políticos e econômicos da guerra fizeram com que associações ultranacionalistas e grupos anticomunistas proliferassem no país. Muitas dessas associações eram controladas pela extrema-direita radical e defendiam um programa expansionista contra tudo que representasse o ocidente e a grande propriedade privada, exigindo garantia ao trabalho e à terra, contra o parlamento e a favor de um capitalismo de Estado governado por uma ditadura militar.

Alguns elementos desse programa, como garantia à terra e ao trabalho, estão relacionados com a trajetória do fundador da vertente mais radical do fascismo japonês, o filósofo e professor Kita Ikki. Assim como Mussolini, Ikki também era egresso das fileiras socialistas, tendo rompido com a esquerda e aderido ao ultranacionalismo japonês ao apoiar a guerra contra a Rússia em 1904.

No programa da associação política fundada por Ikki, em 1919, há dois grandes objetivos: a reforma política do país e a emancipação da Ásia. Para o filósofo, o Estado era a ligação do povo com o imperador através das forças armadas, e por isso defendia a abolição dos partidos e do parlamento e sua substituição por uma ditadura militar. O programa tinha outras propostas radicais do ponto de vista econômico e social, como o confisco de grandes fortunas, a nacionalização de bancos, a reforma agrária e a regulamentação da jornada de trabalho. Kita Ikki defendia uma economia planificada que permitisse a mobilização militar para a expansão do Império, expulsando da região as potências europeias e garantindo a supremacia do Japão sobre a Ásia. Ao enfatizar o nacionalismo e a expansão territorial, as ideias de Ikki ganharam a adesão dos oficiais de baixa patente do exército japonês.

Como em outras partes do mundo, no Japão a esquerda também foi brutalmente perseguida e reprimida no começo do século XX, especialmente após a Primeira Guerra. Negando qualquer forma de

incorporação das demandas dos movimentos de esquerda pelo Estado japonês, as oligarquias no poder bloquearam, por exemplo, todas as iniciativas que visavam a elaboração de leis trabalhistas. Com os movimentos de esquerda anulados pela repressão e sem apresentar qualquer solução para os problemas enfrentados pelos trabalhadores japoneses, a recusa das oligarquias governantes em tratar destas questões abriu espaço para que a extrema-direita se apropriasse desse sentimento de insatisfação generalizado, uma vez que não havia mais movimento operário ou partidos de esquerda para canalizar estas demandas.

Antes da crise de 1929, o Japão já enfrentava sérios problemas econômicos. Como dito anteriormente, o ressurgimento dos países centrais nos mercados asiáticos após a guerra já havia complicado a situação econômica do Japão. A reconstrução de Tóquio, destruída por um terremoto em 1923, deu um novo impulso para a economia do país. Contudo, a recuperação durou muito pouco. Em 1927, o colapso das exportações japonesas, principalmente da seda, levou à falência um quarto dos bancos do país e à depressão generalizada da economia. A crise se agravou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 e a queda abrupta do preço do arroz. Entre 1926 e 1931, a renda nas cidades caiu mais de 30%, enquanto no campo a queda foi de 77%. Além dos trabalhadores, a classe média e os pequenos produtores rurais e industriais foram severamente abalados pela crise, o que ampliou enormemente o poder dos *zaibatsus* sobre a sociedade japonesa.

Frente a este cenário catastrófico, entre 1927 e 1936, os fascistas mais radicais foram ganhando adeptos entre os mais distintos grupos sociais e espaço nas mais diversas instituições japonesas, mas principalmente no exército. Os fascistas acusavam a ocidentalização do país, uma das consequências da modernização iniciada durante a Restauração Meiji, como a grande responsável pela crise, identificando este processo com as instituições parlamentares, o domínio dos gran-

des grupos econômicos e a corrupção. Eles reivindicavam o capitalismo de Estado para diminuir a influência dos zaibatsus nas decisões estatais e queriam colocar em seu lugar o exército, acreditando ser esta a via para reestabelecer a relação direta entre o povo e o imperador. A expansão imperialista, por sua vez, surgiu como uma consequência lógica destas propostas, uma vez que era entendida como a solução para os problemas econômicos, sociais e políticos que assolavam o país.

Ao fim da década de 1920 e início de 1930, vários destes grupos fascistas começaram a se articular com o intuito de dar um golpe de Estado. Um destes movimentos resultou no “Incidente de Mukden”, ou “Incidente da Manchúria”. A Manchúria, antigo alvo do imperialismo japonês, era uma região rica em ferro e carvão, entrecortada por ferrovias, mas que pertencia à China. Em 1931, tropas do exército japonês que ficavam na região, comandadas pelo general Hideki Tojo, se mobilizaram e ocuparam a Manchúria sem qualquer ordem do comando das forças armadas ou do governo japonês. Essa ação resultou na incorporação da zona ao Japão por meio da criação de um Estado fantoche, o Reino do Manchukuo. No ano seguinte, essas mesmas tropas atacaram Xangai, ampliando as tensões com os chineses.

Internamente, em 1936, Kita Ikki tentou liderar um golpe de Estado com o apoio da ala militar que defendia a reforma do Estado, a chamada *Via Imperial*. Essa ala enfatizava a necessidade de mudanças no governo japonês, submetendo a economia às diretrizes do Estado e, portanto, rebaixando o poder das grandes corporações. Conhecido como “Incidente de 26 de fevereiro”, soldados marcharam para Tóquio com o objetivo de eliminar o primeiro-ministro e o parlamento, dando plenos poderes ao imperador. Contudo, o próprio imperador Hiroito abortou o golpe.

A ala conservadora saiu vencedora dessa ação desastrosa das alas radicais do fascismo. Ela também era apoiada por uma ala do

exército, chamada *Controle*. Ambas as facções do exército, *Via Imperial* e *Controle*, eram expansionistas, mas a segunda defendia que, para que a expansão imperial pudesse ter sucesso, era necessário a manutenção do pacto entre o governo e os grandes empresários.

A ação dos radicais não foi em vão. Foram eles os responsáveis por inculcar a disciplina, a xenofobia, a glorificação do exército e a ideia de sacrifício pelo Imperador nas massas, além de promoverem a sistemática desmoralização e desestabilização do parlamento. Foram também estes radicais que iniciaram a movimentação com a ocupação da Manchúria e o avanço sobre Xangai. No entanto, quando buscaram assumir o controle do país, a ala conservadora se aliou com a burguesia e ambas se livraram dos radicais, podendo concentrar seus esforços na campanha de expansão imperialista sobre a China a partir de 1937. Como na Alemanha e na Itália, as frações mais radicais do fascismo japonês foram incapazes de se viabilizar, uma vez que não conseguiram se articular com outras forças conservadoras.

Com o discurso da Ásia para os asiáticos sob a predominância japonesa e o poder supremo do Imperador, a aliança entre a ala conservadora do fascismo japonês com os empresários perdurou até o fim da Segunda Guerra Mundial. Após a ocupação da Manchúria, eles voltaram toda a economia japonesa para a guerra, reforçando as indústrias siderúrgicas e metalúrgicas. Era o “Programa de Expansão da Capacidade Produtiva”.

A Guerra Sino-japonesa (1937-1945) foi essencial para selar a aliança entre os fascistas e os empresários, pois estimulou o desenvolvimento das indústrias de base às custas da indústria de bens de consumo, degradando as condições de vida dos trabalhadores japoneses. Apesar disso, o discurso da salvação, da unidade através do Imperador criou um espírito de resignação nas massas em torno da necessidade desse sacrifício. Por meio da propaganda e da repressão, a ditadura militar promoveu o racionamento de bens de consumo, o recruta-

mento de mão de obra e controlou os salários e condições de trabalho, dirigindo a produção e distribuição de mercadorias.

Na China, os japoneses conquistaram a região de Pequim, fundaram a república de Nanquim a partir da conquista de Xangai e, em 1938, já haviam dominado os principais centros industriais e as terras férteis no litoral chinês. Durante a ocupação japonesa, milhares de chineses foram assassinados e escravizados em campos de concentração e de trabalho forçado. Internamente, como consequência desse conflito, a ditadura militar ampliou cada vez mais o seu controle sobre a economia e a sociedade japonesa.

O fascismo japonês mobilizou sentimentos e ideários antigos daquela sociedade, criados durante a Restauração Meiji, que trouxe de volta a figura do Imperador como encarnação da autoridade. O início do período Showa (1926-1989), sob o comando do imperador Hiroito, aprofundou esse movimento, sendo alimentado pelo contexto de crise econômica. A base do discurso fascista encontrava-se na ideia de que o imperador era a fonte de toda a autoridade e a família imperial se confundia com o próprio conceito de sagrado. O povo era considerado ramos da família imperial e essa ligação quase sanguínea conectava os súditos ao imperador. Por isso, a ala mais radical defendia as reformas do Estado, para acabar com os intermediários dessa relação, o parlamento e a burguesia, transformando-a em uma relação direta. O exército não era encarado como intermediário, porque ele respondia diretamente ao imperador do Japão. Não estava submetido, em teoria, aos interesses dos *zaibatsus*, nem às ingerências parlamentares.

O Imperador era o chefe máximo do exército e sacerdote supremo da Igreja. Desta forma, o fascismo nipônico estruturou-se sobre as instituições conservadoras daquela sociedade e não poderia sobreviver sem elas. Várias associações patrióticas nos anos 1930, no entanto, não conseguiram se transformar em partidos de massa e se tornaram apenas grupos de pressão no interior do exército e da ma-

rinha. Quem comandou o fascismo japonês foi o exército ancorado na autoridade imperial. Com o início da guerra contra a China em 1937, esse processo de centralização das decisões econômicas nos chefes de governo, ligados ao exército, se completou. À ocupação militar seguia-se o fomento de novos *zaibatsus* nas regiões ocupadas com o dinheiro estatal.

Tendo controlado todo o processo de fascistização do Estado e iniciado a guerra na Ásia, a facção *Controle* começou a perder a direção do Estado a partir de 1943, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra e as primeiras derrotas do exército japonês. A *Via Imperial* e as associações patrióticas amplificaram o seu discurso, mas sem qualquer efeito prático.

Durante o ano de 1945, a União Soviética avançou sobre as possessões japonesas na Manchúria e na Coreia. Já em negociações de paz, os Estados Unidos jogaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em um ataque que dizia mais respeito aos conflitos do pós-guerra com a União Soviética do que uma ação estratégica de uma guerra já vencida. O regime fascista no Japão, assim como o italiano e o alemão, só chegou ao fim após destruição do território e do Estado japonês.

FASCISMO EM PORTUGAL: O SALAZARISMO

FERNANDO SARTI FERREIRA E
ROSA ROSA GOMES

O Salazarismo é o nome pelo qual o regime fascista que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974 ficou conhecido. Seu nome é tributário daquele que implantou e personificou essa ditadura, António de Oliveira Salazar.

Diferente dos casos estudados até aqui, Portugal está longe de poder ser considerado uma potência. Vivendo um processo secular de decadência econômica, o país ibérico perdeu sua maior e mais importante colônia em 1822, abrindo um período chamado pelos portugueses de Terceiro Império. Um novo império ainda colonial, com vários territórios no continente africano, mas com uma metrópole decadente, comandada por uma monarquia ultrapassada e que não conseguia entrar no ritmo de desenvolvimento da Europa central, em vias de industrialização. Portugal nesse período ainda dependia do controle sobre o comércio de suas colônias e perdia esse dinheiro, quase ao mesmo tempo, comprando produtos manufaturados da Europa central. Assim como a Espanha, transmitia as riquezas dos territórios dominados para os países do centro do capitalismo.

O poder das elites locais, amparado em um sistema clientelista, ainda se confundia com o poder do Estado. O Estado português, na verdade, era o grande empregador da elite e muito distante das camadas populares. Complementando este quadro, deve-se destacar que a Igreja Católica ainda permanecia como uma força social com enorme capilaridade no tecido social português.

Foi a partir dessa estrutura que a República Portuguesa foi fundada em outubro de 1910, com pilares muito frágeis, uma classe política pouco influente, com grande diversidade de interesses econômicos e totalmente indiferente à população trabalhadora, que não tinha direito ao voto. Não é à toa que esta República foi derrubada 16 anos após sua proclamação, em 1926, através de um golpe militar que colocou no poder o general Gomes da Costa. O golpe tampouco trouxe a estabilidade política e econômica desejada pelas classes dominantes. Foi apenas mais um sintoma do quão instável era o país.

Ao mesmo tempo, este período de transição da Monarquia para a República foi o momento em que Portugal voltou-se para os territórios dominados na África e na Ásia, com a finalidade de colonizá-los, o que significa que, para as populações das colônias portuguesas, este também foi um momento de tensão e instabilidade. No entanto, foi apenas durante a ditadura de Óscar Carmona (1928-1933) e com Salazar já no governo, que um ato colonial foi oficialmente publicado, normatizando a forma da colonização naqueles territórios.

Logo após o golpe militar de 1926, António Salazar foi nomeado ministro das finanças, mas deixou o cargo poucos dias depois. No final de 1927, ele começou a publicar suas ideias a respeito da política econômica que Portugal deveria adotar, defendendo a redução dos gastos públicos e ganhando a simpatia e o apoio de círculos influentes que pressionaram pela sua nomeação para o antigo cargo em 1928. Salazar era um intelectual de direita, professor da Universidade

de Coimbra, um ex-seminarista que manteve uma vida casta mesmo após sair do seminário. Segundo o professor Lincoln Secco, Salazar era profundamente católico, reservado, não gostava de aglomerações, nem era um grande orador, mesmo tendo feito muitos discursos ao longo de sua vida.

Após ser nomeado ministro das Finanças, Salazar conseguiu dar estabilidade à economia portuguesa em meio às turbulências provocadas pela Crise de 1929 e a depressão econômica que a seguiu, abrindo caminho para se tornar o presidente do Conselho de Ministros em 1933, cargo equivalente ao de primeiro-ministro em Portugal. As acirradas disputas políticas, que marcaram o período de 1928 a 1933, foram mobilizadas pelo ministro das finanças para concentrar cada vez mais poder em suas mãos. Os diversos grupos de interesse que acreditavam manipular Salazar serviram de trampolim para o ministro das finanças chegar à cabeça da ditadura no ano de 1933.

Diferente de outros exemplos estudados, o fascismo português não seguiu aquele roteiro movimento-partido-regime, ao contrário. A chegada de Salazar ao poder foi o resultado de disputas e conchavos exclusivos das elites portuguesas, sem sofrer nenhuma influência de qualquer movimento de massas. Em relação às ideias em voga naquele período, Salazar estava mais próximo das vertentes mais conservadoras do fascismo, como as ideias de Charles Maurras membro da *L'Action Française*, movimento francês contrarrevolucionário e monarquista, pautado no nacionalismo e na tradição. Muitas dessas ideias inspiraram o regime de Salazar, no entanto, com o tempo ele se afastou completamente do monarquismo, apesar de ter se aproximado dos grupos que levantavam essa bandeira.

Mas Portugal teve também seu fascismo radical, o Nacional-Sindicalismo. Era um grupo que desejava um partido de massas à moda italiana, defendia que o exército e a Igreja deveriam controlar o país com o apoio do partido, das milícias e dos sindicatos. Eram co-

nhcidos como os camisas azuis. Apesar de constantemente demonstrarem sua frustração com o pouco radicalismo de Salazar, sua fragilidade era tamanha que algumas medidas administrativas tomadas pelo primeiro-ministro, sem maiores problemas ou conflitos, foram suficientes para desmobilizá-los.

Salazar criou a Acção Escolar Vanguarda para incorporar os membros dos camisas azuis à nova ordem. Essa organização foi depois transformada na Organização Nacional Mocidade Portuguesa em 1936. Eles deveriam ser a milícia do salazarismo, mas não faziam mais do que alguns exercícios, e não chegaram a se organizar de fato como tal, servindo mais para simulação de força e desmobilização dos elementos da direita radical. Outra dessas organizações foi a Legião Portuguesa, uma milícia criada pelo Estado Novo em 1936 por medo dos desdobramentos da Guerra Civil Espanhola. No entanto, também teve pouca expressão. Segundo o pensador português João Bernardo, “mesmo em circunstâncias extremas, o salazarismo negava-se a patrocinar agitações de rua e preferia torturar discretamente nas instituições oficiais destinadas a tal fim” (2003, p. 98).

O salazarismo apresentou-se tal qual seu líder: austero, católico, retrógrado. Destruiu a intelectualidade portuguesa e fez o país parar no tempo, incorporando à economia nacional a avareza, transformando a pobreza em vocação nacional. Apesar da modéstia, o discurso da grandeza estava incorporado ao regime através do elogio ao Império, à grande nação portuguesa.

A ditadura se estruturou tendo como pilares a Igreja Católica e o exército. Diferente da Alemanha e da Itália, assim como o salazarismo não criou milícias, ele tampouco organizou um partido de massas. Havia um partido único, a União Nacional, mas ele foi criado em 1930 e foi Salazar quem o introduziu nos meios da elite. No entanto, a organização nunca se constituiu em uma força social relevante ou com adesão popular.

Isso nos leva a outra característica dessa ditadura, seu caráter elitista. O Salazarismo era avesso às massas e aos populares, sua intenção era circunscrever a ação política aos círculos da elite. O fascismo português foi, pois, criado exclusivamente de cima para baixo.

Se não havia as milícias para praticar a violência de rua, jogando elementos da mesma classe uns contra os outros, a violência do Salazarismo foi totalmente incorporada como terrorismo de Estado, ou seja, perseguição política, prisões arbitrárias, tortura e assassinato daqueles considerados inimigos do regime. Isso significa que se Salazar era avesso às milícias, isso não quer dizer que seu regime fosse menos violento. Seu aparato repressivo era constituído pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), pela Polícia de Segurança Pública (PSP), pela Guarda Nacional Republicana (GNR), pela Guarda Fiscal e pelas próprias forças armadas. Além disso, os sindicatos agiam como força auxiliar da repressão e reguladores do mercado de trabalho (claro que a favor do patronato).

Com um discurso de grandeza baseado na dominação colonial, a situação relativamente confortável do regime terminou nos anos 1950 após a derrota do fascismo na Itália, na Alemanha e no Japão. Como Salazar poderia justificar a colonização após a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*? As ditaduras de Portugal e Espanha, onde também havia outro tipo de fascismo – o franquismo –, não se declaravam fascistas, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, e se autointitularam a partir de então como regimes conservadores. Eram regimes autoritários, mas eram tolerados pelas potências ocidentais e se justificavam por serem fundamentais para impedir um avanço ainda maior na Europa do socialismo soviético.

Assim, em 1951, para driblar as críticas à manutenção de seu império ultramarino, as colônias portuguesas passaram a ser denominadas Províncias Ultramarinas, assumindo no papel a característica de serem extensão do território português, sem diferenças de status

e legislação, mas na prática continuavam sendo colônias. Ao mesmo tempo, espalhava-se nos territórios dominados a ideia de independência, defendida principalmente por colonizados chamados de assimilados, que iam estudar em Portugal e retornavam aos países de origem, tornando-se importantes lideranças dos movimentos de libertação nacional, como o guineense Amílcar Cabral.

Sem ter mais o apoio das antigas potências imperialistas europeias que, entre os anos 1950 e 1960, foram derrotadas militarmente ou negociaram a independência com os movimentos de libertação nacional em suas colônias, o Salazarismo também foi muito desmoralizado entre a população portuguesa por insistir em longas guerras contra estes movimentos de independência. As guerras desgastaram o regime com um dos seus principais sustentáculos: o exército.

Internamente, o desgaste com a ditadura fascista apresentou-se de maneira mais contundente na eleição para a Presidência em 1958. O presidente, um chefe de Estado com cargo decorativo, era eleito por voto direto, mas havia o controle dos meios de comunicação pela ditadura e fraudes eleitorais. Em 1958, tudo indicava que o opositor Humberto Delgado ganharia as eleições – o que não ocorreu, claro – e, após o incidente, Salazar aboliu o voto direto para Presidência.

Além da guerra colonial, houve a formação de guerrilhas no próprio território português. Um exemplo foi o Partido Comunista Português em 1965 que, mesmo alinhado com Moscou, aprovou a insurreição armada, formando um agrupamento a partir de 1970.

Mas, de fato, foram as guerras de libertação que acabaram com a imagem do exército. A perda de batalhas e soldados e o necessário envio de cada vez mais homens para a África e a Ásia foi vista com maus olhos pela população. Neste processo, Salazar apontava sempre o exército como culpado, desacreditando aos poucos a instituição que sustentava a sua própria ditadura.

Em 1968, António Salazar sofreu um derrame e Marcello Caetano, um dos principais membros do Conselho de Ministros, assumiu o controle do país, tentando repaginar o fascismo, sem mudar o regime em sua essência. Ele se abriu ao capitalismo europeu, aumentando as desigualdades e modernizando também a repressão, o que significou sua intensificação. Nos anos 1970, já não havia mais sustentação para a guerra colonial. O Exército via-se insatisfeito de levar toda a culpa das glórias da guerra e as reformas feitas nas forças armadas por Caetano não colaboraram para amenizar a situação, pelo contrário.

Com a necessidade de mandar cada vez mais e mais homens para as frentes de batalha, o ditador baixou ordens para acelerar a formação de oficiais e permitiu que aqueles que servissem nas guerras coloniais tivessem direito a ingressar na universidade. Isso transformou a estrutura militar. Diversos oficiais de baixa patente entraram em contato com teorias de esquerda. Mais. A própria composição social do oficialato mudou, porque as elites não queriam mais que seus filhos morressem. Esse processo de aceleração da formação de oficiais fez com que muitos filhos de trabalhadores chegassem ao oficialato. A promoção de oficiais da reserva – até antes daqueles que haviam se formado anteriormente na academia militar – desencadeou a organização dos oficiais de baixa patente com o apoio de apenas de um oficial superior, Vasco Gonçalves, que tinha um ideário próximo dos comunistas. O Movimento das Forças Armadas (MFA) terminou por realizar a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, saindo dos quartéis ao som de *Grândola, Vila Morena* para destituir o fascismo do poder.

A ditadura salazarista foi derrubada pela Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Esse movimento iniciou-se em torno de uma pauta corporativa dos militares que os colocou contra o regime que sustentaram por décadas, mas também abriu perspectivas para

a população portuguesa; um mundo de possibilidades se colocou e projetos de sociedade entraram em disputa. Fundamentalmente dois projetos: um de uma sociedade mais igualitária de inspiração socialista (ainda que expresso em diferentes vertentes de esquerda) em que Portugal se aliasse às suas antigas colônias; outro em que o país se voltasse para a Europa como uma economia de mercado e um território submetido aos interesses dos EUA e Comunidade Econômica Europeia. O fascismo português caiu sem resistência e este último projeto foi o vitorioso. Se o imperialismo teve uma vitória total em Portugal, ele ainda enfrentaria a resistência dos movimentos de libertação das antigas colônias na África.

FASCISMO NA ESPANHA: O FRANQUISMO

FERNANDO SARTI FERREIRA E
ROSA ROSA GOMES

A Espanha é um dos mais antigos Estados europeus. Surgiu no século XV com a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica e a união dos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Essa união concretizou, sob o domínio de Castela, a unidade do que hoje é o território espanhol. Ao mesmo tempo em que se constituía, a Espanha se lançava ao mar, para a conquista de colônias na África e nas Américas. O grande império colonial, em franca decadência desde o século XVII, foi perdido ao longo do século XIX com as independências na América Latina e, em 1898, Cuba e Filipinas, suas mais importantes colônias, passaram para a esfera de influência estadunidense, restando pequenos territórios no norte da África.

Assim, a Espanha entrou no século XX como um Império derrotado, decadente e desunido. A unificação do século XV nunca se completou e estas populações dominadas jamais foram completamente assimiladas, sendo sua autonomia política e cultural um constante problema para os monarcas espanhóis, problema que se intensificou com a perda dos territórios coloniais. Por causa disso, existiram ao longo da história da Espanha – e existem ainda hoje – muitos mo-

vimentos separatistas. Os movimentos mais fortes e conhecidos são os da Catalunha e o do País Basco, as duas regiões mais ricas do país, importantes centros industriais e financeiros. A defesa da autonomia regional e independência nem sempre estavam associados a projetos de transformação radical. Ou seja, mesmo dentro destes movimentos houve inúmeros conflitos entre setores de esquerda e de direita.

Há também as desigualdades socioeconômicas. No sul, o problema da terra era o latifúndio improdutivo, no norte, o minifúndio. Ao centro, o latifúndio era produtivo e o campesinato era organizado pelo sindicalismo católico em defesa da religião, da propriedade e da unidade espanhola contra os separatistas. Os camponeses eram a maioria da população espanhola, no entanto, os setores populares mais organizados eram os trabalhadores industriais nas regiões do País Basco e da Catalunha. Na primeira, a maior organização era a União Geral dos Trabalhadores (UGT), socialista, e na segunda, era a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), anarquista.

Apesar destas grandes diferenças, havia duas instituições que dominavam a Espanha em todas as suas regiões, em maior ou menor grau, e foram essenciais para a ascensão do fascismo: a Igreja Católica e o exército. A Igreja dominava todo o cotidiano e durante a República (1931-1939) houve a tentativa de separá-la do Estado, superando essa herança feudal. Já o exército era corporativista, como todo exército nacional, e formado nas guerras civis e coloniais, tendo como tradição os chamados *pronunciamientos*, que era uma forma de intervir na política por meio da ameaça de um levante armado, acreditando que essa era a missão da instituição.

Esse contexto próprio do país se somou à crise mundial de 1929 e à ascensão do fascismo em outras regiões da Europa, provocando a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939. O resultado dessa guerra foi a ascensão do general Francisco Franco, o Caudilho ou Generalíssimo, de quem deriva o nome do fascismo espanhol: franquismo.

A experiência fascista espanhola é muito importante para pensarmos o Brasil, e para entendermos a Segunda Guerra Mundial, uma vez que o processo de tomada do poder de Franco na Espanha pode ser considerado como um ensaio da expansão militar do fascismo na Europa capitaneada pela Alemanha.

Antes da chegada de Franco ao poder, a Espanha já tinha vivido uma ditadura com fortes elementos fascistas. De 1923 a 1931, como uma resposta às agitações sociais ocorridas ao fim da Primeira Guerra Mundial e com a anuência das classes dominantes e do rei Afonso XIII, a Espanha viveu sua primeira ditadura, comandada pelo general Miguel Primo de Rivera. Apesar de conseguir controlar os movimentos de esquerda e se aproveitar da boa conjuntura econômica internacional nos anos 1920, a ditadura de Rivera não foi capaz de sobreviver aos abalos provocados pela crise de 1929. Com a falta de apoio e as crescentes mobilizações populares, o rei Afonso XIII demitiu Rivera do comando da Espanha e convocou eleições no ano de 1931. O rei e as classes dominantes não acreditavam que haveria uma adesão massiva, já que o movimento operário e as oposições políticas à ditadura encontravam-se completamente fragmentadas, não só por divergências políticas, mas também por aquelas antigas questões regionais. O resultado, no entanto, foi justamente o contrário. Houve uma enorme participação popular nas eleições, levando à crise da monarquia espanhola. Com o rei exilado em Paris, foi declarada a Segunda República.

Apesar da vitória em 1931, a esquerda e os republicanos não conseguiram estabilizar o país em decorrência dos fortes efeitos da crise internacional na dependente e atrasada economia espanhola e das brigas entre socialistas, anarquistas, comunistas e liberais radicais. Na verdade, com o fim da ditadura e da monarquia, percebeu-se que havia muito pouco acordo entre as oposições que defendiam a República. O enfraquecimento deste primeiro governo levou a direita

novamente ao poder nas eleições de 1933 com a vitória do liberal conservador Alejandro Lerroux no pleito apoiado pelo Partido Agrário (que organizava politicamente os grandes latifundiários) e pela Igreja. Os dois anos de governo da direita, conhecidos como biênio negro ou biênio conservador, representaram uma série de retrocessos para os trabalhadores e camponeses. Durante os primeiros anos do regime republicano, algumas regiões haviam iniciado a reforma agrária, o poder da Igreja Católica na vida cotidiana, por exemplo controlando a educação, foi atacado, houve ganhos econômicos e políticos para os trabalhadores, amedrontando as classes dominantes espanholas. A direita procurou retroceder esses passos.

A vitória da direita na Espanha e, depois, a de Hitler na Alemanha, também em 1933, levantaram o alerta para a esquerda espanhola que iniciou o movimento de frente ampla, tentando reorganizar em uma plataforma política mínima socialistas, comunistas, anarquistas e liberais radicais. A esquerda, então, retornou ao poder nas eleições de 1936 com a Frente Popular. Contudo, enquanto a esquerda se reorganizava no campo institucional, conquistando a vitória nas eleições, as forças de direita já se articulavam para a tomada do poder por meio da força.

Na direita espanhola, três são as organizações mais relevantes: a União Militar Espanhola (UME), a Falange e a Comunhão Tradicionalista. A UME era comandada pelo general Sanjurjo, que articulou, em 1936, a partir de Portugal, o apoio de Hitler e Mussolini ao golpe que preparavam. Foi essa organização que iniciou o *pronunciamento* contra o governo da Frente Popular e da qual Franco se tornará chefe com a morte de Sanjurjo nos primeiros movimentos do golpe. A Falange era o partido fascista liderado pelo filho do ditador Primo de Rivera, Jose Antonio Primo de Rivera, fundada em 1933. Possuíam as milícias que aterrorizavam os trabalhadores na cidade e no campo. A Comunhão Tradicionalista era um partido que se organizou no início do século XX sob a liderança de Fal Conde e que reivindicava a di-

nastia dos Bourbon, de Carlos V, para governar a Espanha. Militares, liberais conservadores, monarquistas, clero e fascistas formavam, neste campo político, o que poderia se chamar de uma frente antipopular.

O governo da Frente Popular, entre fevereiro de 1936 e julho de 1936, por mais que tenha provocado o acirramento dos conflitos sociais no campo e nas cidades, estava longe de representar uma “revolução comunista”, como os golpistas depois alegariam. Na verdade, as eleições de 1936 apenas mostraram que a direita espanhola não podia obter qualquer tipo de vitória absoluta sobre as classes populares e seus partidos pela via democrática e eleitoral. Por maiores que fossem as dificuldades de organizar um governo com tantas forças políticas diferentes como a Frente Popular, havia unidade para barrar a direita nas eleições.

Fechada a via institucional de acesso ao controle do Estado espanhol para a direita, os cinco primeiros meses de 1936 viram a conspiração dos grupos reacionários ganhar cada vez mais força. O golpe propriamente dito começou em 18 de julho de 1936 com a mobilização de tropas a partir do Marrocos. Os golpistas justificaram o seu movimento desde o princípio como uma contrarrevolução preventiva, ou seja, um movimento deflagrado única e exclusivamente para evitar uma revolução comunista que supostamente se avizinhava. Acusava-se os adversários de estarem planejando fazer o que os golpistas fizeram como justificativa para sua ação de ruptura radical da ordem política. Inicialmente, as forças golpistas acreditaram em uma vitória rápida. Mas a contrarrevolução gerou a revolução. Apesar de serem pegos no contrapé, as forças republicanas e de esquerda conseguiram exercer uma resistência tenaz que freou as tropas golpistas dividindo a Espanha. O exército de Franco inicialmente foi contido no sul, em um trecho da Andaluzia e na Galícia, Castela velha, Aragão e Navarra ao norte. O País Basco e todo o leste da Espanha permaneceu com o governo republicano. No entanto, apesar da resistência heroi-

ca, a República tinha dificuldades de se organizar tanto pelas brigas internas entre as facções que compunham o seu governo, quanto pelas diferenças regionais e, principalmente, pela falta de reconhecimento e apoio das potências ocidentais ao seu governo.

Enquanto os golpistas contaram com o aparato militar e fornecimento de armamento da Alemanha e da Itália, Inglaterra e França optaram pela política de “não intervenção”, o que na prática levou ao isolamento da República espanhola, mal equipada, sem munições e armas. A resistência dos combatentes republicanos foi heroica e tropas internacionais foram montadas com voluntários estrangeiros que se alistaram para combater o fascismo, as famosas brigadas internacionais que, embora aguerridas, não eram tão numerosas. Mesmo a União Soviética demorou a oferecer suporte militar à República e quando o fez, o governo francês fez tudo para atrasá-lo... No final da guerra civil, com os republicanos se retirando para a França, o governo francês ainda limitou sua permanência ao sul do território, confinando os refugiados em campos de concentração, gerando todo tipo de conflitos e dificuldades em seu acolhimento. No entanto, serão esses combatentes que terão um papel fundamental na construção da resistência francesa à ocupação nazista.

O papel da França e da Inglaterra durante a Guerra Civil Espanhola foi crucial para o seu desfecho e para o início da Segunda Guerra Mundial. A guerra na Espanha foi o ensaio para os nazistas testarem seu exército, principalmente, sua aeronáutica. Foi a primeira guerra com a presença massiva de aviões e na qual se iniciou o bombardeio de civis. O quadro *Guernica* de Picasso é um retrato do que as tropas franquistas e nazistas fizeram nessa cidade basca, apenas um exemplo dentre outros massacres cometidos pelos fascistas e que os franquistas negaram até o fim.

A relação entre os dois conflitos é direta. Em 20 de setembro de 1938, França, Inglaterra, Alemanha e Itália assinaram o Tratado

de Munique que entregou a Tchecoslováquia para os nazistas. Com a tomada da Catalunha no início de 1939, França e Inglaterra reconheceram o governo de Franco e já em 15 de março de 1939 Hitler invadiu Praga para conquistar a Tchecoslováquia. Em 1º de abril de 1939, Franco declarou o fim da Guerra Civil Espanhola e iniciou oficialmente sua ditadura.

O processo de tomada do poder pelo fascismo na Espanha foi por meio de uma guerra e uma repressão brutal que se seguiu a ela. Depois de milhares de mortos na guerra civil, Franco não poupou esforços e munições para eliminar tudo que considerava degenerescência. A Guerra Civil para ele era uma Cruzada para restaurar a tradição espanhola, às suas supostas origens grandiosas, aos reis católicos que unificaram o território, Isabel de Aragão e Fernando de Castela, aos tempos das navegações e da Inquisição. É a partir dessas referências que ele se lançou na Cruzada da Guerra Civil e, posteriormente, contra todo e qualquer tipo de oposição ao seu governo.

Conforme as tropas fascistas avançavam contra os republicanos, acirrava-se internamente a luta de Franco para se sobrepor aos outros líderes, Primo de Rivera da Falange e Fal Conde da Comunhão Tradicionalista. Nessa luta, Franco se beneficiou da execução do primeiro pelo governo republicano e exilou o segundo. O general assumiu o controle dos dois partidos e fundou uma nova falange, que no próprio nome explicitava a unificação das organizações de direita anteriores, a Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.

No começo, Franco era claro sobre seus objetivos: estabelecer uma ditadura militar. Mas logo de início abandonou o termo por gerar muitos questionamentos e passou a discursar pela restauração da pátria, da família e da igreja. Para aplicar seu programa de retrocesso era preciso instalar um forte aparato repressivo. Conforme as conquistas de territórios pelo exército iam ocorrendo, a perseguição à oposi-

ção se iniciava, pois uma violência sem sentido e legalizada servia para paralisar o inimigo. Para se ter uma ideia, era considerado inimigo e passível de condenação à morte até mesmo aqueles que recusassem cargos para os quais fossem nomeados pelo governo.

Para retornar à suposta “Era de Ouro” espanhola de 300, 400 anos antes, montou-se um aparelho de repressão que remontava à Inquisição da Idade Média, mas ao mesmo tempo se utilizava de métodos modernos implantados pelas polícias políticas na Alemanha e na Itália fascistas. Falando em Inquisição, o poder da Igreja foi restaurado, suas cerimônias ganharam status de eventos oficiais do Estado espanhol, transformando-se numa espécie de ideologia oficial do regime. Os padres serviam ao aparato de controle da ditadura e deveriam, por exemplo, controlar e reportar a frequência dos fiéis à missa.

Apesar das relações carnais entre o regime espanhol e os fascismos italiano e alemão, Franco não embarcou de cabeça no esforço de guerra fascista contra a humanidade. A histórica debilidade econômica e militar da atrasada Espanha, agravada ainda mais pelos anos de guerra civil, seriam mais um estorvo do que uma ajuda para os países do Eixo. Além do fato de que os gastos alemães para auxiliar o esforço de guerra da Espanha seriam muito maiores que os ganhos que o Eixo teria com a entrada do país ibérico no conflito, Franco tampouco se sentia muito animado em envolver o debilitado país na guerra de Hitler, uma vez que o ditador alemão não se demonstrava muito interessado em atender às demandas por territórios na África feitas pelos espanhóis.

A neutralidade de Franco durante o conflito significou, a princípio, um apoio velado aos países do Eixo. No entanto, quando os ventos da guerra começaram a soprar a favor dos aliados, esta neutralidade também serviu para uma “reinvenção” da ditadura no pós-guerra, transformação que contou com o entusiasmado apoio dos EUA. Assim como o nascimento do regime teve a complacência das

potências capitalistas, sua sobrevivência também foi garantida por estas mesmas potências.

O franquismo era sustentado e governado pelo general Franco pessoalmente, o Caudilho era o chefe e só abriu espaço para outros membros da ditadura quando precisou envernizar seu governo e adaptá-lo à nova ordem da Guerra Fria. Além de montar uma poderosa rede de repressão que incluía a Igreja Católica e a recolocar em seu lugar na hispanidade, Franco também tinha um projeto econômico pautado na agricultura, porque a partir dela seria fomentada a riqueza nacional, o que era mais importante que acabar com a miséria. No entanto, nesses primeiros anos de ditadura, o governo não foi bem-sucedido em aumentar as áreas férteis e as safras desses anos foram bem abaixo das conseguidas durante a República. O racionamento e a escassez permaneceram até o final da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, um grupo de empresários e latifundiários foram favorecidos com acesso facilitado a matérias-primas e terras, dando-lhes um espaço privilegiado no desenvolvimento econômico dos anos 1960.

Com a aliança entre os EUA e a URSS desfeita e o início da Guerra Fria, a Espanha de Franco passou a ser uma aliada estratégica dos Estados Unidos na chamada “contenção do comunismo internacional” a partir de 1950. A projeção do novo poder global dos Estados Unidos exigiu uma requalificação de suas alianças, o que acabou promovendo a ditadura franquista de um regime fascista para um regime autoritário. Ao qualificar as ditaduras como regimes autoritários, os acadêmicos, jornalistas e a máquina de propaganda do governo estadunidense vendiam a ideia de que estes eram um mal menor frente aos chamados regimes totalitários, incluindo neste conceito tanto os fascistas como os regimes socialistas. Foi a forma que o bloco capitalista, que se autoatribuía o título de campeão da liberdade e da democracia, encontrou para justificar o injustificável: a convivência com os fascistas – os inimigos de ontem – para combater os comunistas – os inimigos de hoje.

A aliança com os Estados Unidos e os membros europeus da OTAN, sendo reconhecido pela ONU em 1955, rendeu frutos econômicos para a ditadura fascista de Franco. Aproveitando-se de inúmeras vantagens concedidas pelo governo, como a remessa de lucros irrestritas e incentivos fiscais, além da brutal repressão, que impedia a organização dos trabalhadores e, assim, rebaixava ainda mais o custo da mão de obra espanhola, empresas multinacionais, principalmente estadunidenses, francesas e alemãs, passaram a investir pesadamente na indústria local. A ditadura era um porto seguro para estas empresas auferirem maiores lucros, fugindo dos poderosos movimentos sindicais das democracias europeias. Esse período, conhecido como “O milagre econômico espanhol”, produziu importantes transformações no país ao ampliar enormemente a participação da indústria na economia, estimulando a imigração do campo para cidade e enfraquecendo setores tradicionais das classes dominantes, como os latifundiários. Apesar da retórica nacionalista que embalava o regime, este processo foi responsável por ampliar ainda mais a já tradicional dependência da economia espanhola em relação aos países centrais do capitalismo.

Enquanto o crescimento econômico do pós-guerra gerava uma situação de ganha-ganha entre EUA e os países do Mercado Comum Europeu (MCE), o regime ditatorial e monolítico serviu muito bem a esses interesses. No entanto, a crise da Era de Ouro do Capitalismo no fim dos anos 1960, expressão do acirramento da competição econômica entre os EUA e o MCE, estimulada ainda mais pela crise do petróleo de 1973, provocou uma série de tensões que eram impossíveis de serem resolvidas sob a rigidez de uma ditadura militar. A necessidade de encontrar um novo equilíbrio para a dominação burguesa na Espanha, acomodando no Estado a classe empresarial espanhola que havia enriquecido durante o “milagre” ao se associar aos capitais multinacionais, tornava necessário uma transformação do regime.

Assim, na primeira metade dos anos 1970, com o aprofundamento da crise econômica, o ressurgimento de protestos sociais liderados, sobretudo, pela juventude e pelos trabalhadores dos novos setores industriais, o movimento de oposição à ditadura começou a ganhar força. Com a debilidade da saúde do Caudilho e o medo de uma transformação pela base, o príncipe Juan Carlos foi oficializado sucessor de Franco. Abria-se o período que ficou conhecido como a “Transição Espanhola”. Seu início foi marcado pela morte de Franco e o restabelecimento da monarquia no ano de 1975, mas seu fim é motivo de polêmica. Controlado pelos setores mais conservadores em aliança com a esquerda moderada, buscando a todo custo evitar que esse processo derrapasse e se transformasse em uma revolução social, a transição espanhola não puniu os crimes, nem os criminosos da ditadura. O “pacto do esquecimento”, como ficou conhecido, ao mesmo tempo que libertou os presos políticos, livrou os agentes do regime de serem processados por violação dos direitos humanos. A ditadura era disfuncional para a integração da Espanha ao capitalismo europeu, da mesma forma que a república social da década de 1930 era um péssimo exemplo para as democracias racionadas do velho continente. Assim como os militantes fascistas sempre dependeram do apoio dos setores conservadores e liberais de seus países para viabilizarem os seus regimes, o fascismo espanhol nasceu, cresceu, se transformou e morreu com a cumplicidade e ao sabor dos interesses das “democracias ocidentais”.

FASCISMO NO BRASIL: O INTEGRALISMO

FERNANDO SARTI FERREIRA E
ROSA ROSA GOMES

A crise de 1929 serviu como um verdadeiro catalisador para o acirramento de uma série de contradições que vinham se acumulando na sociedade brasileira, resultando na Revolução de 1930. Do ponto de vista político, social e econômico, rompeu-se um dique com o golpe sofrido pela economia do país na crise da Bolsa de Nova Iorque, trazendo na torrente que se formou questões mais ou menos urgentes e fundamentais para a história do país.

Da segunda metade do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou por um intenso processo de crescimento econômico. A produção e exportação de café foi a principal atividade econômica desenvolvida no país neste período, sendo responsável por alavancar outros setores da economia como as finanças (bancos), transportes (ferrovias e portos), os serviços públicos (eletricidade, água e esgoto, bondes) e as indústrias (têxtil e alimentos). Foi também a chamada economia cafeeira que impulsionou duas importantes mudanças políticas e sociais. Em primeiro lugar, a produção de café levou ao deslocamento do centro do poder político e econômico do país para a região centro-sul (São Paulo, Minas Gerais e Rio de

Janeiro). Em segundo lugar, ela acelerou a destruição da mais antiga e importante (e vergonhosa) instituição brasileira: o trabalho escravo. Obedecendo meramente a cálculos econômicos, a elite cafeeira passou de principal consumidora do trabalho escravo a um dos principais grupos a defenderem o trabalho assalariado, sem evitar, com isso, a marginalização das populações escravizadas que foram libertadas.

Ao fim, esse processo de modernização econômica e de profundas transformações sociais resultou, em 1889, no fim da monarquia e na Proclamação da República, um regime político dominado pelas elites cafeeiras e seus clientes, a chamada “República do café com leite” ou República Oligárquica. Neste regime político, estavam excluídos em maior ou menor grau da participação política e das benesses econômicas do período, principalmente os camponeses e trabalhadores rurais (naquele momento, a esmagadora maioria da população brasileira), os trabalhadores urbanos (operários fabris e assalariados dos serviços), mas sobretudo a população negra. Em melhor situação material, encontravam-se os setores médios urbanos que, apesar de prosperarem com a maior diversidade e complexidade da economia promovido pelos anos de crescimento, não tinham voz ativa na vida política, muito menos nos negócios do Estado. Por fim, existiam ainda aqueles grupos oligárquicos que estavam excluídos da economia cafeeira (como setores das elites do nordeste e do Rio Grande do Sul) e que, com maior ou menor intensidade, exigiam atenção por parte do Estado aos seus negócios.

Consolidada em 1896, a República era oligárquica, mas não era estática. Ou seja, apesar do enorme poder das elites sobre o Estado e a sociedade brasileira, elas não tiveram paz. Desde seus primeiros passos, o regime enfrentou fortes resistências por parte dos mais distintos grupos sociais como os camponeses (Canudos, 1896-1897; Guerra do Contestado, 1912-1916), a população negra marginalizada (Revolta da Vacina, 1905; Revolta da Chibata, 1910), os operários

fabris (o ciclo de greves nas principais cidades do país entre 1917-1921), os setores médios urbanos (Campanha Civilista, 1910) e as oligarquias dissidentes (Revolução Federalista, 1893-1895; Sedição de Juazeiro, 1913-1914). Por fim, deve-se registrar o surgimento do Movimento Tenentista, responsável pelos levantes armados de 1922 e 1924, fundamentais para a conformação do movimento revolucionário de 1930.

Os tenentes, oficiais de média patente e instrução superior, eram formados por membros dos setores médios em busca de melhores colocações e das oligarquias decadentes atrás de remediação financeira e algum prestígio social. Defensores de ideias confusas e muitas vezes contraditórias, os tenentes passaram a liderar as insatisfações difusas entre os distintos setores da sociedade brasileira que estavam mais ou menos excluídos da ordem política e econômica da República. Apesar de seu mais importante movimento político-militar, a Coluna Miguel Costa-Prestes ocorrida entre 1924-1927, não ter conseguido derrubar o regime, as lideranças surgidas do tenentismo foram figuras de destaque no movimento de 1930.

A queda da República Oligárquica, conduzida por uma ampla e diversa aliança política liderada por Getúlio Vargas, foi efusivamente comemorada em todas as partes do país. Os mais diferentes grupos sociais e políticos projetavam, naquele momento, suas expectativas de mudança. E justamente por esse caráter extremamente amplo, e muitas vezes contraditório, que o governo surgido do movimento revolucionário viveu uma verdadeira deriva em seus primeiros anos. As vacilações, traições, recuos e tentativas fracassadas de conciliar forças políticas e grupos sociais com interesses muitas vezes contraditórios, e cujo momento mais crítico ocorreu na Guerra Civil de 1932, fertilizaram o terreno para um processo de radicalização política.

Neste contexto, foi fundada em outubro de 1932, poucos dias depois do fim da Guerra Civil, a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Estruturada a partir de uma série de outros grupos e partidos de extrema-direita que tinham surgido no Brasil desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a AIB afirmava que o comunismo e a democracia liberal deveriam ser combatidos, pois ambos promoviam divisões e conflitos “artificiais” e enfraqueciam a nação. Contra estes elementos dissolutivos da nacionalidade, a AIB afirmava a necessidade da organização de um Estado forte e que fosse capaz de preservar a ordem social e moral. Este Estado seria construído seguindo aquelas características que os Integralistas identificavam como originalmente brasileiras, sendo a “cooperação entre as raças” uma das principais. A vida em sociedade seria organizada a partir deste Estado por meio de um sistema corporativo, em que as diferentes classes sociais colaborariam entre si para o bem maior do país, ao invés de lutarem entre si. Respeitando as hierarquias “naturais” da sociedade e convivendo em harmonia, a sociedade seria um todo indissociável e que funcionaria sob a liderança de um chefe supremo. Para AIB, este chefe era seu líder, o escritor e jornalista Plínio Salgado.

Usando meios inovadores de propaganda como o rádio e os eventos públicos massivos, a AIB chegou a ser a maior organização política do país, reunindo em suas fileiras entre 500 e 800 mil pessoas. Tendo como lema “Deus, Pátria e Família”, a adesão à AIB foi um fenômeno característico das classes médias urbanas e das colônias de imigrantes italianos e alemães, atraindo dentro desses grupos principalmente pessoas menores de trinta anos. Apesar de “jovem” e urbano, o movimento também teve importante penetração em meios tradicionais e conservadores, como no exército e na Igreja Católica. A organização catalisou os anseios de superação dos limites impostos pelas antigas oligarquias para estes grupos e que tinham sido frustrados após a Revolução de 1930.

As demonstrações de rua da AIB eram combatidas pelos comunistas, anarquistas e outros grupos antifascistas, como no famoso

episódio da “Revoada dos Galinhas Verdes”, ou “Batalha da Praça da Sé”, quando grupos antifascistas dispersaram a marcha de comemoração de dois anos de fundação do movimento em outubro de 1934. Porém, seu anticomunismo militante era muito bem-visto pelos industriais e setores conservadores que não apenas toleravam, como colaboravam com a existência da AIB. A importância do grupo cresceu ainda mais após a derrota do levante Comunista de 1935, quando não só o anticomunismo ganhou força em muitos setores da sociedade brasileira, como também as ruas se viram livres da presença das organizações de esquerda, perseguidas e enquadradas pela famigerada Lei de Segurança Nacional.

Apesar das dimensões do movimento, da extensão de sua militância por boa parte do território nacional e da ativa participação no golpe de Estado de novembro de 1937, a AIB não conseguiu oficialmente nem ao menos um cargo na Ditadura do Estado Novo. Apesar das promessas feitas por Getúlio Vargas em troca do apoio por parte da AIB à implementação da Ditadura, logo que o golpe foi consumado, as forças conservadoras que o capitaneavam perceberam que seus opositores não tinham a menor capacidade de reação. Frente a esta situação, Vargas e seus aliados se desfizeram da AIB, negando-lhes os cargos prometidos e proibindo sua atuação sob os nomes e os símbolos do partido. Após duas tentativas de levantes para derrubar Getúlio Vargas, em março e maio de 1938, centenas de militantes e suas principais lideranças foram presas e exiladas. As forças conservadoras não só não precisavam mais dos fascistas, como puderam se livrar deles de maneira relativamente fácil. Consolidado o golpe do Estado Novo, os radicais da AIB transformaram-se em um estorvo.

A derrota da AIB, contudo, foi parcial. Apesar de não ter chegado ao poder e de ter sido descartada do projeto político de Getúlio Vargas, os Integralistas mostraram uma enorme capilaridade dentro da sociedade brasileira. Muitos dos jovens que começaram a militar

em suas fileiras se transformaram em figuras de proa da política nacional algum tempo depois. O exército e a Igreja, por exemplo, apesar da perseguição e fechamento da AIB por parte do Estado Novo, jamais expurgaram seus membros Integralistas, por mais ativos que fossem. Plínio Salgado, por exemplo, após voltar em 1945 do exílio em Portugal, fundou o Partido de Representação Popular, pelo qual se lançou candidato à Presidência em 1955. Em 1958 foi eleito deputado federal, reelegendo-se em 1962. Foi defensor do Golpe de 1964, sendo eleito para mais dois mandatos em 1966 e 1970 pela ARENA – partido de sustentação da Ditadura Militar. Miguel Reale, o mais importante intelectual da AIB, foi reitor da Universidade de São Paulo por duas vezes, sendo o segundo mandato exercido durante o período mais duro da Ditadura Militar brasileira (1969-1973), quando foram cassados, processados, aposentados, presos, mortos e desaparecidos funcionários, professores e estudantes daquela universidade. Até hoje, muitas das palavras de ordem e das ideias defendidas pela AIB são repetidas, principalmente pelos grupos ligados ao bolsonarismo.

A DITADURA MILITAR DE 1964

FERNANDO SARTI FERREIRA E

ROSA ROSA GOMES

Nos anos Vargas, de 1930 a 1945, o desenvolvimento nacional com algum grau de autonomia em relação aos países do centro do capitalismo foi perseguido, fundando-se grandes empresas estatais como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Com o fim da Ditadura do Estado Novo e o início do período de democracia racionada em 1945, o Brasil mergulhou em uma intensa disputa em torno de diferentes projetos de desenvolvimento para o país.

Nesta disputa, podemos identificar dois principais grupos. De um lado, aqueles que acreditavam que a vocação natural da economia brasileira, agrário-exportadora, deveria ser respeitada. Nesse sentido, a industrialização do país era entendida com algo “artificial”. De outro lado, aqueles que defendiam o aprofundamento da industrialização e da autonomia do país em relação ao exterior. Estes últimos ficaram conhecidos como os nacional-desenvolvimentistas. Essa disputa caracterizou tanto o debate intelectual quanto político do período do pós-guerra.

Ao mesmo tempo em que essa disputa ganhava força, os trabalhadores urbanos, camponeses e setores da classe média começavam a se organizar de maneira cada vez mais independente, despertando o

receio das classes dominantes. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, depois de se transformar em uma das principais forças políticas do país nas eleições de 1945, foi colocado na clandestinidade pela justiça brasileira. Ao mesmo tempo, o apelo popular de Vargas ganhou força em decorrência dos retrocessos impostos aos trabalhadores durante o governo Dutra entre 1946 e 1950. Como resultado, Getúlio Vargas, ainda que sofrendo oposição de muitos setores das classes dominantes, voltou à Presidência nos braços do povo, defendendo uma política econômica nacionalista e a ampliação dos direitos sociais.

Com a eleição de Vargas, todos estes conflitos latentes, seja entre os diversos setores da classe dominante em torno dos diferentes projetos de desenvolvimento econômico, seja destes setores dominantes com os trabalhadores em luta por melhores condições de vida, se acirraram. Neste contexto, os grupos mais conservadores, em aliança com os altos oficiais das forças armadas brasileiras, passaram a trabalhar cotidianamente para derrubar Getúlio Vargas, cuja eleição foi interpretada por estes grupos como um efeito colateral indesejado do processo de abertura política após a ditadura do Estado Novo. Uma destas tentativas acabou desembocando no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A comoção popular e a raiva, demonstrada por meio de quebra-quebras nas ruas das principais cidades do país, salvaram o racionado regime democrático por mais alguns anos.

Os anos posteriores ao suicídio de Vargas foram marcados pelo acelerado ritmo de crescimento e de internacionalização da economia brasileira. Durante a Presidência de Juscelino Kubitschek (1955-1960), fortaleceu-se e entrelaçou-se ainda mais os interesses da burguesia brasileira com os seus sócios multinacionais. A entrada de indústrias e empresas estrangeiras em associação com importantes grupos nacionais foi viabilizada por uma série de políticas públicas que forneceram tanto a infraestrutura material como político-jurídica para tanto. No entanto, se esta associação entre

capitais estrangeiros e grupos nacionais ampliava as possibilidades de enriquecimento das classes dominantes brasileiras, este processo também era responsável por intensificar os conflitos no campo e na cidade. A partir das lutas sociais e das insuficiências da nossa democracia racionada, o movimento popular e de esquerda no Brasil elaborou, entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, uma série de propostas de reforma social encampadas pelo governo João Goulart entre os anos de 1963 e 1964, as chamadas Reformas de Base. Este conjunto de propostas, por mais que estivesse restrito à implementação de mudanças dentro dos marcos da ordem capitalista, foi encarado pelas classes dominantes e seus sócios estrangeiros como uma ameaça comunista! O capital multinacional não aceitava ter de pagar impostos sobre os lucros obtidos no país e enviados para suas sedes no exterior. A burguesia brasileira receava a ampliação do poder popular e a perda de seus privilégios herdados do escravismo colonial, preferindo reforçar seu papel de sócia minoritária do capital multinacional a se empenhar em um projeto de desenvolvimento e independência nacional. A classe média era manobrada pelos principais meios de comunicação a imaginar uma suposta ameaça comunista nestas reformas. Por sua vez, a esquerda e as forças progressistas não estavam dispostas a radicalizar a luta, ou ainda, estavam presas no mito do papel progressista que o empresariado brasileiro teria para a construção de um país independente.

Essa disputa teve como desfecho o golpe de 1º de abril de 1964. Com um discurso redentor e afirmando estarem se antecipando a um suposto golpe da esquerda, os militares, auxiliados pela imprensa, pelos empresários nacionais e multinacionais, pelo governo dos EUA e pelo Congresso Nacional, tomaram a Presidência e cassaram os políticos alinhados ao governo João Goulart. O presidente, se recusando a tomar qualquer medida mais radical contra os golpistas, se exilou no Uruguai. Assim acabou a Quarta República Brasileira.

O exército em 1964 não era uma instituição homogênea. Havia setores comprometidos com as reformas e até mesmo oficiais comunistas que, de uma maneira ou de outra, foram fundamentais para frear várias tentativas de golpe entre 1945 e 1964. Por essa razão, logo após o 1º de abril, foi feita uma limpeza na instituição com a exoneração e aposentadoria compulsória de milhares de pessoas, inclusive de oficiais. A sua ala anticomunista, formada na década de 1930, saiu vitoriosa.

Assim como na Espanha, o exército brasileiro tem um histórico de intervenções e participação ativa em golpes de Estado. Foi o exército, por exemplo, que protagonizou o golpe que derrubou a monarquia e instaurou a República em 1889. Mas até que ponto podemos pensá-lo como um agente autônomo, independente em relação aos interesses de outras classes sociais?

O exército brasileiro passou por uma profunda transformação durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, portanto, é marcado por uma lógica e um ideal expansionista, subimperialista, pretendendo ter hegemonia sobre a América Latina. Ao mesmo tempo, ele aceitou negros e os libertou da escravidão, ainda que a eles estivessem vedados os cargos mais altos e lhes fosse dado o pior tratamento possível, como fica claro na rebelião dos marinheiros em 1910 contra os castigos corporais na Marinha, a famosa Revolta da Chibata.

Ao longo dessa história, o exército também construiu uma autoimagem que o colocava como uma espécie de norte moral da nação. Em 1964, por exemplo, o golpe adotou um discurso moralizante e anticomunista, na defesa da “pátria, família e propriedade”. No entanto, quem ganhou de verdade o poder foram os interesses multinacionais e associados à burguesia brasileira pela manutenção do Brasil como uma economia semicolonial.

A implementação desse projeto de país deveria ocorrer sem nenhuma resistência. Para tanto, o exército organizou e dirigiu um enorme aparelho repressivo para eliminar toda a oposição de esquerda

e progressista. Este aparelho foi responsável pela espionagem, perseguição, intimidação, tortura, assassinato e desaparecimento de todos aqueles que fossem um empecilho para aquele projeto de país – da oposição radical de esquerda até populações indígenas em territórios de interesse do regime. Esse aparelho tinha uma hierarquia que contava na sua base com o sadismo de torturadores, que introjetavam ratos nas pessoas, estupravam, espancavam e eletrocutavam presas e presos políticos. Difundindo o medo e um discurso paranoico sobre os “inimigos da pátria”, a repressão contava também com delações de cidadãos comuns que acreditavam viver em uma democracia, com ordem e bem-estar.

Como forma de se legitimar, a ditadura manteve as eleições parlamentares e municipais, mas assegurando sempre a possibilidade de intervir em seu resultado. Dentro deste espaço, as poucas forças políticas que eram permitidas e aceitas pelos militares se organizaram em dois partidos. A ARENA, Aliança Renovadora Nacional, base de sustentação da ditadura; e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, uma oposição consentida e que servia muito mais para dar ares de legitimidade ao que era ilegítimo. Mesmo que a oposição fosse domesticada e consentida pela ditadura, muitas vezes ela foi vítima da censura e da perseguição política. Subordinando todos os poderes e estruturas do Estado ao Poder Executivo, controlado pelos militares, a ditadura se enfeitou de democracia.

Para os trabalhadores, a ditadura significou arrocho salarial e repressão política. Para as classes dominantes, foi a oportunidade de aprofundar os laços com o capital multinacional e aproveitar a situação repressiva para enriquecer às custas da superexploração dos trabalhadores. O salário mínimo, em 1963, que equivalia a 800 reais de 2014; a partir de 1964, foi reduzido para 600 reais e ficou neste patamar até 1985. As greves foram proibidas e os sindicatos sofreram intervenção. O governo acabou com a estabilidade no emprego após

10 anos de trabalho, substituindo-a pelo FGTS. Assim, ampliou-se a rotatividade dos trabalhadores, podendo trocá-los como se troca óleo queimado. A informalidade no trabalho explodiu, uma vez que as famílias tinham que empregar quase todos os membros para conseguir um mínimo de renda.

A resistência armada ao golpe, derrotada militarmente no início da década de 1970, foi responsável pela desmoralização internacional da ditadura. A partir dos primeiros anos daquela década, as denúncias de tortura, assassinato e desaparecimento, feitas por ex-combatentes e militantes de esquerda, desgastou a imagem do regime pela sua brutalidade, ao mesmo tempo em que a piora dramática das condições de vida dos trabalhadores no campo e na cidade reacendeu a mobilização e os movimentos populares. As associações de bairro, os movimentos contra a carestia de vida, as comunidades eclesiais de base e o novo sindicalismo, surgido na década de 1970, foram as principais forças que impulsionaram o fim da ditadura.

Se foi o andar de baixo que precipitou a crise da ditadura, o seu desfecho se deu por um acordo no andar de cima. Com a pressão dos movimentos sociais, os militares se articularam para uma abertura que eles chamaram de “lenta, gradual e segura” e cujo marco foi a famigerada lei da Anistia de 1979. Esta lei, ao anistiar os torturadores, abriu a possibilidade para que estes pudessem dar sequência ao terrorismo de Estado nas delegacias do interior do país e das periferias das grandes cidades e no submundo das empresas de segurança privada, mantendo o aparelho repressivo intacto até os dias de hoje.

A partir de 1984, diversos setores de oposição à ditadura passaram a articular uma campanha para que as eleições para a Presidência fossem realizadas de maneira direta. A famosa campanha das “Diretas Já”, uma das maiores mobilizações populares da história do nosso país, no entanto, foi derrotada no Congresso pelas forças que apoiavam a ditadura. As eleições ocorreram de maneira indireta e, em 1985, o

Congresso elegeu o político conservador Tancredo Neves para presidente e um dos principais líderes da ARENA, José Sarney, como vice. Se a vitória de um civil e opositor à ditadura, mesmo que ultraconservador, deu algum alento para aqueles que lutavam contra os militares, a morte de Tancredo, um pouco antes de assumir a Presidência, foi um banho de água fria. A Presidência podia não estar mais nas mãos de um militar, mas estava na de um colaborador de primeira hora da ditadura.

Neste sentido, muitos historiadores apontam que a chegada do primeiro civil à Presidência, depois de 20 anos com militares ocupando o cargo máximo da República, representou muito mais uma continuidade do que uma ruptura com a ditadura. E por isso afirmam que são as eleições de 1989, realizadas sob uma nova Constituição elaborada por uma assembleia constituinte eleita em eleições livres, que devem delimitar o fim da ditadura. No entanto, estas eleições foram marcadas por um golpe, mas de outra natureza. A cobertura favorável ao candidato Fernando Collor de Mello feita pelos grandes meios de comunicação chegou ao seu ápice no último debate entre o candidato da direita e Lula. A Rede Globo, um dos tantos grupos empresariais que lucrou com a ditadura, editou de maneira descarada as falas dos debates a favor de Collor e a apresentou como uma reportagem em seu principal jornal. O impacto na opinião pública, as vésperas do segundo turno, foi desastroso para Lula.

Assim, novamente nossa transição de uma ditadura aberta para um regime democrático foi freada. A democracia racionada foi restaurada, sem mexer com nenhum privilégio dos grandes grupos econômicos, sem punir os agentes da repressão e mantendo a maior parte da estrutura autoritária da ditadura entranhada na sociedade. Um acordo nos andares de cima para que a transição não se caracteriza-se em transformação social abafou as lutas populares dos anos 1970. O preço desta transição por cima é cobrado toda vez que o retrocesso em

relação aos direitos sociais e à democracia ocorre. E estes retrocessos têm ocorrido de maneira acelerada desde o golpe de 2016.

Feita essa digressão histórica, nos cabe perguntar: a ditadura miliar de 1964 era fascista?

Estudamos até aqui diversos movimentos e regimes fascistas e uma característica comum a todos eles é a sua irracionalidade. Ela aparece de diversas formas e intensidades nos discursos e nas práticas dos fascistas, mas seu ponto principal é que este comportamento irracional, que num primeiro momento beneficia os grupos dominantes, entra muitas vezes em choque com a própria lógica de funcionamento do capitalismo. Os regimes fascistas que foram mais longe, ou em que os fascistas mais ganharam autonomia, foram alçados ao poder com a cumplicidade dos grandes empresários que viam neste movimento um mal menor que a mera reforma social. Mas ao final, com a guerra, o fascismo levou à quase destruição das burguesias italiana, alemã e japonesa. A restauração destas sociedades como economias capitalistas foi resultado da ação deliberada da burguesia estadunidense. Sua aventura acabou levando quase a sua própria aniquilação, daí a irracionalidade olhada a partir do todo.

A ditadura brasileira teve elementos de irracionalidade, principalmente no seu aparato repressivo. Mas em geral, ela foi um regime que seguiu as prerrogativas básicas da racionalidade da acumulação de capital, incrementando enormemente a riqueza e o poder da burguesia brasileira. Ela não foi uma burguesia que produziu uma situação na qual tropas estrangeiras tiveram que resgatá-la do próprio monstro que ela criou e cultivou, como na Alemanha, na Itália e no Japão.

No Brasil, a burguesia fascizou alguns elementos do Estado, possibilitando o controle da sociedade por ela sem ter de compartilhar ou negociar o poder político com o povo, eliminando até mesmo a possibilidade de reforma do Estado. A ditadura criou um aparato repressivo, jurídico e legislativo, de certa forma autônomo em relação

a quem comanda o Estado e isso possibilitou sua retirada de cena, quando se tornou necessário deixar os anéis para ficar com os dedos. Esse processo de autonomia de certas esferas do Estado, como a polícia e o judiciário, se intensificou nos anos 1990 com o neoliberalismo, que foi limitando mais e mais a ação do governo, caso ele viesse a ser de esquerda. Ainda assim, nos anos 2000, com todo este aparato consolidado, as elites viram seus lucros ameaçados pela crise mundial e pelo avanço das camadas populares. Mais uma vez, elas mobilizaram forças fascistas para blindar o poder do povo. O problema é que, na atual conjuntura, as forças instigadas mobilizaram massas populares, criaram uma atmosfera fascista que talvez a burguesia colonial brasileira não consiga enjaular.

FASCISMO NO BRASIL ATUAL: O BOLSONARISMO

LINCOLN SECCO

Os textos anteriores elencam diversas experiências históricas das quais podemos destacar três elementos constitutivos do fenômeno fascista, entre tantos outros apresentados.

Em primeiro lugar, não se pode pronunciar a palavra *fascismo* e esconder o termo *capitalismo*. Do ponto de vista conjuntural, os *fasci di combattimento* foram produzidos pela frustração de diversas camadas sociais, particularmente setores médios, com os resultados da Primeira Guerra Mundial. Mas estruturalmente, o fascismo corresponde à fase imperialista do capital. Em alguns países imperialistas tardios, derrotados ou semiperiféricos houve uma ligação das empresas monopolistas com o Estado para reprimir a classe trabalhadora e expandir seus mercados exteriores por meios militares.

Rosa Luxemburgo demonstrou em seu livro de 1913, *A Acumulação de Capital*, como o imperialismo necessita de expansão territorial, de um Estado militarista e de um regime cada vez mais autoritário. Rosa escreveu antes do surgimento do fascismo, mas na obra *A Crise da Social-Democracia*, escrita na prisão em 1915, mostrou como o desenvolvimento retardatário rápido e cada vez mais autoritário da

Alemanha e sua disputa por mercados e controle de rotas marítimas e ferroviárias tornaram o país propenso a uma política belicista e a uma disposição para a guerra.

A segunda característica principal do fascismo foi o irracionalismo. Ele exacerbou um elemento constitutivo do capitalismo, já que o processo de valorização do capital, como Marx escreveu, não visa a satisfação de necessidades e nem a produção de valores de uso. A racionalidade microeconômica capitalista se expressa no agregado como irracionalidade social se não for “corrigida” periodicamente por uma política anticíclica do Estado.

Um exemplo cabal disso foi a explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Nem mesmo considerações puramente militares justificavam seu uso contra um país virtualmente derrotado. Ao ingressar na era atômica, EUA e URSS adquiriram o poder de exterminar a espécie humana. Isso é um produto da racionalidade científica, mas não é preciso dizer que resulta numa monstrosidade.

Ora, o fascismo é essa monstrosidade como expressão política. Ele é uma técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crise. A distopia nazista serviu para a acumulação de capital na Alemanha e em áreas conquistadas por ela. A burguesia francesa associada à alemã continuou lucrando durante a ocupação, por exemplo. As compras militares criaram demanda para uma ampla cadeia produtiva alemã. Países neutros, como a Suécia, exportavam minério de ferro. Mas no limite, a irracionalidade se impôs e a tentativa de realização do Reich de mil anos levou a Alemanha ao desastre.

Por fim, todas as modalidades de fascismo se utilizaram do discurso anticomunista. Como não se tratava de uma negação determinada do comunismo, qualquer oposição ao fascismo, fosse católica, liberal ou até mesmo uma dissidência interna poderiam ser taxadas de comunista.

BOLSOFASCISMO

Entre 11 e 12 de outubro de 2019 a cidade de São Paulo sediou a Conferência da Ação Política Conservadora. Tenho ao meu lado o jornal *Folha de S.Paulo* impresso. A data é 14 de outubro de 2019. Numa das fotografias da matéria está o deputado federal Eduardo Bolsonaro, abraçado a um mastro com uma bandeira do Brasil. Ele sorri, meio curvado, aparentemente simulando uma *pole dance*.

Deixemos de lado toda a associação do fascismo com a questão sexual, segundo Wilhelm Reich; com as marchas militares em seu movimento erótico, como pensava uma personagem de Sartre (em seu romance *Com a Morte na Alma*) ao ver os conquistadores alemães em Paris; e mais especificamente a ligação com o sadomasoquismo, lembrada por Susan Sontag.

A matéria é aterrorizante. O deputado é apresentado como sucessor do seu pai. Mil pessoas gritam-lhe: “Mitinho”. Em dois dias de reunião, o deputado fez um show, afinal “fascismo é teatro” disse Genet. Num átimo, o deputado atacou mulheres de “sovaco cabeludo” e, em seguida, ninguém sabe o porquê, revelou que seu apelido de infância era Buba, em alusão a uma personagem hermafrodita de uma telenovela. Além dele, ministros bolsonaristas fizeram suas exposições.

A conferência, bancada com recursos do fundo público partidário, restringiu-se mais à ação (como consta no nome) do que à reflexão. Entre os palestrantes, houve denúncias contra o “climatismo”, embora as matérias não tivessem feito referência à presença de Lorenzo Carrasco, autor mexicano de *Máfia Verde*, livro de cabeceira de fazendeiros.

Feito em nome da classe média, conforme “aula de História” do ministro da Educação, o encontro serviu para denunciar a esquerda totalitária.

Entre muitas reportagens, a de Rafael Carriello para a *Revista Piauí*, em 13 de outubro de 2019, é igualmente assustadora, tal o nú-

mero de detalhes que parecem sair diretamente do esgoto da subcultura fascista brasileira. No entanto, depois de abrir a tampa da fossa, o jornalista se apressa em dizer que “nem de longe a intolerância política no Brasil foi inventada pelos bolsonaristas”. As “provas” seriam um vídeo de Marilena Chaui em que afirma que a classe média é uma “aberração” e a campanha de Dilma Rousseff contra Marina Silva em 2014. Ou seja, o jornalista, sem o saber, talvez sem o querer, corroborou a afirmação do encontro conservador: a esquerda (sim, aquela representada pelo PT que jamais sonhou com qualquer Revolução) seria de fato “totalitária”.

Enquanto a conferência transcorria, a noite das facadas (falsas) acontecia. No interior do partido *fascio lumpem*, que apoiava o presidente, a luta era pelo controle da sigla e do seu fundo financeiro. As frases dos expoentes não mereceriam registro histórico se o acaso ou a conjuntura não os tivessem alçado ao poder. Para o delegado Valdir: “Eu sou o cara mais fiel a esse vagabundo”. Para Felipe Francischini: “ele começou a fazer a putaria”. Já o filho Carlos Bolsonaro, o chefe da SS digital do mito, postou as imagens de um porco, um rato, uma cobra, uma galinha e uma lula para atacar a ex-aliada Joyce Hasselmann, que respondeu com três veados e três ratos.

Para apimentar a noite das facas falsas, o mito disse que o presidente de seu partido, Luciano Bivar, estava “queimado”. Por incrível coincidência, o deputado foi alvo de uma operação da Polícia Federal que investigava o lançamento de candidaturas laranjas pelo partido no estado de Pernambuco. A mando do ministro que faz as vezes do diretor do Gabinete Central de Segurança do Reich, *SS-Obergruppenführer* Reinhard Heydrich.

A Noite das Facas Longas foi um expurgo efetuado de 30 de junho para 1º de julho de 1934, quando a facção de Adolf Hitler do Partido Nazista eliminou seus adversários como Gregor Strasser e o capitão Ernst Röhm, líder da SA (*Sturmabteilung*). Depois disso,

as tropas de assalto nazistas ficaram em segundo plano perante a SS (*Schutzstaffel*). A Noite dos Cristais foi o ataque aos judeus (*pogrom*) de 9 a 10 de novembro de 1938, promovido pelo governo nazista. Já a Conferência de Wannsee, aconteceu em Berlim, a 20 de janeiro de 1942 para decretar a solução final da “questão judaica”. Nenhuma dessas noites tem paralelo com o que se passou no Brasil. Uma facada pode ser *fake* e aqui a “raça” não é apenas “biológica”, mas partidária: o PT, sinédoque de um vasto campo político e cultural do qual essa sigla faria parte.

Depois da vitória eleitoral de Bolsonaro, muitos jornalistas se prestaram ao papel de normalizar o momento. Apoios entusiasmados existiram de forma muito marginal nas elites intelectuais. No entanto, jamais o saber foi imune ao fascismo. Se ele maneja o irracional, ninguém está imune. Daí a sua força.

Circunstâncias de vida, ressentimento, fracasso profissional, círculos de amizade, profissão e outras esferas da existência predispoem mais ou menos uma pessoa a aderir ou não. Todavia, não resta dúvida que um militante fascista não pretende mais agir como ser humano.

Um fascismo pode ser religioso ou ateu, mas não pode haver uma religião fascista dotada de qualquer profundidade teológica. Por tudo isso, o debate sobre quais características este ou aquele regime fascista mobilizou vai continuar.

É verdade que Hitler era um pintor medíocre e frustrado e que vários nazistas tiveram pretensões artísticas. Se na expressão de Hobsbawm, a Revolução Francesa foi a carreira aberta ao talento, o fascismo abre a carreira aos ressentidos.

Bolsonaro não tinha pretensão intelectual alguma e o “filósofo” de seu movimento não merecerá futuramente nenhuma análise, salvo como um documento de barbárie. Um gramsciano poderá tentar compreendê-lo a partir de uma rubrica dos *Cadernos do Cárcere*: o lorianismo. O bolsonarismo é produto das redes sociais e não de

comícios de rua. Hitler discursava, Bolsonaro fazia *lives*. Hitler tinha algum conhecimento militar, Bolsonaro nenhum, apesar da profissão; Mussolini era hábil debatedor, Bolsonaro fugiu de debates; Salazar conhecia profundamente economia, Bolsonaro confessou nada saber; Bolsonaro mal sabe falar, os fascistas dos anos 1930 eram oradores.

No passado, o Integralismo brasileiro podia não ter um Heidegger, mas Plínio Salgado era um reconhecido jornalista e entre seus primeiros romances houve um ou outro aceito por críticos literários. O seu movimento recrutou Vinicius de Moraes, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Helder Câmara, Abdias do Nascimento e Ernani Silva Bruno, autor da bela *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, e que em seu *Almanaque de Memórias* convenientemente não se lembrava de seu envolvimento integralista. Cada fascismo tem os intelectuais condizentes com seu solo histórico.

No caso brasileiro, isso se deu assim porque a ascensão regional do país só poderia continuar com a retomada da industrialização e a competição com os Estados Unidos, o que implicaria internamente a ultrapassagem da política de conciliação de classes de Lula e o risco de a classe trabalhadora radicalizar suas conquistas. Transformar o Brasil numa potência soberana implicaria elevar a classe trabalhadora a um nível ético e político inaceitável para a cultura dominante no Brasil e assumir conflitos na arena externa que exigiria mobilização popular.

Lula e o PT tinham um “pecado de origem” (um partido que nasceu operário e socialista antes de se moderar politicamente). Não era uma agremiação confiável para refrear as classes trabalhadoras, embora o tentasse. As elites preferem se aliar à ralé de milicianos do que a trabalhadores organizados, especialmente quando o pleno emprego aumenta o poder de barganha destes e a intervenção do Estado parece subordinar as iniciativas privadas de investimento.

Em 1930, por exemplo, a burguesia e as Forças Armadas defenderam o desenvolvimento industrial em acordo com a oligarquia

agrária. A situação de conflito entre as potências e o autoritarismo de Vargas ofereciam a oportunidade de um jogo de soma múltipla em que todos pareciam ganhar. O Integralismo permaneceu na oposição porque seu anticomunismo não era industrialista e não oferecia uma válvula de escape para a questão social.

Como disse o historiador Fernando Sarti Ferreira, “o caráter agrário do Integralismo não significava que ele não era fascista, assim como a natureza industrial do nazismo não implicava que o fosse”. No Brasil, a burguesia não precisou dos fascistas nos anos 1930 porque Getúlio Vargas conduziu um grande acordo de classes oferecendo violência e consenso, anticomunismo e direitos trabalhistas. Como argumentou Valerio Arcary, o “neofascismo em um país periférico como o Brasil não pode ser igual ao fascismo de sociedades europeias dos anos trinta”. Para ele, Bolsonaro respondeu não à ameaça de uma Revolução, mas a governos moderadamente reformistas.

Na Conferência conservadora brasileira, o ministro da Educação se dedicou a combater o nazismo, atribuído à filósofa Marilena Chaui. Ele iniciou sua palestra falando da classe média oprimida pelos oligarcas na Grécia antiga (sic). Em seguida, ele apresentou uma inusitada estratificação das classes sociais no Brasil, onde o papel fundamental seria de empresários comunistas. De repente, mudou o rumo e mostrou imagens de curva de oferta e demanda, conceitos básicos como monopólio e monopsonio, e terminou na associação de empresários com o nazismo. O mais impressionante foi a comparação dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula com doenças mortais, típica das metáforas biológicas dos nazistas, algo que se repetiu no programa da Aliança para o Brasil, ensaio de um novo partido fascista brasileiro que não se concretizou, mas pretendia atacar uma “chaga” ideológica: a “ideologia de gênero”.

A incoerência formal não é uma exceção. Veja-se o discurso de Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da faixa pre-

sidencial no Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2018: “o povo começou a se libertar do socialismo”. O discurso terminava com um *nonsense*: “essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela” (sic).

Há um exemplo de uma formulação mais elaborada e alude ao supracitado programa da Aliança pelo Brasil. Ele tem uma narrativa linear, aparentemente lógica: o povo começou a se proteger contra os socialistas ao defenderem a posse de suas armas mediante um plebiscito em 2005; em 2013 saiu às ruas, ainda sem “muita clareza” e esse foi o seu segundo despertar. Finalmente, nas eleições de 2018 surgiu a oportunidade de se livrar do garantismo socialista, da erotização da infância, do socialismo e do aborto através do controle popular contra o estamento burocrático e o ativismo judicial.

Todas as expressões anteriores constam do documento. Como faziam os fascistas originais, os seus autores incorporaram parte da linguagem de esquerda, atribuíram coisas bizarras aos socialistas e alargaram o conjunto dos adversários para incluir juristas “garantistas”, mulheres “abortistas”, professores etc. O *controle popular* é uma expressão logo esvaziada no texto. Na linha seguinte ela se redefine numa palavra estrangeira: *accountability*.

Há outros elementos dignos de nota, tais como: a segurança jurídica para que soldados possam matar em serviço; a defesa do cristianismo; da língua portuguesa; e, ainda que de forma sub-reptícia, de uma História que ensine o valor de “grandes homens e mulheres do passado”. Repudiando a luta de classes e a planificação, o programa termina com a exaltação do liberalismo econômico e da grandeza da nação.

Será que importa o que foi dito nos parágrafos acima? Certamente interessa como são articulados os falsos argumentos. Eles dialogaram com a consciência fragmentada dos seus aderentes. Sua falsidade é verdadeira para eles? Acreditavam os bolsonaristas de 2018 na

“mamadeira de piroca”? O riso que nós dedicamos a essas bobagens os torna ridículos ou, pelo contrário, reforça nossa condição de esnobes, petistas, ambientalistas, artistas, operários, funcionários públicos, empresários, parasitas etc.?

Essa consciência fragmentada é um traço constitutivo da vida sob o capital. Por que só agora encontraria uma falsa unidade num proselitismo desconjuntado? Estaria a resposta, como pensava Gramsci nos anos 1930, nas novas relações de produção que nos submetem? É dali que devemos partir?

A teologia da prosperidade, o trabalho *uberizado*, a desclassificação das profissões liberais (medicina, engenharia), a desindustrialização e o cotidiano das redes sociais teriam relação com o triunfo dos neofascistas?

Como a realidade em que ele vicejou, o bolsonarismo não é um movimento isento de contradições. Ele sobrevive numa economia sem dinamismo industrial. Porém, a mais flagrante delas está em alterações que ocorreram nos fundamentos da vida social. O bolsonarismo não aderiu à vivência da maioria das pessoas. As mulheres não voltaram recatadas ao lar e nem os jovens renunciaram à sua cultura, salvo provisoriamente pelo terror. E é para o terror que o bolsonarismo apelou dia a dia. Enquanto encenava a noite das facas falsas ou a conferência da solução final da “questão petista”, ele se fortalecia a cada crise que o tornava vítima de uma conspiração.

Desde sua ascensão, Bolsonaro não perdeu poder, ele se fortaleceu e até intentou sua noite das facas falsas. O seu *modus operandi* não estava em defender alguma pauta específica, mas em produzir crise permanente. Em conduzir a esquerda a jogar o seu jogo, a dialogar com o mito que representaria o povo e não com o próprio povo.

O fascismo é um blefe permanente. Em situações “normais” ninguém o leva a sério. Nas crises, todos fingem que não o levam a sério. Se está no poder, todos fingem que ele não é fascismo. A marcha

sobre Roma foi um blefe do ponto de vista militar. Uma única ordem e o Exército teria dizimado os fascistas. Mas quem se arriscaria a dá-la? Seria obedecida? O temor coletivo nos leva a normalizar cada bravata, cada ameaça. Quando nos levantamos indignados, eles recuam. Depois retornam mais audazes.

Quando Luiz Bonaparte se via confrontado com a Revolução, o que fazia, segundo Marx? Pedia perdão de maneira pusilânime e rendia tributo ao partido da ordem.

IDEOLOGIA

A ideologia de Bolsonaro era um conjunto de ideias bizarras apoiado em *youtubers* sem reconhecimento acadêmico, mas por isso mesmo hauria sua força numa postura antielitista. Não havia uma visão coerente do mundo e sequer um programa de governo, por isso o astrólogo Olavo de Carvalho foi uma peça importante na construção de uma técnica discursiva para o bolsonarismo que permitiu manipular racionalmente os sentimentos irracionais dos seus adeptos. Ele empoderou o “homem médio” e o alimentou com teorias conspiratórias, preconceitos morais e dogmas religiosos. Apesar de contraditórias, suas mensagens atendiam necessidades momentâneas dos seus seguidores.

Além da irracionalidade, Bolsonaro apoiou o corporativismo militar. Não só garantiu privilégios corporativos como preencheu milhares de cargos de confiança com oficiais das Forças Armadas. Em junho de 2020, havia 6.157 militares no governo federal (*Valor econômico*, 17/7/2020) e eles chefiavam 36% dos ministérios.

O governo sobreviveu a todas as falsas profecias de sua queda iminente. No ano de 2020, em meio à tragédia da pandemia, houve uma ascensão da popularidade do presidente, apesar de ele duvidar da letalidade do vírus. Isso foi possível, entre outras coisas, porque ele questionou o limite constitucional dos gastos públicos e concedeu

auxílio emergencial aos trabalhadores durante a quarentena. Ainda assim, isso não o levou a romper com a ortodoxia neoliberal e ele continuou combatendo os direitos dos trabalhadores, exibindo seu verdadeiro papel como *ultima ratio* do capital.

A adesão de Bolsonaro a este ou àquele programa econômico nunca foi questão de princípio, como observamos por sua biografia política; ela está subordinada a um propósito de desmontagem do que ele acredita serem os aparelhos de Estado infiltrados pelo “marxismo cultural”.

Como vimos, os elementos fascistas do bolsonarismo são evidentes: a manipulação da irracionalidade, a defesa do grande capital, o anticomunismo (antipetismo, em nossa época). Poderíamos acrescentar muitos outros, como sua estratégia de estressar a legalidade e usá-la para implantar uma ditadura mediante a cumplicidade de políticos liberais e empresários. Mas poucos fascismos levaram a uma prática sistemática um dos seus conteúdos mais horrendos: o culto da morte, típico do franquismo na guerra civil espanhola.

Diante da depressão econômica e da pandemia, Bolsonaro finalmente revelou sua face mais teratológica. Ele já tachava quilombolas e indígenas de pessoas descartáveis. Com a destruição da previdência pública para as futuras gerações, desenhou um programa de extermínio gradual de idosos. Como o nazismo, adotou em 2020 uma estratégia consciente de eliminação física de parte da população “desnecessária”, em primeiro lugar os idosos, negros e pobres, as maiores vítimas da Covid-19.

O descontrole da epidemia fez com que toda a população se tornasse um alvo do bolsonarismo. O Mapeamento das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19, feito pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP, revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus no Brasil (*El País*, 21/01/2021). Para punir os crimes contra a humanidade, perpetrados deliberadamente por uma política de Esta-

do, seria preciso investigar os crimes bolsonaristas e ir além da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014): um Tribunal de Manaus. Caberia criar este tribunal *ad hoc* para julgar e punir Bolsonaro, Mourão, Pazuello (um suposto especialista em logística), a cúpula do Exército brasileiro e todos os militares e civis no poder que concorreram para a tragédia humanitária a que assistimos.

A equipe militar e neoliberal do governo, por negligência, crença ideológica e incompetência, recusou investimentos na pesquisa, produção e mesmo contratos de importação futura de vacinas quando o país ainda tinha uma janela de oportunidade para evitar muitas mortes.

Esse tribunal *ad hoc* poderia ser de natureza internacional, como o de Nuremberg, ou as cortes especiais do Timor Leste e de Ruanda. De toda maneira, cabe ao próprio Estado brasileiro produzir algum tipo de justiça de transição que os nossos juristas, profissionais da saúde, historiadores e muitos outros certamente saberão detalhar e levar adiante. Seja isso feito em Manaus, o laboratório da estratégia genocida bolsonarista, ou em qualquer outro lugar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Otto. “O Fascismo”. In: BAUER, Francisco *et al.* (org.), *Fascismo*. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1974.

BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

COSTA, Emilia Viotti da. *O Abolicionismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DEAECTO, Marisa. *História de um Livro: a democracia na França de François Guizot (1848-1849)*. Cotia: Ateliê Editorial, 2021.

ECO, Umberto. “14 lições para identificar o neofascismo e o fascismo eterno”, em *Opera Mundi*, 21 fev. 2016, *on-line*. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/43281/umberto-eco-14-lico-es-para-identificar-o-neofascismo-e-o-fascismo-eterno>. Acesso em: 17 out. 2020.

FERNANDES, Florestan. “Notas sobre o fascismo na América Latina”, em *A Terra é Redonda* (site), 01 ago 2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/notas-sobre-o-fascismo-na-america-latina/?doing_wp_cron=1634065463.7116808891296386718750_. Acesso em: 12 out 2021.

_____. “A natureza do caetanismo”, em *Democracia e Desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da Era Atual*. São Paulo, Hucitec, 1994, pp. 39-47.

FONTONA, Josep (org.). *España bajo el franquismo*. Barcelona: Grijalbo, 1986.

INSTITUTO Vladimir Herzog. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2020.

LABICA, Georges. *Dictionnaire du Marxisme*. Paris: Presse Universitaires de France, 1982.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Editora UNESP, s.d.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Os Anos de Chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MENEZES, Lená M. “Nazismo: a sacralização do profano”. In: LAGE, Lana *et al.* (org.).

História e Religião. FAPERJ: Mauad, 2002, p.169-180.

NOLTE, Ernst. *Les mouvements fascistes. L'Europe de 1919 à 1945*. Paris: Calmann-Lévy, 1969.

PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

PAXTON, Robert O. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RAFF, Diether. *Deutsche Geschichte: vom Alten Reich zur Zweiten Republik*. Munique: Max Hueber Verlag, 1985.

REICH, Wilhelm. *Psicologia das Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SECCO, Lincoln. *História da União Soviética: uma introdução*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2020.

_____. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. *A Batalha dos Livros: formação da esquerda no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: LPM, 1980.

THALHEIMER, August. *Sobre o Fascismo*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer,

2010.

TOGLIATI, Palmiro. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TROTSKY, Leon. *A onde vai a Alemanha*. Edições Unitas, 1933.

VILLAR, Pierre. *A Guerra da Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *La historia de España*. Barcelona: Grijalbo, 1978.

PARTE II TEORIA E DEBATE

ALEXANDRE TELES



TEORIAS DO FASCISMO

FERNANDO SARTI FERREIRA E

ROSA ROSA GOMES

O fascismo é um tema que produz debates apaixonados. Não há um consenso sobre o que é e ao que se aplica a palavra fascismo. Atualmente, o debate tem ganhado maior força em decorrência dos movimentos de extrema-direita que têm se massificado nos últimos tempos, coloca-se a questão de se é possível ou não classificar estes movimentos como fascistas. Mas mesmo a experiência histórica é controversa. Nem todos os historiadores concordam sobre a possibilidade de se classificar como fascismo os estudos de caso apresentados neste livro. Para muitos, por exemplo, o fascismo foi um fenômeno italiano; o nazismo um fenômeno alemão. Ambos gerados pelo fim da Primeira Guerra Mundial e a crise dos anos posteriores.

No entanto, esperamos ter demonstrado historicamente que, apesar de suas grandes diferenças, há elementos de proximidade entre os regimes e movimentos estudados, ainda que não seja tarefa simples enumerá-los. Este capítulo vai apresentar alguns autores dos quais partimos para montar este livro e consolidar algumas ideias que consideramos estruturais dos movimentos fascistas.

Muito se escreveu sobre o fenômeno. Há uma extensa bibliografia de primeira hora com importantes interpretações de militantes

políticos da época: Leon Trotsky, Ernst Thälmann, Otto Bauer. Mas para estudar o fenômeno escolhemos três interpretações não contemporâneas ao fascismo dos anos 1930. São elas as de Umberto Eco, João Bernardo e Robert Paxton. Para tanto, vamos deixar de lado as importantes diferenças que existem entre estes autores para focarmos naquilo que os aproxima.

Umberto Eco, um importante intelectual italiano, em seu texto *Fascismo Eterno*, de 1995, pretende pensar o que é o fascismo, como ele foi possível, tendo como principal objetivo entendê-lo para que ele nunca mais se repita.

Para o pensador, o fascismo não é algo monolítico, uniforme e que faz sentido. Ao contrário, o fascismo não possui ideias muito consistentes e, na verdade, se utiliza de uma série de pensamentos muitas vezes contraditórios, por exemplo, a unidade entre monarquia e revolução no caso de Mussolini. Umberto Eco diz que o fascismo é uma colmeia de contradições e uma confusão estruturada. Isso porque esse caos aparente gerado pelo fascismo era, na verdade, ordenado por ele. Por exemplo, os quebra-quebras realizados pelas milícias nazistas geravam o caos, mas o caos dentro da ordem nazi.

Umberto Eco destaca 14 características que seriam típicas do fascismo:

O culto da tradição. Um culto que mistura diversos sistemas de crenças e práticas, muitas vezes contraditórias entre si, caindo em uma mensagem obscura, que impede o avanço do conhecimento. Por exemplo: a reivindicação da tradição romana na Itália, a católica na Espanha e a imperial no Japão dentro da lógica do capitalismo moderno.

A recusa seletiva da modernidade capitalista. Embora seja um fenômeno característico da modernidade capitalista, os fascismos vão sempre selecionar a parte desta modernidade que mais lhes convêm. Se por um lado, o Estado nacional e territorial é uma reivindicação dos fascistas, por outro, instituições como sindicatos, partidos polí-

ticos e outras tantas instituições democráticas eram responsáveis por atrapalhar e degenerar a nacionalidade.

O culto da ação pela ação. O culto da ação é acompanhado de um anti-intelectualismo. Pensar e refletir é um problema para o fascista. O importante é agir e resolver, independentemente das consequências e dos meios utilizados para tanto. Os supostos intelectuais fascistas tinham o único papel de acusar e denunciar a modernidade, os liberais e os comunistas de terem abandonado a tradição nacional.

A Recusa à crítica. Não é possível discordar ou discutir de maneira racional no fascismo. Para o fascista, discordância é traição.

O Racismo. Ele recusa qualquer tipo de diversidade dentro da sociedade e constrói o consenso por meio do medo da diferença.

É um fenômeno gerado pela frustração, especialmente das classes médias. Vimos como o fascismo mobiliza principalmente este setor, apavorado pela possibilidade de proletarização em decorrência da crise econômica.

O nacionalismo. O nacionalismo fascista existe única e exclusivamente como uma oposição ao estrangeiro. Por isso, o fascismo sempre tende a acusar um complô internacional contra a nação, um complô que pode, também, ter seu respaldo interno. Por exemplo, a invasão chinesa apoiada pelo Foro de São Paulo contra o Brasil.

Mobilização de um sentimento nacional de humilhação em relação a seus inimigos. Os inimigos estrangeiros serão sempre os mais fortes e mais ricos e, portanto, responsáveis pela crise que vivemos. O ressentimento contra o estrangeiro é outra face do nacionalismo fascista.

Guerra permanente. O fascismo incita a guerra permanente. Seu lema é viver para lutar. O que é contraditório com a ideia de que o fascismo seria responsável por promover o retorno a uma suposta Idade de Ouro e que pressupõe a paz e a harmonia na sociedade.

Elitismo. Esse elitismo cria uma hierarquia social. O fascista considera o seu povo e a sua nação como a melhor do mundo. O líder

despreza as massas subalternas e cada uma dessas massas despreza aqueles que estão abaixo dele, criando uma espécie de “elitismo de massa”.

O culto do heroísmo e da morte. O fascismo educa para a morte heroica. E na busca por essa morte, ele leva os outros à morte. Isso é um elemento novo e difícil para a esquerda entender, porque os liberais não se sacrificam nunca, mas o fascista sim. A partir do surgimento do fascismo, não é apenas o militante de esquerda que se sacrifica pela revolução. O fascista também, mas a sua “revolução” é a restauração violenta da ordem.

O fascismo é machista e homofóbico. Para a maioria deles, o sexo será o único espaço de poder. O resultado é o desprezo pela mulher, que deve ser subalterna, e por outras formas de sexualidade. “Como tanto a guerra permanente como o heroísmo são jogos difíceis de jogar”, afirma Eco, o fascista “transfere sua vontade de poder para questões sexuais”. Por isso sempre carrega em si o desprezo pelas mulheres e a condenação de outras formas de sexualidade que não seja a heterossexual.

A Homogeneização do povo e sua reunião em torno de uma vontade comum. Como isso é impossível, a sua vontade comum precisa ser expressa pelo líder. O povo se torna uma qualidade e é entendido como um bloco sem poder, nem para delegar, por isso, o parlamento e as organizações populares se tornam supérfluos.

Linguagem chula e pobre. É preciso limitar ao máximo possível o repertório e a complexidade dos pensamentos para que se evite ao máximo qualquer tipo de reflexão crítica.

Esses 14 elementos listados por Umberto Eco não estão presentes em todas as experiências históricas fascistas. Isso quer dizer que elas são menos fascistas? Ou seja, o regime de Franco é menos fascista que o regime nazista? Para Eco, embora esses movimentos sejam muito diversos, eles mantêm entre si uma unidade. Para explicar isso,

o autor parte do exemplo do significado de “jogos”. Essa palavra é aplicada aos mais diversos tipos de atividades, muitas totalmente diferentes entre si, no entanto, são entendidas todas dentro desse conceito de jogos. Assim é também o fascismo

Como exemplo, ele toma quatro grupos:

- | O grupo um tem as características: 1, 2, 3
- | O grupo dois tem as características: 2, 3, 4
- | O grupo três tem as características: 3, 4, 5
- | O grupo quatro tem as características: 4, 5, 6

Se observarmos, o quarto grupo não tem nenhuma característica em comum com o primeiro, no entanto, ambos seguem a mesma linhagem, a mesma família de características. Isso é que dá unidade à diversidade de movimentos fascistas.

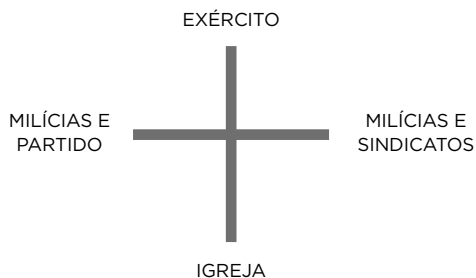
Outro autor que utilizamos, o intelectual português João Bernardo, em seu livro *Labirintos do Fascismo*, traz outros elementos para a análise dos diversos fascismos. Primeiro ele aponta o fascismo como uma revolta da ordem. Se, até então, a revolução era o mote dos trabalhadores socialistas e comunistas, o fascismo se apropria dessa forma para manter o capitalismo, portanto, ele se veste com uma *forma* revolucionária, embora seja reacionário no seu conteúdo. O fascismo, por isso, é plástico e, para João Bernardo, artístico, pois é a mais ambígua das formas políticas.

Mas é importante entender seu contexto histórico. Por isso, João Bernardo sublinha que o fascismo triunfa quando a esquerda foi esmagada, derrotada e incorporada à ordem sem, no entanto, que os problemas sociais que geraram ressentimentos e desamparo tenham sido resolvidos, isso faz com que as massas se movam em direção ao fascismo.

Para tentar explicar como é possível utilizar o mesmo conceito para movimentos tão diversos, João Bernardo propõe pensar o fascismo como composto por dois eixos: o radical e o conservador. Sendo o

fascismo “a revolta da ordem”, ele não pode ser apenas radical. Ele se utiliza e glorifica instituições e ideias que já existem nestas sociedades: o catolicismo, o racismo, o antissemitismo.

Esses dois eixos se cruzam em forma de cruz.



O eixo radical é composto em uma das pontas pelas milícias e pelo partido de massas; na outra, pelas milícias e pelos sindicatos. O eixo conservador tem o exército e a igreja em cada uma das pontas. O primeiro eixo é o eixo interno ao movimento fascista, ou seja, é aquilo que ele traz de novo para o movimento reacionário, conservador e de direita. É aquele eixo que ele mesmo desenvolve. O segundo eixo é o eixo externo, que é composto por instituições que já existem e das quais o fascismo se apropria, se alinha, radicaliza e acentua.

Assim, se observarmos os tipos de fascismo estudados, a Alemanha acentuou mais o eixo radical vinculado ao partido. Já o eixo conservador, foi articulado ao radical por meio do exército. A Itália acentuou mais os sindicatos do que o partido e articulou o eixo radical com o conservador via Igreja. Poderíamos pensar essa articulação para cada um deles. Portugal e Espanha, por exemplo, não contaram com a presença de um eixo radical muito forte. O eixo radical foi suplantado pelo eixo conservador.

Já o último pensador, Robert Paxton, é o autor de um livro chamado *Anatomia do Fascismo*. Para Paxton, apenas na Alemanha e na Itália o fascismo alcançou o poder, embora tenham existido movi-

mentos fascistas ao redor de todo o mundo. Apesar dessa discordância com nossa visão, Paxton aponta elementos que acreditamos ser extremamente importantes para entender o fascismo.

O primeiro ponto são as condições que tornam possível a tomada de poder por esse tipo de movimento:

- | desenvolvimento de uma política de massas, que é um fenômeno do capitalismo iniciado no final do século XIX, com a democratização dos Estados europeus;

- | uma esquerda socialista já madura, dividida e que desiluiu as suas bases, não solucionando os problemas materiais imediatos ou adiando a revolução;

- | medo disseminado do comunismo nas camadas médias e alta da burguesia;

- | crise das instituições liberais.

O fascismo surge como movimento, mas é só com essas pré-condições, e a partir das posições que os diferentes grupos sociais assumem em relação a ele, que o fascismo consegue chegar ao poder. Nesse sentido, Paxton aponta outros passos importantes de serem analisados: como o movimento fascista se transforma em partido, o partido em regime e como este regime termina. Não necessariamente o movimento vira partido, vimos que Portugal não teve um partido orgânico, mas o movimento que alcança o poder precisa ainda transformá-lo em regime. E este não é um processo automático, conforme vimos nos estudos de caso.

Assim, Paxton propõe uma análise pautada na história e realça que o movimento fascista só alcança o poder quando as instituições liberais, democráticas já estão em crise. Não é ele que causa essa crise, embora ele contribua para ela. Além da crise institucional, é necessário que as camadas conservadoras da sociedade apoiem esses movimentos para a tomada do poder. Sem esse apoio eles não conseguiriam

comandar a sociedade. Mussolini é um caso exemplar: ele costura os acordos com as camadas tradicionais do poder e quando já não atende aos interesses dela, ele perde seu apoio e se fragiliza. É claro que nem sempre ocorreu assim, Hitler conquistou o poder com o apoio delas e se manteve nele, apesar delas.

A questão é que Paxton admite como fascistas apenas os ultrarradicais de direita, enquanto João Bernardo aponta que mesmo o fascismo possui sua ala mais radical e sua ala mais conservadora, e que, no geral, os fascistas conservadores eliminaram a sua ala radical: foi o caso das tropas de assalto de Röhm na Alemanha, da Falange de Primo de Rivera na Espanha, dos camisas azuis em Portugal, de D'Annunzio na Itália. Todos eles eliminados pela ala menos radical do fascismo em seus países.

Para o nosso estudo, cada um dos elementos apontados por esses autores foi mobilizado para compreender, por meio das experiências históricas, o que é o fascismo, como ele nasce, cresce e chega ao poder, tendo como horizonte contribuir para a compreensão da nossa atual conjuntura.

Como forma de sistematização, temos que o fascismo é um fenômeno do capitalismo em sua fase imperialista. Ele não seria possível em outra sociedade e está sempre presente, se recolhendo e se restringindo ao submundo e à margem da vida política em momentos que não o favorecem. É um fenômeno da política de massas, mobilizando novas formas de comunicação para a agitação política: nos anos 1920 e 1930 foi o cinema e a publicidade, na atualidade são as redes sociais, a internet. Ele ganha espaço a partir de uma crise econômica e social e depois de uma derrota avassaladora da esquerda, gerando frustração principalmente nas camadas médias, mas atinge também os trabalhadores. Esse ressentimento é mobilizado através de uma série de bodes expiatórios: o judeu, o negro, a mulher, o estrangeiro, mas, sobretudo, e isso é comum a todos os fascismos, a ameaça comunista. O anticomunismo é central nesses movimentos.

O fascismo cresce e se fortalece em etapas. Ele surge como um movimento, alguns se transformam em partido para disputar posições no Estado. Ele conquista o poder com a ajuda dos setores conservadores de uma sociedade convulsionada pela crise, pela frustração, pelo ressentimento. Mas a partir desse momento, ele ainda precisa consolidar um regime com um conjunto de regras, transformando as instituições e estabelecendo outra forma de organização social. Como regime, ele transforma inclusive o cotidiano, e as ilegalidades, como as milícias e a tortura, são legalizadas. Historicamente, o fascismo só foi derrotado militarmente e por forças de esquerda. Excepcionalmente sofreu uma transição negociada quando ficou isolado e se tornou contraproducente para a burguesia local e internacional (este foi o caso da Espanha). Em vários casos, só houve a derrota militar, mas não ideológica, ele subsistiu na sociedade e aguardou o momento de retornar, repaginado.

Algumas características gerais podem ser extraídas das experiências históricas e aplicadas a nossa atual conjuntura:

1. Um comportamento de bando. As massas agindo mobilizadas por sentimentos e ideias totalmente irracionais;
2. Um discurso e uma prática irracional e que, no entanto, é baseada em meias verdades, mobilizando os preconceitos enraizados na sociedade para o comportamento de manada: a corrupção, a crise econômica, a perda de privilégios de determinados grupos (brancos, homens e a classe média);
3. Oportunismo. Ele não tem uma ideologia, nada conforme a maré pode auxiliar seus interesses e, portanto, está sempre em movimento, mudando de posição: uma hora a Covid-19 é uma gripezinha, outra hora não; uma hora é contra a monarquia, na outra faz acordos com ela. É uma metamorfose ambulante de irracionalidades.

Esses pontos se unificam em torno de outro elemento importante: a irracionalidade do movimento e do regime fascista. Pelas suas

características, abriga diversos interesses contraditórios, que com o tempo entram em conflito e vão de encontro ao regime. Se ele se sustentará ou não, dependerá da força de cada um: Hitler se sustentou até o fim, mesmo com as diversas tentativas de golpe que sofreu; Mussolini não.

Principalmente, o fascismo é a revolta da ordem, ele não procura modificar a ordem capitalista, embora tenha uma forma revolucionária. Ele adota ações características da esquerda revolucionária – a mobilização e agitação das massas, o enfrentamento direto às instituições do Estado –, mas não procura a transformação social; pelo contrário, ele adota essas ações para reafirmar a ordem atual e eliminar quem quer que lhe faça oposição: militantes políticos, grupos subalternizados como as mulheres, negros, LGBTQIA+, movimento dos trabalhadores etc.

ORIGENS E ESTRUTURA DO FASCISMO

LINCOLN SECCO

*Não há outro meio de acabar com o comunismo senão
acabando de vez com a democracia liberal, terreno propício
ao desenvolvimento de todos os micróbios virulentos.*

(Miguel Reale, agosto de 1935)¹

Em 1930, o comunista alemão August Thalheimer escreveu um artigo em que reconhecia a ausência de uma teorização “definitiva” do fenômeno fascista. Naturalmente, Marx e Engels não assistiram a nada parecido. Contudo, a análise que Marx faz em *O 18 Brumário* poderia servir como ponto de partida. O bonapartismo é diferente do fascismo, porém expressa o mesmo processo pelo qual a burguesia abandona sua sobrevivência política nas mãos de um ditador para salvar sua existência econômica.

Sua base de massas é fornecida, principalmente por uma classe (média) sem um papel decisivo na produção. Essa classe se vê como

1. Para facilitar a leitura, foram evitadas notas e referências de algumas citações. Elas podem ser reconstituídas com base na bibliografia ou num conjunto de artigos publicados pelo autor no site *A Terra é Redonda*, cujos argumentos deram origem ao presente artigo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/tag/lincoln-secco/>. Acesso em: 14 set. 2021.

a mediadora das classes fundamentais, diz Thalheimer. E exatamente por isso adota o nacionalismo e se considera a representante única do interesse nacional e de valores desinteressados contra o mau operário, o mau capitalista (os bilionários, os financistas, os que recebem crédito estatal) e poderíamos acrescentar hoje más mulheres, maus ambientalistas etc. Há decerto as boas mulheres do lar, os bons capitalistas produtivos e os trabalhadores sem direitos que não reclamam.

Thalheimer diz que

o pequeno burguês fascista quer um governo forte. Governo forte significa ampliação do funcionalismo. Mas ele exige ao mesmo tempo uma economia de gastos públicos, isto é, uma limitação do funcionalismo (...). É preciso acabar com o abuso do dia de oito horas e com o disparate dos direitos do operário na fábrica. Ordem na fábrica! Que se termine com o presente do Estado aos trabalhadores à custa do pequeno burguês, como o pão e os aluguéis baratos etc.

Thalheimer parte da definição do IV Congresso da Internacional Comunista: a diferença específica do fascismo está no fato de que os fascistas “tratam, mediante uma demagogia social, de criar uma base entre as massas, na classe camponesa e na pequena burguesia e até em certos setores do proletariado, utilizando habilmente para seus objetivos contrarrevolucionários decepções provocadas pela chamada democracia”.

Ele percebeu aquilo que Gramsci já havia enunciado: não existe uma essência do fascismo no próprio fascismo. Se procurarmos definir uma não alcançaremos uma compreensão racional. Não há uma doutrina fascista coerente. Os fascistas agem no senso comum sem jamais alçar a esfera da Filosofia. Por isso, não pode haver um debate com um fascista na mesma medida em que pode existir um entre socialistas e liberais. Grandes pensadores podiam aderir ao nazismo, mas não con-

correram para transformá-lo em uma Filosofia; ao contrário, só conseguiram se revelar pessoas degeneradas e imbecis durante a vigência do regime fascista.

Carl Schmitt podia ser um importante intelectual. Ele criticava os liberais por serem concorrentes no comércio e meros opositores numa discussão, em vez de *inimigos*. Mas não é essa visão teórica que explica sua adesão ao nazismo. Nem todo antiliberal compactuou com aquilo. Schmitt o fez porque antes de intelectual era um ser humano como qualquer outro e na raiz de sua decisão havia sentimentos mesquinhos e desejos inconfessáveis, evidentemente adornados por um nacionalismo e pelo inconformismo com o fracasso da Alemanha, com a incompetência dos políticos de Weimar e o que mais se quiser encontrar.

Quando Martin Heidegger foi convidado pelos estudantes nazistas de Heildeberg a proferir um discurso, os catedráticos conservadores compareceram paramentados em seus trajes oficiais enquanto, para espanto geral, o grande filósofo da Alemanha surgiu com calções curtos e colarinho de Schiller, o uniforme da juventude nacional-socialista.

Parecia tão inexplicável que seu biógrafo perdeu muitas páginas, tentando mostrar como em sua Filosofia havia elementos para que Heidegger visse na vitória de Hitler, em 1933, o momento em que os alemães saíram da caverna platônica. Seria o convite primordial do *Dasein* e o sinal da revolução metafísica inacabada, entre outras tolices.

Benedetto Croce simplesmente resumiu o discurso de Heidegger como “tolo e servil”. O fato é que não há nada em filosofia alguma que possa ser fascista e, ao mesmo tempo tudo, retirado de qualquer lugar, pode servir ao fascismo ao sabor das circunstâncias.

COMO É O FASCISMO?

Evidentemente, algumas características estarão sempre lá. Mas estarão, também, em muitos outros regimes ou movimentos de di-

reita não fascistas. O fascismo é corporativista, mas o corporativismo esteve em ideologias não fascistas. Ele é essencialmente mobilizador, como Karl Radek e os primeiros teóricos da Internacional Comunista notaram, mas uma vez no poder muitos fascismos procuravam controlar os excessos de mobilização. Foi isso que levou à eliminação de facções do movimento altamente radicalizadas na Alemanha, Portugal e Romênia. Ele foi antissemita, mas não em todos os países (o Bolsonarismo se afirma pró-Israel e evangélico); ele era machista, mas vicejou sempre em sociedades que já o eram.

O fascismo era totalitário? Sem dúvida. O próprio Mussolini reivindicava isso. Mas entre a pretensão totalitária e a realização havia sobrevivências do passado que o obrigaram a conviver com a Monarquia, a Igreja e as Forças Armadas do Estado; era nacionalista? Sim, mas na maioria dos países fascistas, que eram periféricos ou semiperiféricos, aquilo era uma retórica e não significou jamais uma defesa real da soberania nacional; cultivava a violência? Sim, mas herdou de Sorel e de algumas correntes anarquistas esse mesmo culto; defendia uma Economia dirigida? O socialismo também. E, em verdade, nos anos 1930 praticamente todos os países porque era a resposta possível à crise de 1929¹.

Mussolini usava milícias paralelamente ao Estado? Sim. Mas isso foi mais saliente no período anterior à tomada do poder do que depois. E voltou a ser importante nas crises do regime. O fascismo destruía as instituições democráticas? Sim, mas também convivia com elas como na Itália nos anos 1920. Era antiliberal? Sim, mas os liberais aceitaram sua ascensão no interior do próprio Estado, como aconteceu com Mussolini, Salazar e Hitler, embora não com Franco.

Dimitrov já sabia que nem sempre o fascismo bania os partidos revolucionários, ou mesmo partidos burgueses competidores. Isso dependia “das condições históricas, sociais e econômicas”. Mussolini conviveu nos primeiros anos com o Partido Comunista e até debateu com Gramsci no parlamento.

Poderíamos prosseguir numa infindável lista. Como disse Umberto Eco: “O termo *fascismo* adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”.

Por outro lado, não podemos recusar o conceito hoje. O comunismo, a social-democracia e o anarquismo são movimentos que ultrapassaram a Segunda Guerra Mundial e adquiriram novas características. Por que o fascismo não poderia fazer o mesmo?

Também não podemos transformá-lo numa realidade eterna. Ele só foi possível na crise do entreguerras e na época do imperialismo e do capitalismo monopolista, ainda que encontremos antecipações fascistas em autores reacionários desde a Revolução Francesa, como Joseph De Maistre.

É óbvio que países que apenas tinham pretensões a desenvolver um capitalismo monopolista de Estado foram fascistas; e os Estados Unidos não precisaram adotar tal regime porque tinham uma posição única de liderança econômica e militar, protegidos por dois oceanos. Mas o que explica isso é a história concreta e não uma adaptação da realidade a um conceito preestabelecido. Houve países fascistas que podiam ser mais ou menos imperialistas, mais ou menos nacionalistas. Da mesma forma, o fascismo pode ser mais ou menos estatista.

Continuam imprescindíveis os debates sobre a incipiente caracterização de Stalin na XIII Assembleia Plenária da Internacional Comunista; a defesa da frente contra o fascismo por Dimitrov no VII Congresso de 1935; as advertências de Trotsky ou de Simone Weill sobre a Alemanha; as excelentes lições de Togliatti sobre as instituições fascistas que controlavam o lazer, o esporte e outras atividades fora do trabalho e muitos outros. Encontraremos em todos eles elementos para compreender, também, a nossa época.

UMA TÉCNICA

Diante da dificuldade de encontrar uma definição precisa e

consensual, alguns autores preferiram escolher outro método, ainda que não deixassem de procurar uma definição abrangente. Procuraram as fronteiras imprecisas dos regimes, os contornos dos movimentos, as fases que ele pode ou não percorrer e se “completar” como proposta, como movimento ou regime. Como vimos no capítulo anterior, Paxton procurou mostrar as etapas dos fascismos; João Bernardo encontrou os eixos interno e externo em torno dos quais as diferentes experiências fascistas se organizaram; e Umberto Eco mostrou através de uma “semelhança de família” um fascismo *fuzzy* (termo usado atualmente em lógica para designar conjuntos “esfumados”, de contornos imprecisos).

As características que o fascismo pode mobilizar são muitas, mas não infinitas. O fascismo não pode substituir o capitalismo por uma economia socialista, por exemplo, embora Mussolini fosse um filho de anarquista com passado socialista e o líder nazista Gregor Strasser se declarasse inimigo do capitalismo.

É POSSÍVEL DIALOGAR COM O FASCISMO?

Num artigo no *blog* A Terra é Redonda, Thelma Lessa da Fonseca cita Adorno, para quem “os agitadores fascistas são tomados a sério porque se arriscam a passar por tolos”. Eles recorrem ao baixo calão, imagens sádicas, atos histriônicos, culto da violência, discursos sem coerência lógica exatamente porque, assim, podem romper tabus de sua envergonhada e contida classe (média). A crise de valores permite que defendam a Bíblia com palavrões e sexo, mentiras e maldade; que promovam privilégios e censura em nome da igualdade e da Democracia; e que defendam a ordem e o Brasil em nome da revolução e dos Estados Unidos.

O nazi Wilhelm Stapel, citado por Wilhelm Reich em seu livro *Psicologia de Massas do Fascismo*, avisou que, sendo o seu movimento

de natureza elementar, não deveria ser abordado com argumentos. E o próprio Hitler insistia que se deve dirigir às massas não com argumentos, provas e conhecimentos, mas com sentimentos e profissões de fé. Para Mussolini, que tinha um preparo político superior ao de Hitler, doutrinas não passavam de expedientes táticos.

Assim, a propaganda podia ser contraditória e diferente conforme a camada da população a que se dirigia. Segundo Reich, que se voltou ao conteúdo afetivo e irracional da adesão ao fascismo, haveria uma coerência na manipulação das sensibilidades dos aderentes. Por isso seria aconselhável escutar com atenção o que os líderes fascistas diziam.

Tratava-se de um discurso em que as palavras mantinham relação arbitrária com as supostas realidades às quais se referiam. Por isso, não havia coerência nos significados ou na sequência daquilo que era enunciado, apenas na sua manipulação oportunista. O objetivo da manipulação é apenas a perenização da própria manipulação. A forma não importa, o estilo é rude.

Em seu *Behemoth*, Franz Neumann dizia que a ideologia nacional-socialista estava fundida com o terror e que toda declaração nazista carecia de consistência. Era um oportunismo absoluto em que cada afirmação procedia da situação imediata e era abandonada quando a situação mudava.

O fascismo é uma revolução da Ordem, como disse João Bernardo. Mas a ordem é fundamento a ser conservado por uma forma radical. O que significa que ele é uma técnica política e uma retórica antes de qualquer coisa. Sua forma, mesmo grosseira, é mais importante que o conteúdo.

Num momento em que as classes dominantes, na crise de seu modo tradicional de dominação, sacrificam sua existência política em favor da econômica, o Fascismo pode surgir como a manipulação “racional” daquilo que há de irracional nas camadas médias, as quais traduzem seu medo da desclassificação social num transe ideológico. Uma classe em trânsito é

uma classe em transe. E isso se alastra para outros setores sociais, como a Internacional Comunista já havia detectado, envolvendo mesmo franjas do proletariado.

As formas que o transe assume são muitas. Os conteúdos também. Assim como a burguesia alemã mobilizou o fascismo para tentar derrotar Estados Unidos e Inglaterra e dirigir a economia mundial, a burguesia brasileira mobilizou o bolsonarismo para manter-se como exportadora de *commodities* periférica e subordinada; mas, acima de tudo, como exploradora de mais-valia de uma força de trabalho sem direitos.

Vamos desenvolver a seguir as questões até aqui apresentadas.

FASCISMO E LIBERALISMO

Um governo fascista pode ser liberal?

Depois da derrota militar do fascismo histórico, aquele que vigorou entre as duas guerras mundiais, muitos liberais e conservadores apressaram-se em se desvincular daquela experiência catastrófica. O filósofo Benedetto Croce, apesar de nutrir uma simpatia inicial antes de passar à oposição, viu no fenômeno um parêntese, um desvio de uma história europeia cujo sentido era a realização da ideia de liberdade. Ele foi mais longe: recusava-se a compreender o fenômeno porque o odiava.

Os estudiosos da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, desconfiaram totalmente da erradicação do fascismo após a Segunda Guerra Mundial e perceberam o quanto ele podia sobreviver no interior de sociedades capitalistas liberais.

O pai do neoliberalismo, Von Mises, via no nazismo boas intenções. Friedrich Hayek, que foi muito mais um propagandista de vanguarda que economista de relevo, difundiu a noção de que o fascismo foi uma mera deformação causada pelo excesso de Estado. Zbigniew Brzezinski preferiu o termo *autoritarismo* para justificar a persistência do fascismo na Península Ibérica: seriam “ditaduras técnicas” e instrumen-

tais na defesa da democracia. Não por acaso, ele também incorporou o conceito de totalitarismo, desenvolvido por Hanna Arendt para aproximar o fascismo e o comunismo como regimes de massas totalitários.

A lista de autores e autoras poderia prosseguir, especialmente se incorporarmos a historiografia que se alimentou do conceito de populismo. Na acepção vulgar que passou a ser utilizado no hemisfério norte, ele não deixa de ter a mesma função de demonizar a esquerda, igualando-a ao neofascismo.

Totalitarismo e populismo são palavras invocadas para salvar a pele do centro liberal, o qual seria a única garantia dos requisitos racionais de uma vida normal alicerçada no individualismo, nos contratos e na liberdade.

Só que o casamento do capitalismo com a democracia foi uma excepcionalidade vigente por curto período histórico em alguns países europeus e da América do Norte, como reconhece Yasha Mounk, autor do *best-seller O povo contra a Democracia*. Neste livro, ele atribui a crise democrática ao “populismo” vigente em países tão diversos como Polônia, Rússia ou Venezuela.

O fim do socialismo real europeu em 1989 assinalaria uma vaga de exaltação do liberalismo na América Latina, mas pensadores à esquerda e à direita já pressentiam uma nova viragem ao fascismo.

A esse respeito, o filósofo Paulo Arantes resgatou um artigo de Edward Luttwak publicado em 1995. O autor, que estava longe de simpatias pela esquerda, anteviu que o capitalismo turbinado pela globalização e pela informática traria uma “insegurança econômica pessoal completamente inédita da massa trabalhadora, dos trabalhadores industriais e burocráticos de colarinho branco até os executivos médios” e que nem a direita e nem a esquerda moderadas ofereceriam qualquer solução.

Ele descrevia um conjunto de camadas médias da população que não era exatamente pobre e, portanto, não podia receber benefícios sociais oferecidos pela esquerda. E podemos acrescentar que elas

também não estariam interessadas numa redistribuição de renda que ameaçasse sua posição social relativa.

A direita moderada, ao celebrar “as virtudes da competição desenfreada e da mudança estrutural dinâmica” também não mais interessaria àqueles segmentos. Eles tenderiam a aderir a um “partido fascista melhorado”, como escreveu Edwar Luttwak. Em 1998, Fernando Haddad aventou a hipótese de que o colapso do sistema soviético e do estado desenvolvimentista inclinariam os países semiperiféricos ao neoliberalismo e ao velho fascismo.

Antonio Negri, que visitou o Brasil antes da catástrofe política de 2018, definiu o neofascismo do século XXI como “a face dura do neoliberalismo”. Segundo ele, isso “o distingue dos fascismos dos anos 1920 e 30 em que os reacionários certamente estiveram no campo político, enquanto no terreno econômico eles poderiam ser relativamente progressistas, pseudo-keynesianos”.

Ainda assim, essa definição não é exata mesmo para a época da primeira onda fascista que também recorreu à ortodoxia liberal quando lhe foi conveniente. O historiador Federico Chabod mostrou que em seus primeiros anos o fascismo italiano foi mais liberal que os governos liberais anteriores: aboliu subvenções oficiais e entregou empresas estatais ao capital privado.

Após a Primeira Guerra Mundial, o velho Giolitti, que marcou uma época da política italiana, buscou melhorar a arrecadação. Para fazer frente ao aumento de despesas estatais contraídas durante a Guerra, ele exigiu, em 24 de setembro de 1920, que as ações fossem nominativas e não ao portador a fim de combater fraudes. No mesmo dia aumentou o imposto sobre heranças e, em casos específicos (parentes longínquos, por exemplo) a taxa podia significar o confisco da propriedade.

Segundo o historiador Renzo de Felice, o mais importante biógrafo de Mussolini, o programa do Partido Nacional Fascista, em 1921, previa simplificação tributária, equilíbrio orçamentário, publi-

cidade dos rendimentos tributáveis (*redditi imponibili*) e das heranças. Mas somente treze dias depois da marcha sobre Roma que levou Mussolini à Presidência do Conselho de Ministros, as leis de Giolitti foram revogadas e aquela parte do programa fascista esquecida.

A *Carta del Lavoro*, editada por Benito Mussolini em 1927, declarava que a “intervenção do Estado na produção econômica tem lugar unicamente quando falte ou seja insuficiente a iniciativa privada ou quando estejam em jogo interesses políticos do Estado”. É claro que a política de Mussolini mudou: ele impôs uma ditadura pessoal e, após a crise de 1929, adotou uma linha estatizante: dez anos depois daquele *crash* mundial a Itália tinha, percentualmente, o segundo maior setor público no mundo, somente menor do que o da União Soviética, de acordo com Martin Blinkhorn.

FORMAS PRAGMÁTICAS

Conforme escreveu Franz Borkenau, Mussolini levou à prática a política prescrita por Vilfredo Pareto, o teórico das elites: destruir o liberalismo político e instituir o econômico; retirar impostos das classes privilegiadas; e oferecer às trabalhadoras uma educação com dogmas religiosos nos quais ele mesmo não acreditava.

Os velhos políticos liberais ficaram satisfeitos e acreditaram que a entrada de fascistas no gabinete de governo iria domá-los e permitir sua absorção no sistema liberal, como tinha ocorrido com os socialistas.

Proveniente de uma composição bizarra de sindicalismo revolucionário, socialismo e nacionalismo, o fascismo tinha sua base mobilizada nas camadas médias e atraía os ressentidos de todo tipo. Entretanto, ele não teria se estabilizado no poder sem aquela condescendência dos políticos profissionais. Além, é evidente, de uma aliança com o grande capital e o apoio do exército, polícia e magistratura, como acentuou o historiador Giampiero Carocci.

Mas o liberalismo pragmático não foi peculiaridade do início do regime fascista italiano. Na Espanha, Franco adotou inicialmente o sistema corporativo e buscou autarquia econômica, mas nos anos 1950 promoveu o ingresso de seu país na ONU, a abertura econômica e a submissão ao FMI. E os arquitetos do liberalismo espanhol foram tecnocratas vinculados ao Opus Dei, organização católica ultrarreacionária.

Na verdade, não há e nem jamais houve um projeto político, ideológico ou econômico definitivo dos fascistas. Nem mesmo o termo *fascismo* foi, em geral, reivindicado por eles fora da Itália. Na Inglaterra, Sir Oswald Mosley (1896-1980) criou a British Union of Fascists, mas depois alterou o nome. Uma das características fundamentais de um fascista é dizer que não o é.

O fascismo clerical de Dollfuss (1892-1934) o levou ao poder reprimindo os nazis austríacos até ser assinado por eles. Mas onde a ala conservadora fascista podia dispensar a radical, isso foi feito. A ferro e sangue se necessário. O ditador romeno Antonescu (1882-1946) esmagou os seus compatriotas fascistas mais radicais da Guarda de Ferro. Franco prendeu políticos falangistas espanhóis; o líder fascio-monarquista dos camisas azuis portugueses Rolão Preto (1893-1977) envolveu-se numa intentona contra Salazar. Com exceção dos nazis austríacos, nenhum deles usava o símbolo da besta na testa.

A MENTALIDADE FASCISTA

Benedetto Croce disse em seu diário que Mussolini tinha “uma radical deficiência moral” e que era “ignorante, mas de uma ignorância substancial”, incapaz de entender relações elementares da vida humana, arrogante e sem escrúpulos de consciência.

A verdade do capital não pode ser pronunciada senão com mentiras. A mentira do fascismo só pode ser bem-sucedida mediante verdades. Mesmo que sejam apenas fragmentos distorcidos como o

desemprego, o remédio salvador da epidemia, a guerra purificadora ou a derrocada econômica. Em momentos decisivos em que a reprodução do capital produtivo está em jogo, liberalismo e fascismo, elite e ralé, dão-se as mãos sem temer qualquer contágio. Mas os liberais não têm o *physique du rôle* do ressentido social. Ainda que um liberal possa ter sido o “café com leite” das brincadeiras infantis, sua herança rapidamente lhe recolocou no seu devido grau hierárquico.

Hannah Arendt afirmou sobre os fascistas que o fato de que antes do seu ingresso na política suas vidas tinham sido um fracasso era o ponto alto de sua atração para as massas. Suas falhas podiam passar por autenticidade.

A forma fascista é imprescindível porque permite mentir dizendo a verdade. Os nazistas podiam combinar elementos intelectuais e anti-intelectuais num só discurso simplório, mas o que lhes infundia sua credibilidade era a forma degradada, a coreografia grotesca, a arte ornamental, as falas entrecortadas, as relações sem conexão, os gestos desmedidos e a linguagem chula e rebaixada.

Apanhavam um fragmento de debate científico e o deslocavam do contexto para atacar a própria ciência. Ora, neste caso, as discussões científicas são o todo; o que eles faziam era descartar a totalidade e tomar uma verdade parcial como se fosse a própria ciência alemã e sã contra a judia e a comunista.

Aqui temos que nos separar do grande pensador liberal Croce. A ignorância substancial não era apenas de um indivíduo, mas uma pré-condição para exercer um poder político que atendesse às exigências de uma acumulação que só podia prosseguir exterminando seres humanos.

Amiúde explicamos o fascismo pela perversidade dos seus líderes. Embora a personalidade de indivíduos alçados a uma posição de poder não deva ser desprezada, ela só se torna relevante num contexto dado.

Marx, em *O 18 Brumário*, recusou-se a compreender o fenômeno Luiz Bonaparte a partir de suas qualidades psicológicas ou morais.

Ele preferiu demonstrar como a luta de classes permitiu a uma figura medíocre fazer-se o imperador dos franceses – ainda que a referida mediocridade fosse historicamente duvidosa².

Mais que um movimento de perversos (e certamente os havia), os fascistas são pessoas ordinárias. Em *Una Giornata Particolare*, Ettore Scola enquadra o fascismo num conjunto habitacional de Roma³ e surpreende pessoas comuns num dia de festa cívica. Não parecem particularmente malvadas e nada têm de especial, salvo as roupas de um dia de feriado. No entanto, irão saudar a maldade máxima como se fossem a uma partida de futebol. O seu líder não tem nada de hipnótico e na verdade cada chefe da família que o saúda é só um pequeno Mussolini da casa.

O principal biógrafo de Mussolini foi um historiador profissional de passado comunista e socialista. Suas credenciais de esquerda e sua notável pesquisa empírica não foram suficientes para protegê-lo das acusações de revisionista, porque em sua obra, Renzo de Felice deu ênfase ao amplo consenso que a sociedade do seu país ofereceu ao fascismo.

Evidentemente ele não estava isento de erros, como talvez o de apresentar Mussolini mais socialista do que era e menos reacionário do que se tornou.

Mussolini foi um revolucionário intransigente, mas nunca teve as preocupações teóricas que a maioria dos dirigentes socialistas possuía, mesmo os reformistas italianos como Turati. Além disso, terminou sua trajetória inicial, já durante a guerra, como colaborador de capitalistas que ele astuciosamente englobou na “classe dos produtores”.

Mas é a estabilização do fascismo e seu enraizamento no dia a dia que mais nos interessam. Um dos volumes da biografia do Duce recebeu o título de “Gli anni del Consenso. 1929-1936”. A visita de Hitler a Roma, retratada em imagens oficiais no citado *Una Giornata Particolare*

2. Napoleão III liderou a França num período de grande desenvolvimento econômico, teve apoio popular e até cooptou lideranças operárias e socialistas.

3. Uma excelente leitura deste filme foi feita por: Prado, Gilda W. de Almeida. “O Inquilino do Sexto Andar”, Mouro, 14, São Paulo, 2020.

ocorreu depois do período retratado naquele volume: em 1938, quando Mussolini já não gozava do mesmo apoio popular que antes. Ainda assim, a película captou o sentido totalitário do regime.

FASCISMO, POLÍCIA E MILÍCIAS

A polícia sempre teve seu serviço reservado, quando simplesmente não usava seus próprios agentes públicos em ações ilegais. O que o fascismo permitiu foi uma troca de posições em que milícias paramilitares de direita pudessem fazer o serviço policial sem as amarras da justiça e os limites da lei. E a polícia podia se tornar uma espécie de serviço de proteção e informação dos fascistas.

O processo de acumulação de capital no século XIX gerou três subprodutos: uma alta burguesia endinheirada e autoconfiante; um crescente proletariado industrial e uma população flutuante (superpopulação relativa), que constituía tanto uma reserva para regular o preço da força de trabalho quanto o lumpemproletariado em vários seguimentos sociais e que não tinha função econômica.

Essa “ralé”, no entanto, podia servir tanto ao crime quanto à repressão de Estado, à espionagem, ao neocolonialismo. Podia incorporar tanto um dedo-duro ocasional esfarrapado quanto um aristocrata apaixonado por teorias da conspiração secreta de judeus e maçons.

Hannah Arendt já havia demonstrado a atração que a alta sociedade sente pelo submundo do crime. A ideia de crime perfeito em que a brutalidade convivia com maneiras refinadas, o assassinato com jogos de inteligência, nunca abandonaram as histórias policiais.

Em tempos “normais”, o crime é oculto e depois solucionado com a punição individual que reconcilia a sociedade burguesa consigo mesma. Em tempos de crise, o fascismo exalta o crime publicamente. Por vias tortas ele rompe com a culpa individual e revela as raízes sociais do delito. Ele encontra os culpados numa raça, num grupo

político ou num inimigo externo. Assim, aparentemente ele defende a sociedade melhor do que os órgãos judiciários habituais.

Que o fascismo exalte o crime em defesa da Ordem não é nenhuma contradição. Que o considere um fenômeno social e ainda assim consiga apelar a indivíduos inseguros que temem ser assaltados numa rua escura, é a explicação do seu sucesso.

O socialismo reformista e os sindicatos tinham força suficiente para proteger os trabalhadores formais da inflação, mais do que a pequena burguesia poderia por si mesma e do que a burguesia poderia tolerar. Ao mesmo tempo, aquele socialismo era impotente para defender-se da violência. O líder social-democrata austríaco Otto Bauer argumentou de maneira convincente que o socialismo passou a ser visto como partido do sistema, juntamente com os liberais e conservadores. O grande capital desertou dos seus partidos tradicionais. Ele era fraco para impor, por meios legais, a recuperação de sua taxa de lucro, mas “forte o suficiente para financiar um exército privado ilegal e inconstitucional e lançá-lo sobre a classe trabalhadora”⁴.

A MENTIRA É O TODO

O fascismo é uma mentira total, ainda que composta de verdades parciais.

Numa propaganda de 1987, da agência W/Brasil para a *Folha de S.Paulo*⁵, uma voz em *off* dizia: “Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho a seu povo...”. Enquanto repetia dados econômicos, pequenos pontos pretos se multiplicavam na tela da TV até formar um retrato em branco e preto de Hitler.

4. Czerwińska-Schupp, Ewa. Otto Bauer (1881-1938). Chicago: Haymarket Books, 2018, p.313. Essa observação é muito importante porque implica a ideia de um “fascismo eterno”, como diria Umberto Eco, ou em termos históricos, de uma ameaça permanente inscrita na própria democracia burguesa liberal. Eco, Umberto. “O Fascismo Eterno”, in: Id. *Cinco Escritos Morais*. Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002. Quando Enzo Santarelli organizou uma coletânea de Gramsci sobre o fascismo em 1974, ele escreveu que o neofascismo se alimentou na própria sociedade pós-fascista. Santarelli, Enzo. “Prólogo” in Gramsci, Antonio. *Sobre el Fascismo*. Mexico: Era, 1979, p.30.

5. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZaYeiptmd4>. Acesso em: 4 fev. 2020.

Apesar da criatividade do comercial anti-Hitler, críticas à sua figura podem desviar a atenção das raízes sociais do nazismo. Por mais odioso e doentio que Hitler fosse, ele liderou um movimento que compreendeu milhões de pessoas.

A peça publicitária finalizava dizendo que “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade”. Mas a quem aquilo atingia?

Combater o pseudonacionalismo com verdadeiro nacionalismo, a falsa religião com a religião da falsidade, a milícia com a polícia, o ataque aos direitos com o Estado de Direito é um grave erro. Os fascistas, e mesmo seus eleitores, não se interessam por mentiras ou verdades particulares. Eles aderem a uma concepção geral da vida. Ainda que degradada, falsa, mortífera, anticivilizatória e sem futuro algum.

Fracassados sociais só podem desejar o poder do fracasso. Hannah Arendt escreveu sobre os fascistas que o fato de que antes do seu ingresso na política suas vidas tinham sido um fracasso era o ponto alto de sua atração para as massas.

É verdade que somente os fascistas engajados se esbaldaram com prazer doentio no terror que impunham à sociedade. Em todo lugar, a maioria que levou os fascistas ao poder nunca foi absoluta. Em geral, lhes bastou um terço de votos e a divisão dos adversários. Mas uma ampla parcela de indiferentes permitiu que eles fossem vitoriosos.

Criar memes, vídeos curtos, *podcasts* e cartazes virtuais para os evangélicos ou com a bandeira do país para provar que a esquerda é cristã ou nacional lembram propaganda. “E a propaganda, a manipulação racional do irracional, constitui um privilégio dos totalitários. Os que se opõem aos mesmos não deveriam imitá-los de um modo que apenas se voltará contra eles próprios”, diz Adorno.

Ele conta a história de uma senhora alemã que após assistir a uma peça sobre Anne Frank disse: “ao menos poderiam ter poupado aquela menina”. A conclusão de Adorno é que “o caso individual, cuja função era de servir de exemplo do todo, converteu-se por meio de sua

própria individuação em um álibi do todo” que acabou sendo esquecido por aquela mulher.

Os indiferentes ao fascismo são inacessíveis ao tipo de discurso da esquerda porque eles rejeitam os fatos ou declaram que são exceções. Não há uma ideia fascista, portanto não se pode opor a ela outra ideia.

Isso não significa que não se pode utilizar recursos técnicos para se comunicar com as pessoas. Simplesmente a mentira será uma arma contraproducente. A verdade é revolucionária porque é concreta.

É preciso mostrar aos indiferentes o quanto sua postura danifica os seus próprios interesses, tanto materiais quanto imateriais, porque eles não se interessam pela luta simbólica entre fascistas e socialistas. Nem mesmo se importam com o nacionalismo ou a corrupção. Porque esses sempre foram pretextos. O que lhes importará é a fila do pão. Mas também a vida “desregada” dos filhos, as drogas, o ladrão que rouba seu pagamento. Também isso afeta suas vidas porque um regime ditatorial não se importa em ameaçar ou matar seu filho; em gerar maior anomia; em decepcionar suas expectativas de ascensão social; em piorar os serviços de saúde e educação do qual dependem.

Marx já tinha percebido situações-limite em que as pessoas preferem o fim com o terror ao terror sem fim. Quem não tem futuro individual, só pode ter o geral: por isso o fascismo se apresenta tanto como revolucionário quanto restaurador. Esse “universal” é uma farsa e dele só se sai após uma derrota humilhante, uma construção política cotidiana e uma experiência de sofrimento real.

Franz Neumann conta que depois da tentativa de Revolução alemã de 1918 – 1919, a derrocada da República Soviética Bávara levou à condenação de 2209 pessoas, entre elas algumas que haviam tido uma conexão ínfima com o movimento. Em contraste, o *Putsch* de Kapp de 1920 teve 705 acusações de alta traição, mas apenas uma pessoa foi condenada. Ludendorff, um dos cabecilhas, alegou estar no centro dos acontecimentos por acaso e não foi condenado.

Em 1923, o *Putsch* da cervejaria levou à condenação de Hitler e alguns outros líderes nacional-socialistas. Ludendorf, que estava nesta ocasião, argumentou que era novamente pura casualidade e foi libertado. Por fim, em janeiro de 1933, Hindenburg, eleito presidente, convida Hitler para se tornar o chanceler do *Reich*.

O pequeno agrupamento nazista cresceu nos estertores da República de Weimar, como vemos no texto de Fernando Sarti Ferreira e Rosa Rosa Gomes. Antes era um grupo marginal e insignificante, capaz, no máximo, do *putsch* numa cervejaria em Munique. Em 8 de novembro de 1923, Hitler tenta um golpe para tomar o poder na Baviera com apoio do Marechal Ludendorf e de outras autoridades políticas. Elas lhe faltam na hora decisiva. Ele prossegue suas ações, proferindo ordens a partir da cervejaria de Bürgerbräu.

Hitler é preso ali e, com apoio da polícia, escreve na cadeia sua obra *Mein Kampf* (Minha Luta) e recebe visitas diárias de dezenas de correligionários. Trata-se de um partido que cultua a força masculina. Seus membros são 95,6% homens, em 1923. Ataca o socialismo marxista e “judaico” e o liberalismo, mas ao mesmo tempo declara-se socialista e nacionalista. O racismo antisemita é o centro de sua ideologia.

Depreende-se da análise de Neumann que a social-democracia, maior partido dos trabalhadores alemães e parte do sistema de poder político, cometeu três erros fundamentais: reforçou as tendências monopolistas da economia; confiou na legalidade e não desalojou os elementos reacionários do judiciário; não limitou o exército ao seu papel constitucional.

A ascensão fascista não se deu, seja na Itália ou na Alemanha, por um golpe de Estado, como vimos na primeira parte deste livro. A cada vez que se viram acuados pelas forças liberais, socialistas e conservadoras em torno da questão legal, os fascistas juraram respeito à democracia. Em 1930, Hitler prometeu transformar suas tropas

de assalto em organizações desportivas. Eles testaram as instituições durante sua lenta escalada para o poder diante do descrédito crescente daquelas mesmas instituições.

O fascismo usa técnicas para manipular racionalmente o que há de irracional em massas enfurecidas pela crise geral da sociedade. Por isso, os indivíduos devem se reduzir ao comportamento de massa. Seu conteúdo é o irracionalismo, mas deve-se recordar que ele aprende a lidar com temas reais da vida das pessoas.

Como estudar o fascismo? Ler seus discursos é uma tarefa difícil porque os conteúdos são abomináveis, o estilo horrendo e a amarração incoerente. Neumann argumentou que ele nega os valores básicos que orientam nossa vida cotidiana e em sua forma exterior difere totalmente de outras ideologias porque se reduz à fusão da propaganda com o terror. Ele carece de uma teoria racional.

BASES SOCIAIS FASCISTAS

Depois que se torna uma real alternativa de poder, o fascismo se define como um movimento reacionário de massas com base na pequena burguesia, nos desmobilizados (da produção, das armas ou de qualquer ocupação) e com apoio de proprietários de terra e indústrias e a conivência da burocracia estatal (militar, judicial e policial principalmente). É essa conivência (em alguns casos, deve-se incluir uma religião influente) que aparentemente modera o fascismo e o diferencia de sua condição anterior enquanto movimento.

Mas uma vez estabelecido no poder, essa moderação falsa é o tempo todo negada pelos atos do movimento que continua incrustado no centro do regime político. Mesmo após a famosa “Noite das facas longas”, Hitler não estabilizou o seu regime e a perseguição em massa a adversários nunca desapareceu.

Partidos de massas foram insuficientes para impedir uma minoria organizada apoiada no grande capital e em amplos estratos da população. No congresso fascista de 1921, de 310 mil membros só 22.418 são operários (7%). Daí o esforço fascista de conquistar e controlar a classe operária. .

Como se vê, a base principal do fascismo é a pequena burguesia enraivecida e a juventude do pós-guerra sem esperanças, oprimida entre o ódio ao grande capital e o medo de recair no proletariado. Progressivamente, os fascistas conquistam apoio eleitoral em outras classes sociais. Nas eleições de 1932, os nazistas obtêm 28% dos votos operários, segundo Gougeon (tabelas 1 e 2).

Os três anos anteriores à tomada do poder pelos nazistas (30 de janeiro de 1933) foram decisivos. Os nazistas aumentaram em influência eleitoral e número de aderentes.

Tabela 1: Composição etária dos partidos na Alemanha (%)

Faixa Etária	KPD (1927)	SPD (1926)	NSADP (1930)	População do Reich em 1933
Menos de 30 anos	31,8	16,9	42,2	31,1
30 anos	32,7	25,7	27,8	22
40 anos	21,9	30,43	17,1	17,1
50 anos ou mais	13,6	26,97	12,9	29,8

Fonte: Buron e Gauchon, op. cit; Hermann Weber, Die Wandlung des deutschen Kommunismus. Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main 1969. NSDAP: Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei.

Tabela 2: Eleição para presidente na Alemanha em 1932

Candidato	Paul von Hindenburg	Adolf Hitler	Ernst Thälmann
Partido	Independente (conservador de direita)	Partido Nazista	Partido Comunista
Nº de votos	19.359.983	13.418.517	3.706.759
Porcentagem	53,05%	36,77%	10,15%

Gráfico 1: Membros Comunistas e Nazistas mar/1931 (KDP) e jun/1932 (NSDAP)

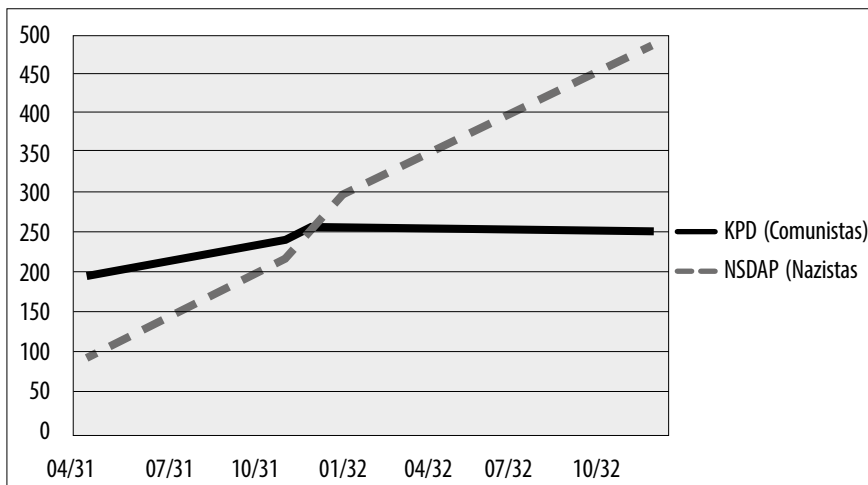
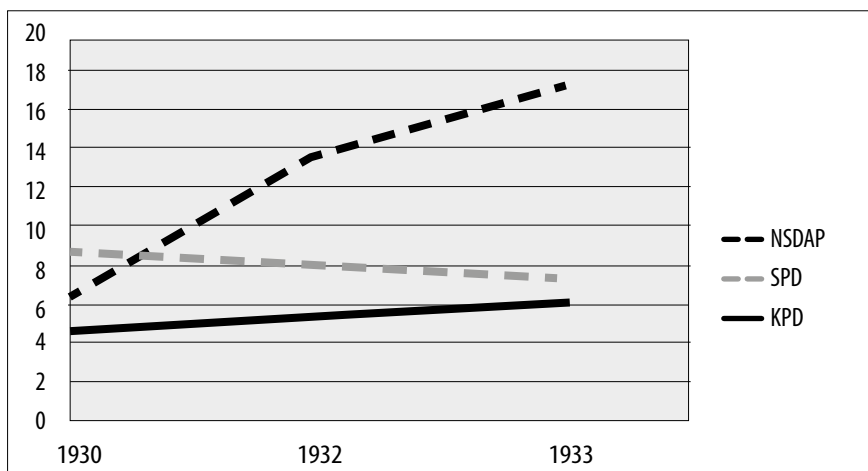


Gráfico 2: Número de votantes em milhões. Alemanha 1930-33



NÃO HÁ FASCISMO
SEM O APOIO DA BURGUESIA

É um erro esquecer o decisivo apoio que o grande capital ofereceu aos fascistas nas eleições. Em 20 de fevereiro de 1933, numa tarde de segunda-feira, 24 magnatas da indústria alemã foram recebidos

no palácio do presidente do Reichstag. Foram cumprimentados um a um por Hermann Göring, enquanto aguardavam a chegada do Führer. De repente, Hitler adentrou o recinto e começou a falar. Alguns o viam pela primeira vez. Ele se fazia afável, afinal as eleições de março se aproximavam. Discursou por meia hora e se retirou. Então, Hjalmar Schacht, o animador da recepção, bradou: “Ao Caixa!”. A cena é narrada por Éric Vuillard, em seu livro *A Ordem do Dia*.

Schacht havia conhecido Hitler em um jantar na casa de Goering três anos antes. Em março de 1933, após a vitória eleitoral nazista, Schacht assumiu a Presidência do Reichsbank. No entanto, não pertencia à elite *nouveau riche* que ascendia diretamente das milícias e do partido. Já havia ocupado o mesmo cargo durante a República de Weimar.

Éric Vuillard mostra como os Siemens, Krupp, Opel e todos os grandes capitalistas alemães financiaram Hitler; como os conservadores austríacos toleraram o nazismo até serem surpreendidos por ele; como a política de apaziguamento ocidental pavimentou o caminho para a Segunda Guerra Mundial. Mas fundamentalmente, ele nos revela que depois os mesmos empresários que doaram quantias astronômicas aos nazis, negociaram até o último centavo as indenizações aos judeus sobreviventes que trabalharam como escravos em suas empresas.

A historiadora Annie Lacroix-Riz mostrou a colaboração do empresário Louis Renault e de muitos outros com o nazismo. Indústrias francesas produziram o gás Zyklon B para a Alemanha e lucraram durante a ocupação. O fascismo não é única, mas é a mais crua expressão do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ARANTES, Paulo. “Filosofia e vida nacional: Por que filósofo hoje?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-qrBKYakOnM&feature=youtu.be>. Acesso em: 8 jan. 2020.

ARCARY, V. “Bolsonaro é ou não um neofascista?”, in: Revista *Fórum*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/colunistas/bolsonaro-e-ou-nao-um-neofascista/>. Acesso em: 14 set. 2021.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras. s.d.

BERCOVICI, Gilberto. “A administração pública dos cupons”, *Terra redonda*, 06 de setembro de 2020.

BERNARDO, J. *Labirintos do Fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.

BLINKHORN, Martin. *Mussolini and fascist Italy*. London: Routledge, 1997.

BOLAÑO, Roberto. *El Tercer Reich*. Barcelona: Debolsillo, 2018.

BORKENAU, Franz. *Pareto*. México: FCE, 1978.

BURON, T.; GAUCHON, P. *Os Fascismos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAROCCHI, Giampero. *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi*. Milano: Feltrinelli, 1975.

CHABOD, Federico. *História do Fascismo Italiano*. Lisboa: Arcádia, s/d.

_____. *L'Italia Contemporanea*. Torino: Einaudi, 1961.

DEL ROIO, M. “A Terceira Fase do Neoliberalismo”, mimeo, 2019.

ECO, Umberto. “O Fascismo Eterno”, in: *Cinco Escritos Morais*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FELICE, Renzo de. *Mussolini il Duce. Gli anni del consenso. 1929-1936*. Torino: Einaudi, 1974.

- _____. *Mussolini il Fascista. La Conquista del Potere. 1921-1925*. Torino: Einaudi, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- HADDAD, Fernando. *Em defesa do Socialismo: por ocasião dos 150 anos do Manifesto*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LACROIX-RIZ, Annie. *Industriels et banquiers français sous l'Occupation: la collaboration économique avec le Reich et Vichy*, Paris, Armand Colin, coll. Références Histoire, 1999.
- LUTTWAK, Edward. "Por que o fascismo é a onda do futuro", in: *Novos Estudos* CEBRAP, n. 40, nov. 1994, pp. 145-151.
- MOUNK, Yasha. *O Povo contra a Democracia*. Trad. C. Leite; Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NEGRI, Antonio. "Primeiras observações sobre o desastre brasileiro", in *Revista Cult*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/>. Acesso em: 08 jan. 2020.
- NEUMANN, F. *Behemoth*. Mexico: FCE, 2005.
- PAXTON, R. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.
- PRADO, Gilda W. de Almeida. "O Inquilino do Sexto Andar", *Mouro*, 14, São Paulo, 2020.
- REALE, M. *ABC do Integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Lisboa: Escorpião, 1974, pp. 35, 79, 93 e 95.
- SAFRANSKI, R. *Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2013
- SCHMITT, C. *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- SOARES, Thiago C. *Make it New: Hayek e a Invenção do Neoliberalismo*. Doutorado (Tese). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2019.

SPRIANO, P. *Sulla Rivoluzione Italiana*. Torino: Einaudi, 1978.

THALHEIMER, August. *Sobre o Fascismo*. Salvador: CVM, 2009.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Lech, 1978.

Weber, H. *Die Wandlung des deutschen Kommunismus*. Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main 1969.

WEILL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1947. É uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988), secretária de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul (1996-1995 e de 1999-2002), ministra das Minas e Energia (2003-2005) e ministra-chefe da Casa Civil (2005-2010). Em 2010 foi eleita a 36ª presidenta do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de *impeachment* em 2016. Presidenta de honra do conselho curador da Fundação Perseu Abramo.

Fernando Sarti Ferreira nasceu em São Paulo (SP), em 1983. Ingressou na USP em 2002, onde estudou filosofia e história e é doutor em história econômica. É professor do ensino básico da rede privada. Tem artigo publicado no livro *Operação Lava Jato: crime, devastação* (Expressão Popular) entre outros. É membro do GMARX da USP desde 2009.

Julian Rodrigues nasceu em Uberaba (MG), em 1973, onde concluiu o ensino médio na rede pública estadual – Escola Nossa Senhora da Abadia. Graduado em Letras pela UFV, especialista em economia do

trabalho pela Unicamp, é mestre em ciências humanas e sociais pela UFABC. Filiado ao PT desde 1990, militante do movimento LGBTI e de Direitos Humanos. Foi coordenador de políticas LGBT da prefeitura de São Paulo, criador do programa Transcidadania.

Lincoln Secco nasceu em São Paulo (SP), em 1969. Estudou nas escolas estaduais Santos Dumont e Nossa Senhora da Penha. Ingressou na USP em 1987, onde estudou letras e história e é doutor em história econômica. É professor de história contemporânea da USP desde 2003. É autor de História do PT (Ateliê editorial) entre outras obras. Militou no PCB em 1985 e no PT a partir de 1987. É membro do GMARX USP.

Rosa Rosa Gomes nasceu em São Paulo (SP), em 1989. Ingressou na USP em 2007, onde estudou história e fez mestrado em História Econômica. Especializou-se em conservação de bens culturais móveis em suporte papel e fotografia. É autora de Rosa Luxemburgo: crise e revolução (Ateliê editorial). É membro do GMARX da USP desde 2009 e faz parte do projeto Centro de Memória Queixadas.

Num momento em que as classes dominantes – na crise de seu modo tradicional de dominação – sacrificam sua existência política em favor da econômica, o Fascismo pode surgir como a manipulação racional daquilo que há de irracional nas camadas médias, as quais trazem seu medo da desclassificação social num transe ideológico. Uma classe em trânsito é uma classe em transe.

Lincoln Secco

Professor da Universidade
de São Paulo

ISBN 978-65-992401-5-7



9 786599 240157



mariaantonia



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores